

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**  
**INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**AS RELAÇÕES ECONÓMICAS BRASIL - ÁFRICA  
SUBSAARIANA NA PERSPECTIVA DA  
NOVA GEOGRAFIA ECONÓMICA:  
O CASO DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE**

**ANTÓNIO EDUARDO SILVEIRA TEIXEIRA FILHO**

**Orientação: Professor Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira**

**Júri:**

**Presidente: Professor Doutor Vitor Manuel Mendes Magriço,  
Professor Auxiliar do Instituto Superior de Economia e  
Gestão da Universidade Técnica de Lisboa**

**Vogais: Professor Doutor Joaquim Ramos Silva, Professor  
Associado do Instituto Superior de Economia e Gestão  
da Universidade Técnica de Lisboa.**

**Professor Doutor Manuel António de Medeiros Ennes  
Ferreira, Professor Auxiliar do Instituto Superior de  
Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.**

**Lisboa, Maio de 2011**

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**  
**INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

**ANTÓNIO EDUARDO SILVEIRA TEIXEIRA FILHO**

**AS RELAÇÕES ECONÓMICAS BRASIL - ÁFRICA  
SUBSAARIANA NA PERSPECTIVA DA  
NOVA GEOGRAFIA ECONÓMICA:  
O CASO DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Manuel Ennes Ferreira.

**Lisboa, Maio de 2011**

Para minha mãe, Sarah Lucas, por seu eterno amor, sabedoria e constante apoio.

Aos meus avós, António Lucas e Djanira Silveira, que não tiveram o tempo em terra de ver a conclusão deste trabalho.

A Deus, que nunca me abandonou e nunca me abandonará nesta longa jornada.

## ÍNDICE GERAL

Glossário de termos e abreviaturas .....	05
Lista de Quadros, Figuras, Tabelas e Gráficos .....	07
Resumo e palavras-chave .....	10
<i>Abstract and keywords</i> .....	11
<i>Résumé et mots-clés</i> .....	12
Agradecimentos .....	13
 INTRODUÇÃO .....	 16
 I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	 19
 I CAPÍTULO - A NOVA GEOGRAFIA ECONÓMICA .....	 20
1. Uma <i>Geografia Económica</i> e uma <i>Economia Geográfica</i> ? .....	20
2. A evolução dos conceitos .....	22
3. A <i>Nova Geografia Económica</i> : uma breve introdução .....	24
4. As perspectivas da <i>Nova Geografia Económica</i> .....	28
4.1. Dos rendimentos constantes aos rendimentos crescentes .....	29
4.2. Concorrência perfeita e concorrência imperfeita .....	31
4.3. Os custos de transporte, a mobilidade dos factores de produção e os níveis de salários .....	33
4.4. O comércio intra-indústrias e o gosto pela variedade .....	36
4.5. Os benefícios do comércio: algumas considerações .....	37
5. <i>Nova Geografia Económica</i> : uma nova visão? .....	39
 II PARTE – ESTUDO DE CASO .....	 43
 II CAPÍTULO - AS RELAÇÕES ECONÓMICAS ENTRE BRASIL – ANGOLA E BRASIL - MOÇAMBIQUE .....	 44
1. As relações Brasil-África: um apanhado histórico .....	44
2. O governo do presidente Lula da Silva e a sua política internacional .....	51
3. O governo do presidente Lula da Silva e as relações com Angola e Moçambique .....	55

3.1 Uma visão geral do continente Africano .....	55
3.2 As economias Angolana e Moçambicana: uma perspectiva brasileira .....	61
3.2.1 O Produto Interno Bruto .....	62
3.2.2 O Comércio Externo .....	65
3.2.3 O Investimento Directo Estrangeiro .....	70
3.3 A Política Externa Brasileira com Angola e Moçambique .....	71
3.3.1 Particularidades das relações económicas entre o Brasil e Angola .....	72
3.3.2 Particularidades das relações económicas entre o Brasil e Moçambique .....	78
 <b>III PARTE – ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	 85
 <b>III CAPÍTULO – A NGE E A RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL ...</b>	 86
1. A NGE e o Fluxos Comerciais e de IDE do Brasil para Angola e Moçambique: Teoria <i>versus</i> Evidências Empíricas .....	86
 <b>CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 94
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	 98
 <b>ANEXOS .....</b>	 104
Anexo I - Acordos e protocolos firmados entre o Brasil e Angola .....	105
Anexo II - Acordos e protocolos firmados entre o Brasil e Moçambique ...	107

## **Glossário de Termos e Abreviaturas**

- APEX** – Agência Brasileira de Promoção as Exportações e Investimentos
- BCB** – Banco Central do Brasil
- BM** – Banco Mundial
- BRIC** – Denominação que representa Brasil, Rússia, Índia e China
- CIA-WFB** - *Central Intelligence Agency – The World FactBook*
- CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- DEINT** – Departamento de Negociações Internacionais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil
- EUA** – Estados Unidos da América
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FOB** – *Free on Board*
- G-20** – Grupo das 20 maiores economias do mundo
- IBSA** – Grupo de países formado pela Índia, Brasil e África do Sul
- IDE** – Investimento Directo Estrangeiro
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IILP** – Instituto Internacional de Língua Portuguesa
- IMF** – *International Monetary Fund*
- MDIC** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- MM** – Mil Milhões
- NGE** – Nova Geografia Económica
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SADC** – *Southern Africa Development Community*
- SECEX** – Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil
- UE** – União Europeia

**UNCTAD** – *United Nations Conference on Trade and Development*

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**USD** – *United States Dollar*

**US\$** – Dólar dos Estados Unidos da América

**WB** – *World Bank*

**WEO** – *World Economic Outlook*

**WTO** – *World Trade Organization*

**ZPCAS** – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## **Lista de Quadros, Figuras, Tabelas e Gráficos**

### **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Tipos de Concorrência .....	32
Quadro 2 – Acordos Comerciais nos quais o Brasil é participante .....	54
Quadro 3 – Preços de <i>commodities</i> seleccionadas (Dez/08 – Mar/10) .....	57
Quadro 4 – Participação da África Subsaariana no IDE brasileiro .....	61

### **Lista de Figuras**

Figura 1 – O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em 2010 .....	56
Figura 2 – O efeito da distância do parceiro comercial - o caso do Brasil .....	92

### **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Exportações e Importações Brasileiras para África .....	47
Tabela 2 – Exportações Brasileiras 1979/1986 .....	47
Tabela 3 – África: Participação nas Importações e Exportações Mundiais .....	48
Tabela 4 – Exportações Brasileiras 1985/1996 .....	49
Tabela 5 – O crescimento do PIB: Brasil, Angola e Moçambique .....	62
Tabela 6 – Rácio Total Comércio Externo / PIB (%) .....	66
Tabela 7 – Comércio Externo de Mercadorias do Brasil, Angola e Moçambique .....	67
Tabela 8 – A posição do Brasil, Angola e Moçambique no <i>Ranking</i> da OMC do Comércio Mundial de Mercadorias .....	67
Tabela 9 – Saldo da Balança Comercial Brasileira com a SADC .....	69
Tabela 10 – Exportações/Importações, Saldo e o Total do Comércio entre o Brasil e Angola .....	74
Tabela 11 – Exportações e Importações entre o Brasil e Angola – Principais Produtos (2009/2010) .....	76
Tabela 12 – Participação de Angola no total do IDE brasileiro e no total do IDE brasileiro em África Subsaariana .....	78



Tabela 13 – Exportações/Importações, Saldo e o Total do Comércio entre o Brasil e Moçambique .....	80
Tabela 14 – Exportações e Importações entre o Brasil e Moçambique – Principais Produtos (2009/2010) .....	83
Tabela 15 – Participação de Moçambique no total do IDE brasileiro e no total do IDE brasileiro em África Subsaariana .....	84

### **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 – Preços relativos dos transportes e das comunicações .....	34
Gráfico 2 – Preço médio de uma chamada telefónica para os EUA .....	35
Gráfico 3 – A evolução do PIB do Continente Africano .....	56
Gráfico 4 – Variação no crescimento do PIB do Continente Africano .....	57
Gráfico 5 – Evolução do PIB <i>per capita</i> do Continente Africano .....	58
Gráfico 6 – Evolução do IDE na África Subsaariana .....	59
Gráfico 7 – O IDE brasileiro no Mundo e na África Subsaariana .....	60
Gráfico 8 – A evolução do PIB: Brasil, Angola e Moçambique .....	62
Gráfico 9 – Os PIB's de Brasil, Angola e Moçambique .....	63
Gráfico 10 – PIB países seleccionados África Subsaariana e Brasil .....	64
Gráfico 11 – PIB <i>per capita</i> países seleccionados da África Subsaariana e Brasil .....	65
Gráfico 12 – Participação Brasil, Angola e Moçambique no total do Comércio de Mercadorias Mundial .....	66
Gráfico 13 – A participação do Continente Africano no total do Comércio Externo Brasileiro .....	68
Gráfico 14 – A Participação da SADC no total do Comércio Externo Brasileiro .....	69
Gráfico 15 – O IDE brasileiro na África Subsaariana, na SADC, em Angola e em Moçambique .....	70
Gráfico 16 – O Fluxo Comercial (Exp + Imp) do Brasil com Angola .....	73
Gráfico 17 – Exportações/Importações e o Saldo da Balança Comercial Brasileira para Angola .....	75
Gráfico 18 – A participação Angolana no total do Comércio Externo Brasileiro .....	75

Gráfico 19 – O Fluxo Comercial (Exp + Imp) do Brasil com Moçambique .....	79
Gráfico 20 – Exportações/Importações e o Saldo da Balança Comercial Brasileira para Moçambique .....	81
Gráfico 21 – A participação Moçambicana no total do Comércio Externo Brasileiro .....	82
Gráfico 22 – O fluxo de IDE no mundo - entradas líquidas .....	87
Gráfico 23 – O fluxo internacional de capitais privados - valores brutos .....	87
Gráfico 24 – Os níveis de urbanização (regiões do mundo) .....	90

## Resumo

Nos últimos anos, as relações diplomáticas entre o Brasil e Angola, e o Brasil e Moçambique, têm sido profundamente reforçadas com notáveis efeitos no campo económico. Tentar perceber essa tendência é a motivação principal desta dissertação. Do ponto de vista teórico, a *Nova Geografia Económica* emerge como uma nova abordagem económica amplamente recomendada. Além disso, este é um tema com grande relevância no actual cenário de expansão das relações internacionais brasileiras. Assim, o objectivo geral deste estudo centra-se em identificar os principais fluxos económicos e financeiros entre o Brasil e os países acima mencionados, numa tentativa de verificar se a *NGE* pode ajudar a explicar, de alguma forma, estas relações. Outros objectivos são a descrição do processo histórico brasileiro de aproximação a África como elemento de fundamentação para se explicar as actuais relações, e a demonstração dos principais aspectos que caracterizam estas ligações com Angola e Moçambique. O trabalho está dividido em três partes: i) o referencial teórico - com a apresentação da *NGE* e seus pressupostos ii) os dois estudos de caso - com a apresentação de dados sobre as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e os países seleccionados, iii) a análise dos resultados – na tentativa de relacionar a teoria e as evidências empíricas. Observa-se que a *Nova Geografia Económica*, sozinha, não explica o aumento das relações entre os países, mas fornece elementos básicos que ajudam a fundamentar este crescimento. Por sua vez, outros campos de análise, tais como a Política Internacional, a Geopolítica e as Relações Internacionais, devem ser levados em conta para uma melhor compreensão de todo o processo investigado nesta dissertação.

**Palavras-chave:** *Nova Geografia Económica*, Relações Internacionais, Comércio Internacional, Diplomacia, Investimento Directo Estrangeiro, Brasil, Angola e Moçambique.

Classificação JEL: D43, F12, F14, F59, O24, R12, Y40

## Abstract

In the last years, diplomatic relations between Brazil and Angola as well as Mozambique have been deeply strengthened with visible effects on the economic side. Trying to understand this trend is the main motivation of this dissertation. From a theoretical point of view, the *New Economic Geography* comes into context, as a new economic approach strongly recommended. Moreover, it is a theme with great relevance in the current scenario of Brazilian international relationship expansion. Thus, the overall aim of this study is to identify the main economic and financial flows between Brazil and the above mentioned countries, in an attempt to test whether the *NEG* can explain, in somehow, those relationships. Other objectives are the historical description process of the Brazilian approach to Africa as a background explanation for those relationships, and the display of the main aspects that characterize the relations with Angola and Mozambique. The work is divided into three parts: i) the theoretical framework with the presentation of the *NEG* and its assumptions ii) the two case studies - with the presentation of data about the commercial and financial relations between Brazil and the listed countries; iii) the analysis of the results, trying to link theory and empirical evidence. It appears that the *NEG*, alone, does not explain the increase in relations between countries, but provides basic elements that support the close ties which are on move. However, other fields of analysis, such as International Policy, Geopolitics and International Relations, should be taken in account to better understand the whole process under investigation in this dissertation.

**Keywords:** *New Economic Geography*, International Relations, International Trade, Diplomacy, Foreign Direct Investment, Brazil, Angola and Mozambique.

JEL Classification: D43, F12, F14, F59, O24, R12, Y40

## Résumé

Ces dernières années, les relations diplomatiques entre le Brésil et Angola, et le Brésil et Mozambique, se sont profondément renforcées avec pour conséquence des effets notables dans le domaine économique. Essayer de comprendre cette tendance est la motivation principale de cette dissertation. Du point de vue théorique, la *Nouvelle Géographie Économique*, surgit comme un nouvel abordage économique particulièrement recommandé. De plus, il s'agit d'un thème d'une grande relevance dans le scénario actuel d'expansion des relations internationales brésiliennes. Ainsi, l'objectif principal de ce travail est d'identifier les principaux flux financiers entre le Brésil et les pays sélectionnés, dans la tentative de mettre en évidence si la *NGE* peut aider à expliquer, en quelque sorte, ces relations. D'autres objectifs sont la description du procédé historique brésilien de rapprochement avec l'Afrique comme élément d'argumentation pour expliquer les relations actuelles et la démonstration des principaux aspects qui caractérisent ces liens avec Angola et Mozambique. Le travail est divisé en trois parties: i) l'encadrement théorique – avec la présentation de la *NGE* et de ses hypothèses; ii) les deux études de cas – avec la présentation des données concernant les relations commerciales et financières entre le Brésil et les pays sélectionnés; iii) l'analyse des résultats - dans la tentative de faire la liaison entre la théorie et les évidences empiriques. Nous pouvons vérifier que la *NGE*, par elle seule, ne justifie pas la croissance des relations entre les pays, mais fournit des éléments de base qui contribuent à éclaircir cette augmentation. Cependant, les autres champs d'analyse, tout comme la Politique Internationale, la Géopolitique et les Relations Internationales, doivent être pris en compte pour une meilleure compréhension de tout le processus étudié dans cette dissertation.

**Mots-clés:** *Nouvelle Géographie Économique*, Relations Internationales, Commerce International, Diplomatie, Investissement Direct Étrangers, Brésil, Angola et Mozambique.

Classification JEL: D43, F12, F14, F59, O24, R12, Y40

## **Agradecimentos**

O primeiro e mais importante agradecimento é para quem sempre estive em primeiro lugar na minha vida, Deus. Senhor, agradeço-Te pela vida e pela inteligência que Tu me deste para que eu pudesse estudar e concluir o meu Mestrado.

Antes de prosseguir quero pedir desculpas aos que não venham a ser citados nesta relação. Certamente não se tratará de um lapso, mas sim de impedimentos formais que não me permitem agradecer a cada um de vocês.

Minha mãe Sarah Lucas, obrigado! Tu, minha progenitora e fiel amiga, que sempre me conduziu nos princípios do amor, da lealdade, do companheirismo, e do temor a Deus, esses tão importantes para a minha formação pessoal e profissional. Mãe, você continua a merecer muito mais!

Meu pai Eduardo Silveira, que sempre me mostrou em sua hombridade e honestidade qualidades que procuro seguir em minha vida.

A minha irmã Dra. Danielle Lucas, Dr. Pinheiro Neto, seu esposo, e meus queridos sobrinhos, Dimitri e Deborah, que, apesar da nossa distância física, sempre estiveram por perto em todos os momentos de minha vida.

A minha amada e doce, namorada e companheira, Gaëlle Sousa, que soube ter a paciência necessária nos meus momentos de aflição e angústia enquanto elaborava este trabalho. Amo-te, e obrigado por todo o teu amor!

Ao meu querido primo, Professor João Lucas. Ele, além de ter sido um dos principais incentivadores para que eu me aventurasse no Mestrado, foi ainda a minha sólida fortaleza durante os meus primeiros passos em terras lusitanas.

Ao iluminado Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira, meu orientador, que me presenteou com a sua grande bagagem de conhecimentos para que eu conseguisse dar sequência nesta dissertação, sempre me atendendo com muita atenção e entusiasmo.

Ao Magnífico Reitor da UTL Professor Doutor Fernando Ribeiro, ao Presidente do ISEG Professor Doutor João Duque, aos Exmos. Srs. Coordenadores, Professores e Funcionários do ISEG, a quem eu devo o meu sincero muito obrigado por toda a contribuição que tiveram durante à minha passagem por esta casa.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho da Caixa Geral de Depósitos - Sede Lisboa - DSO/USO 2.3 - Mercados Financeiros dentre outros departamentos: Pedro Francisco, Sandra Rosa, Maria João Nabais, João Tomás, Rui Meirim, Rui Xavier e Clara Ribeiro, dentre muitos outros não menos importantes. Agradeço ainda aos meus Chefes de Equipa, Nuno Jacinto e Deolinda Seco, que sempre me entenderam nos momentos em que não estava a trabalhar em virtude dos meus estudos do Mestrado.

A todos os meu colegas e amigos do Mestrado que ao longo destes dois anos de lutas, de dores, mas também de muitas alegrias, sempre estiveram e sempre estarão guardados comigo, do lado esquerdo do peito. Guardo para sempre a marca dos nossos sonhos: “Viva o Altermundialismo! Por um mundo mais justo e igual para todos!”. Anseio em vê-los a brilhar nos cargos dos principais Organismos Internacionais para o Desenvolvimento.

Agradeço ainda a amiga Ana Cláudia Anjos, e aos amigos, Julien Mélot e Eduardo Torres, que foram, ao longo destes dois anos, meus fiéis *housemates* e que sempre me ajudaram nas actividades domésticas.

Por fim, aproveito para pedir a todos que me perdoem pelos momentos em que estive ausente. Decerto que o cansaço e a fadiga muitas vezes me venceram. Contudo a vitória está selada e é a todos vocês que eu agradeço e deixo o meu muito obrigado!!!

“To an economist, real life is a special case”

Economist jokes, unknown

“Homem de êxito é aquele que procurou o que há de melhor nos outros e deu o melhor de si mesmo”.

Autor Desconhecido



## INTRODUÇÃO

O despontar do Brasil como uma nova potência económica nos últimos anos, bem como a ascensão de África, um continente até então adormecido, associados à complexidade da elaboração e do entendimento de como os processos económicos ocorrem, são a essência desta abordagem.

A constatação do forte crescimento de algumas das economias do continente africano, bem como a evolução de sua participação no panorama das transacções internacionais, é motivo mais do que suficiente para se justificar os novos olhares que se lançam sobre África.

O passado histórico que se reclama comum, bem como a procura pelo desenvolvimento de suas economias e instituições, marcaram, ao longo dos tempos, as relações entre brasileiros e africanos. Entre idas e vindas de uma relação de amizade e interesses conjuntos é que se fez esta relação.

Após um desgostoso período de afastamento para com o continente africano, verifica-se, nos últimos anos, uma crescente retoma das ligações comerciais e diplomáticas. O Brasil, principalmente no governo do presidente Lula da Silva, faz reluzir um conjunto de políticas externas voltadas para os parceiros do Sul.

É ainda em meio a este contexto que a evolução dos estudos das ciências económicas fez surgir a *Nova Geografia Económica* que se tem consagrado como um novo instrumento metodológico de análise económica do ambiente em que se vive.

Esta *NGE*, que tem em Paul Krugman o seu principal entusiasta, procura utilizar as clássicas Teorias do Comércio Internacional e da Localização, associando-as aos relevantes avanços no campo da Geografia Económica e Espacial, terminando ainda por formalizá-las em modelos económicos mais

abrangentes e modernos, muitas vezes utilizando os recursos das novas e modernas tecnologias.

Diante disto, este estudo tem como objectivo central analisar as novas perspectivas brasileiras para o continente africano fazendo uso das ferramentas da *NGE*. Todavia, de modo a tornar o trabalho mais específico e delimitado, foram escolhidos dois países cujo refinamento das relações brasileiras se faz sentir de forma mais intensa.

Angola e Moçambique foram os países escolhidos tendo em conta o maior envolvimento brasileiro, nos últimos anos, nestas economias. Para além disto, estes países, assim como o Brasil, fazem parte da CPLP que tem sido igualmente um dos focos da política externa brasileira.

Esta dissertação apresenta-se dividida em três partes principais que são o enquadramento teórico, o estudo de caso e a análise dos resultados. Divide-se, ainda, em três capítulos onde, no primeiro, se apresenta a *NGE*, seus precedentes históricos, sua conceitualização e os seus principais aspectos. No segundo capítulo é analisada a realidade dos actuais fluxos financeiros e comerciais do Brasil com Angola e Moçambique, bem como um apanhado histórico das ligações entre o Brasil e o continente africano. Um terceiro capítulo surge, ainda antes das conclusões, para confrontar alguns dos principais pressupostos teóricos da *NGE* com as particularidades das observações realizadas nas relações entre o Brasil e os países seleccionados. Busca-se, portanto, neste capítulo, elaborar uma argumentação que possibilite responder à pergunta motivadora deste trabalho: poderá a *NGE* explicar em alguma medida a aproximação do Brasil a Angola e a Moçambique?

O trabalho trata, qualitativa e quantitativamente, os dados secundários obtidos através de uma pesquisa bibliográfica realizada em trabalhos académicos, periódicos e livros especializados, bem como nas bases de dados de diversos institutos oficiais, nomeadamente no Brasil.

Acredita-se que, por si só, esta dissertação será de utilidade para estudantes, professores e profissionais da área justificando, portanto, a sua realização.

## **I PARTE**

### **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

# I CAPÍTULO

## A NOVA GEOGRAFIA ECONÓMICA

Este capítulo pretende revisitar e apresentar a evolução dos principais conceitos económicos ao longo do século XIX e XX no que diz respeito aos estudos no campo da *Nova Geografia Económica*.

Uma constatação, mesmo que considerada tímida por muitos autores, é a de uma recente aproximação da economia clássica e seu *mainstream* com aspectos ligados à geografia humana. O resultado desta confluência é verificado na validação de novos campos de estudo dentro das ciências económicas, como as *Novas Teorias do Comércio Internacional* e as *Teorias do Desenvolvimento*, que na continuidade de sua evolução viriam a se converter numa *Nova Geografia Económica*.

Nos tópicos, ao decorrer deste capítulo, serão apresentados os principais aspectos desta nova corrente da economia, bem como a sua contextualização no ambiente económico.

Na última parte se apresenta uma breve reflexão sobre os principais contornos desta *Nova Geografia Económica*. Será esta, realmente, uma nova teoria económica que aceita e utiliza novos conceitos outrora desprezados pelas correntes clássicas?

### 1. Uma *Geografia Económica* e uma *Economia Geográfica*?

Tanto a Geografia quanto a Economia, pelo menos parcialmente, fazem parte do âmbito de estudo das ciências humanas. Ou seja, têm como características principais analisar as acções humanas que repercutem no ambiente onde se vive.

Entretanto, a Economia e a Geografia apesar de serem, pelo menos à primeira vista, complementares, estiveram no espaço de muitos anos,

separadas. Elas praticamente fecharam-se em seus universos de pesquisa e de investigação enquanto negavam-se uma a outra.

A economia manteve-se, e em grande parte ainda se mantém, fechada no seu *mainstream* ou o mundo ideal que os economistas descrevem. Este é o cenário económico simplicista que visa a elaboração de modelos económicos de equilíbrio geral que justifiquem as propostas do economistas. A racionalidade dos agentes económicos é uma das bases de suas suposições.

Ocorre, entretanto, que a *Ciência Economia* avança, apesar de muito lentamente, no sentido de perceber que a economia, como tem sido proclamada, não existe sem uma interacção directa do ambiente onde esta mesma economia é feita na prática.

É bem verdade que, ainda nos primórdios da *economia clássica*, Adam Smith<sup>1</sup> já sinalizava que alguns aspectos geográficos poderiam justificar as diferenças existentes entre os níveis de riqueza observados entre algumas regiões e países do mundo (Smith 1976). Com a sua *Teoria das Vantagens Absolutas*, ele assumia que as vantagens das nações seriam fruto de puros determinismos geográficos. Trata-se, portanto, de um primeiro “momento geográfico” na economia. Todavia, a *económica clássica* faria com que a geografia viesse a desempenhar um papel secundário ou até, muitas vezes, irrelevante nos estudos económicos (Coe *et al* 2007).

As obras de David Ricardo e a sua *Teoria das Vantagens Comparativas* (início do séc. XIX), o trabalho de Heckscher e Ohlin e a sua *Teoria das Dotações Relativas*, August Losch e a sua *Teoria da Localização* (ambos no início do séc. XX), e os Teoremas de Paul Samuelson como *O modelo dos factores de produção específicos* (a partir da metade do séc. XX), por exemplo, proporcionaram um enorme contributo para o estudo das relações comerciais e da localização dos factores de produção e suas respectivas repercussões no dia-a-dia, como nos salários, distribuição de renda, entre outros pontos.

---

<sup>1</sup> Adam Smith é considerado “o pai da economia moderna” com a sua obra *The Wealth of the Nations* publicada em 1776.

Contudo, as análises trazem, em geral, uma enraizada visão clássica da economia que inibe a observação de outros aspectos, não menos importantes, como algumas particularidades socio-políticas e culturais, que acabavam por ser desprezadas.

Contudo, e ao invés, cabe salientar que sempre existiu um relativo grau de interesse por parte dos geógrafos pela ciência económica. O esclarecimento de algumas de suas principais questões poderia ser atingido através da análise económica, principalmente no tocante à geografia urbana. Todavia, estes não possuíam conhecimentos científicos elevados na área da aplicação de modelos e análises estatísticas. Do lado oposto estavam os economistas que diziam que a geografia “apesar de interessante” não possuía uma explicação lógica (ou matemática) para as suas considerações. No que para eles revelava-se ser uma ciência de deduções subjectivas, desta forma sendo abolida do interesse de boa parte dos economistas (Alexandre 2001).

Com as primeiras obras económicas que buscavam explicar os aspectos relativos ao comércio e à localização dos factores de produção, um primeiro passo foi dado no sentido do abandono do “mundo ideal” dos economistas e uma viragem para uma maior proximidade das relações “mais reais” dos agentes económicos. O que se observa é, então, um ajuntamento, ainda que muito tímido, por parte da *ciência económica* no campo da *geografia*.

## **2. A evolução dos conceitos**

O estudo da *Geografia Económica* ocorreu no meio de constantes disputas que se travavam entre as principais correntes tradicionais da economia. Contudo, a *Geografia Económica* era, e segundo alguns autores ainda é, uma disciplina considerada à margem do cerne da análise económica (Krugman 1991).

É neste cenário que a *Teoria da Localização* é apresentada nas obras de Weber (1909) *Theory of the Location of Industries*<sup>2</sup>, e Losch (1940) *The Economics of Location*<sup>3</sup>, no que viriam a ser considerados os primeiros trabalhos no campo da *Geografia Económica*. Estes estudos tinham a característica de possuir largas bases oriundas da economia clássica, faziam um grande uso de modelos geométricos espaciais e tinham como principais interesses explicar e definir uma ordem e um padrão na distribuição das actividades económicas no espaço (Coe *et al* 2007).

Anos depois, entre as décadas de 60 e 80, um grupo de geógrafos passou a aplicar modelos de abordagem comportamental para se opor à economia tradicional e justificar a existência de uma *racionalidade limitada*. O foco ainda se mantinha nas questões relacionadas com a localização da produção, contudo, os modelos matemáticos tinham sido abandonados para a aplicação de questionários que analisariam a justificativa de determinadas decisões dos seres humanos enquanto agentes económicos.

Ainda durante a década de 70 observou-se também o surgimento de uma *Economia Política Marxista*. Esta questionava os resultados das teorias locacionais e buscava uma abordagem relacionada com as desigualdades sociais verificadas no cenário mundial. Sua metodologia consistia na análise das bases do capitalismo e das relações entre acumulação do capital e do trabalho, que geravam grandes abissais entre determinadas regiões (Coe *et al* 2007).

Entretanto, é sobretudo a partir da década de 90 que novos e mais sofisticados modelos matemáticos foram incorporados nas tradicionais *Teorias da Localização*. Surgia assim um novo grupo de economistas que estava engajado em progredir nas pesquisas que explicassem as grandes mudanças que se observavam nos meios de produção, e na localização destes, que estavam a ocorrer desde a década de 70. O objecto de estudo deste grupo era a *Nova Geografia Económica*.

---

<sup>2</sup> Weber, Alfred (1909). *Theory of the Location of Industries*. The University of Chicago Press, 1929.

<sup>3</sup> Losch, August (1940). *The Economics of Location*. New Haven: Yale University Press, 1954.



### 3. A Nova Geografia Económica: uma breve introdução

As bases da *NGE* consistem no uso de outras ciências sociais, nomeadamente a geografia humana e espacial, para que a teoria económica clássica da localização e do comércio internacional possa se aproximar da realidade. Neste sentido, Krugman afirma que “o propósito é o de trazer os grandiosos porém informais contributos atingidos ao longo dos tempos pela geografia económica e transformá-los em modelos económicos formais” (Krugman 1991: 484).

É neste sentido que se verifica um novo alinhamento da economia com as questões relacionadas com a geografia. Os cenários culturais, sociais e políticos passam a ser aceites como “dinâmica económica” e foram incorporados na análise que este novo grupo de economistas se propunha fazer.

Contudo, ainda sobre este alinhamento, Krugman, em discurso feito à Associação Americana de Geógrafos, em Abril de 2010, salienta que a “Casa Branca e o Banco Mundial não contratam geógrafos, mas sim economistas”. Ele continua e afirma que “(...) a *mainstream* não vai desaparecer (...)”, mas completa e explica que “a economia possui muitos pontos cegos e os economistas podem aprender muito com a geografia” (Krugman 2010: 2).

Prémio Nobel de Economia de 2008, Paul Krugman<sup>4</sup>, é considerado o principal autor desta nova corrente económica, assim como Venables<sup>5</sup>, Fujita<sup>6</sup>, dentre outros autores não menos importantes.

Cabe aqui a consideração de que tanto a *Geografia Económica* como a *Nova Geografia Económica* têm sido tratadas pela maioria dos economistas, prioritariamente, com as bases das *Teorias do Comércio Internacional*. Krugman fundamenta esta aproximação com a justificativa de que os

---

<sup>4</sup> Ver Paul Krugman (1991).

<sup>5</sup> Sobre Venables ver em Krugman, P. e Venables, A. (1995).

<sup>6</sup> Ler em Fujita, Masahisa; Krugman, Paul; Venables, Anthony J. (1999).

resultados obtidos pelos estudos da *Geografia Económica* eram considerados insatisfatórios quando comparados a clareza das suposições das *Teorias do Comércio Internacional* (Fujita e Krugman 2004). Ou seja, as formulações provenientes da *Geografia Económica* poderiam encontrar nas *Teorias do Comércio Internacional* suas explicações. Por sua vez, as Escolas de Geografia viam, com um certo cepticismo, às considerações que este novo grupo de economistas dizia fazer da Geografia Humana.

Portanto, sobre este grau de cepticismo observado, e mais especificadamente, sobre a hipótese de que os novos modelos da *NGE* não traziam nada de novo, Kindleberger afirma: “Confesso alguma irritação com a defesa de Krugman de que a sua teoria do comércio internacional é nova somente porque oferece em forma de equação uma verdade já bastante conhecida” (Kindleberger 1993: 56 in Gonçalves 2005: 106). O que Kindleberger<sup>7</sup> quer ressaltar é que, na sua opinião, a *NGE* defendida por Krugman não passa de uma reestruturação das teorias do comércio internacional.

Abre-se aqui um parêntese a esta exposição de ideias. Neste momento não seria interessante um maior aprofundamento nas críticas e opiniões contrárias à *NGE*. Contudo, o tema voltará a ser tratado na última parte deste capítulo.

Krugman, em tom explanatório, afirma que o trabalho da *Nova Geografia Económica* vai além da tradição da *Geografia Económica* pois, para ele, esta última se utilizava de “pretextos generalizantes que permitiam a elaboração de equilíbrios gerais e modelos económicos, como acontecem nas *Novas Teorias do Comércio* e nas *Novas Teorias do Desenvolvimento*”. Ele continua e indica que a *NGE* é um trabalho que busca perceber, inclusive, como as alterações históricas podem produzir efeitos na estrutura espacial. Para ele: “(...) o

---

<sup>7</sup> Ver mais em Kindleberger, C. P. (1993). “How ideas spread among economists: Examples from international economics” in Colander, D; Coate, A. W. (Orgs) *The Spread of Economics Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press. pp 43-60.

objectivo é o de colocar a análise geográfica directamente no *mainstream* económico” (Krugman 1998: 16)

As origens desta *NGE* remetem aos finais da década de 70 quando Dixit e Stiglitz publicariam um ensaio<sup>8</sup> que acabaria por se tornar um ponto de referência nos estudos das modernas relações económicas. Estes autores trabalharam os efeitos da concorrência monopolística e do aumento da oferta de bens na elasticidade da utilidade dos bens produzidos. Dixit e Stiglitz concluiriam que deveriam existir poucas empresas na concorrência, o que geraria uma concorrência monopolística, e que, pelo menos, um certo poder de monopólio é um ingrediente necessário para o mercado e os ganhos de economia de escala (Dixit e Stiglitz 1977).

Este texto serviu de base para *Scale Economies, Product Differentiation, and the Pattern of Trade*, obra de Krugman publicada em 1980. Uma forte presença da escola de economia clássica era notável nesta análise. Krugman apresentou, formalmente, que a diferenciação dos produtos explicava o grande volume de comércio observado entre países semelhantes e que um grande mercado doméstico era decisivo na definição da pauta de exportações de um país, para além das vantagens oriundas das economias de escala e das limitações decorrentes dos custos de transporte (Krugman 1980).

Estas formalizações clássicas observadas não estavam presentes somente nestes trabalhos citados, mas também em outros trabalhos no âmbito da *Geografia Económica* publicados naquela altura.

Entretanto, seria no seu trabalho de 1991, *Increasing Returns and Economic Geography*<sup>9</sup>, que Krugman traçaria os caminhos da *NGE*. Utilizando-se de um simples modelo, ele demonstrou a relação existente entre as economias de escala, os custos dos transportes, e as forças centrípetas e centrífugas que actuam na decisão de localização das empresas. Assim ele

---

<sup>8</sup> Dixit e Stiglitz (1977).

<sup>9</sup> Este documento é considerado pela maioria dos estudiosos da *NGE* como o “marco inicial” desta nova corrente. Fujita e Mori (2005) acrescentam ainda o trabalho *Geography and Trade*, também de Paul Krugman e igualmente publicado em 1991.

verificou a existência de um *core and periphery pattern* onde as empresas preferiam se localizar nos, ou próximo dos, grandes mercados (atraídas por um *home market effect*<sup>10</sup>), de onde poderiam realizar as suas exportações para os mercados menores. Desta forma os factores de produção acabaria por ser concentrar numa só região, a industrializada (Krugman 1991).

A propósito, cabe ressaltar duas linhas de análise no campo da *Geografia da Localização*: i) a *primeira natureza*, que tem como características os aspectos físicos condicionantes (costas, montanhas e recursos naturais), sendo esta tipicamente exógena e; ii) a *segunda natureza*, que considera a localização dos agentes económicos em comparação a outros agentes económicos (os padrões de concentração, aglomeração e disposição dos factores de produção), esta de forte carácter endógeno (Reeding 2009).

A última das tipologias acima apresentadas é a abordagem invocada pelos economistas da *Nova Geografia Económica*. A partir dela é que se potencializaram os estudos das forças de aglomeração e de dispersão que agem na economia, bem como os custos relativos aos transportes, as económicas de escala, dentre outros.

Em formato de conceitualização, citam-se as palavras de Paul Krugman sobre a *Nova Geografia Económica* onde ele toma a cidade de Nova Iorque como referência (Fujita e Krugman 2004: 141): *“The goal of the new economic geography, then, is to devise a modelling approach, a story-telling machine that lets one discuss things like the economics of New York in the context of the whole economy. That is, in general equilibrium, it should allow us to talk simultaneously about the centripetal forces that pull economic activity together and the centrifugal forces that push it apart. Indeed, it should allow us to tell stories about how the geographical structure of an economy is shaped by the tension between these forces. And it should explain these forces in terms of more fundamental micro decisions”*.

---

<sup>10</sup> Teoria defendida por Krugman onde ele indica que, num mundo de economias de escala e custos de transporte, o mercado doméstico, quanto maior ele for, mais indústrias atrairá (Krugman, 1980). Ainda sobre este efeito do mercado doméstico, Krugman assinala que a procura local tem uma forte influência sobre a pauta exportadora de um país (Krugman, 1980 e 1991).

Nesta passagem o autor ratifica a importância de um estudo económico com base no uso das técnicas da Economia Clássica e do seu *mainstream*, bem como da *Geografia Económica* e dos aspectos geográficos. Mais sobre os principais argumentos desta nova corrente económica serão expostos nos pontos seguintes desta dissertação.

#### **4. As perspectivas da Nova Geografia Económica**

Os efeitos dos custos de transporte e das economias de escala na disposição e distribuição dos factores de produção do mundo acabam por ser o principal campo de pesquisa da *Nova Geografia Económica*.

Na observação destas realidades os economistas desta corrente procuraram desenvolver diversos modelos onde projectavam aplicar os aspectos do mundo real, como a globalização, a redução dos custos de transporte e das comunicações, as políticas económicas dos governos e também das empresas, a existência da concorrência imperfeita, dentre outros, nos modelos económicos já existentes.

Nesta busca da realidade pela *NGE*, Krugman e Fujita indicam que eram necessários: “*Dixit-Stiglitz, icebergs, evolution and the computer*”, como truques intelectuais que permitiam “superar os problemas técnicos e assim relatar a economia real” (Fujita e Krugman 2004: 142 e Krugman 1998).

O que Krugman e Fujita (2004) querem indicar é que os métodos de pesquisa aplicados pelos estudiosos da *NGE* passam por considerar os efeitos da concorrência monopolística (referência a Dixit-Stiglitz), os custos de transporte (*iceberg* de Paul Samuelson<sup>11</sup>), uma análise baseada no estudo da história e da geografia, mas sem considerar determinismos históricos e geográficos (referência que indica a crença na evolução), e por compilar as diversas informações em modelos que empregam uma alta tecnologia associada a análise económica (referência feita aos computadores).

---

<sup>11</sup> Refere-se a obra de: Samuelson, Paul (1954). “The Transfer Problem and Transport Costs”, *The Economic Journal*, 64, 264–89.

As observações realizadas a partir dos pressupostos da *NGE* tem origem, não só nos economistas, mas também nos geógrafos, e foram constatadas directamente nos salários, nos valores das terras, nos preços dos produtos, nas relações centro-periferia, e na distribuição da riqueza e da produção ao nível mundial. Analisam-se ainda a formação de novos e grandiosos centros urbanos – consequência das forças de aglomeração, e a desocupação de muitas outras partes do mundo – forças de dispersão<sup>12</sup>.

Diante do até aqui exposto, permite-se elaborar um índice dos principais pressupostos desta *Nova Geografia Económica*, que facilitará no avanço desta dissertação:

- i) A existência da concorrência imperfeita nos mercados;
- ii) Os ganhos decorrentes das economias de escala;
- iii) A verificação do elevado comércio existente intra-indústrias;
- iv) O gosto do consumidor pela diversidade;
- v) A importância dos custos dos transportes e das comunicações;
- vi) A maior liberdade na deslocação dos factores de produção (trabalho, capital financeiro e capital intelectual);
- vii) A importância do acesso ao mercado consumidor e os efeitos do mercado doméstico na localização das indústrias.

#### **4.1. Dos rendimentos constantes aos rendimentos crescentes**

Durante muitos anos a economia se utilizou de modelos que tinham os rendimentos constantes como seus princípios basilares. Nestes modelos clássicos da teoria do comércio internacional o comércio se justificava pelas

---

<sup>12</sup> São muitos os ensaios que relevam os resultados baseados nos pressupostos da *NGE*. No que diz respeito as políticas e as metrópoles nos países em desenvolvimento – Krugman, P. e Elizondo, Raul (1995). “Trade Policy and Third World Metropolis”. *Journal of Development Economics*. Vol 49/1996 - 137-150; sobre os efeitos da divulgação da tecnologia no processo de aglomeração – Feldman, Maryann P. (1999). “The New Economics of Innovation, Spillovers and Agglomeration: A review of empirical studies”. *Econ. Innov. New Techn.*, 1999. Vol. 8, pp. 5-25; observações realizadas no Japão - Nakamura, R. (1985). “Agglomeration Economies in Urban Manufacturing Industries: A Case of Japanese Cities”. *Journal of Urban Economics* 17:108-124; nos EUA e sob a óptica da procura - Justman, M. (1994). “The Effect of Local Demand on Industry Location”. *The Review of Economics and Statistics* 76 (Nov): 742-53; dentre muitos outros.

diferenças nas dotações que cada país possuía<sup>13</sup>. Contudo, o aprofundamento em novos modelos evidenciou que existiam outros motivos que levavam os países a se especializarem e comercializarem entre eles. Um destes motivos eram os rendimentos de escala<sup>14</sup>.

As teorias que traziam a ideia de rendimentos constantes afirmavam que quando se duplicavam os factores de produção de uma indústria ou país sua produção também dobrava. Contudo, na realidade, o que se observava era que a produção era motivada por economias de escala e quando os factores de produção eram dobrados o resultado na produção era de mais do que o dobro. Krugman e Obstfeld destacam que “Na prática, no entanto, muitas indústrias são caracterizadas por economias de escala (...) de modo que a produção é mais eficiente quanto maior for a escala na qual ela ocorre” (Krugman e Obstfeld 2001: 126).

As economias de escala podem ser divididas em dois grupos que reflectem o tipo de aumento de produção que deve ocorrer para que o custo médio de produção caia (Krugman e Obstfeld 2001):

i) Economias de escala externas – ocorrem quando o custo por unidade depende do tamanho da indústria como todo (o parque industrial), mas não obrigatoriamente do tamanho da firma individual;

ii) Economias de escala internas – estas ocorrem no âmbito da firma individual e do custo nesta firma em específico.

Como causa e consequência das economias de escala estão os elevados de níveis de especialização que podem ocorrer nas indústrias e nos países. Isto ocorre para que os retornos provenientes das economias de escala possam ser maximizados. No entanto, para que haja a produção em escala, é

---

<sup>13</sup> Gonçalves (2005) indica como Modelo Clássico o trabalho de David Ricardo, o Modelo Neoclássico de Heckscher-Ohlin e de Samuelson, que utilizavam como elemento de justificação do comércio as vantagens comparativas dos factores de produção de um determinado país em comparação a outro.

<sup>14</sup> Rendimentos de Escala, Economias de Escala e Rendimentos Crescentes devem ser consideradas expressões sinónimas.

necessária uma redução na diversidade dos bens produzidos, como já indicavam as Teorias do Comércio Internacional, e também Dixit e Stiglitz (1977), Krugman (1980 e 1991), que já alinhavam com o pressuposto das formações organizacionais em concorrências monopolísticas.

#### **4.2. Concorrência perfeita e concorrência imperfeita**

A concorrência perfeita também faz parte do arcaboço dos modelos económicos que tinham como fundamento os rendimentos constantes. Ocorre que com a evidenciação da existência dos ganhos provenientes das economias de escala observou-se também que as firmas passavam a se organizar de um modo diferente para que fosse possível se alcançar estes lucros. Este arranjo estrutural viria a ser chamado de concorrência imperfeita.

Sobre a concorrência perfeita, apesar de ser considerada utópica para muitos autores, pode ocorrer quando os ganhos de economia de escala são do tipo externo (onde as firmas são tomadoras de preços no mercado). Isto se dá pois neste modelo não existem vantagens para as firmas grandes. Todavia, no modelo de economias de escala internas (com firmas formadoras dos preços no mercado), os ganhos são provenientes da maior redução de custos que as firmas de grande dimensão conseguem ter sobre as mais pequenas, o que leva a um mercado imperfeitamente competitivo (Krugman e Obstfeld 2001; Samuelson 1983).

O que se pode observar é que os ganhos provenientes das economias de escala são um dos principais motores, senão o principal, para que se forme uma concorrência imperfeita no mercado. A necessidade que as firmas tem de serem relativamente grandes para que o custo de produção da unidade extra adicional reduza-se ao máximo faz com que o mercado incline-se para uma organização baseada em poucas, porém grandes firmas.

Ademais, a concorrência imperfeita apresenta-se de duas formas: i) monopólio puro, onde apenas uma empresa domina todo, ou praticamente todo, o mercado. Esta situação é rara nos dias actuais, salvo diante de



medidas proteccionistas ou de interesse políticos estratégicos nacionais, e ainda assim dificilmente é identificada na prática; ii) oligopólio, onde um pequeno grupo de grandes empresas é detentor da totalidade, ou quase totalidade, de um mercado (Krugman e Obstfeld 2001; Samuelson 1983).

No oligopólio, prática mais vulgarmente observada nos mercados actuais, as políticas de preços das empresas são interdependentes, ou seja, os preços praticados influenciam não só o comportamento dos consumidores, mas também as reacções das firmas concorrentes (Krugman e Obstfeld 2001; Samuelson 1983).

Quadro 1 – Tipos de Concorrência

GÉNERO DE CONCORRÊNCIA	NÚMERO DE PRODUTORES E GRAU DE DIFERENCIAÇÃO DOS PRODUTOS	ACTIVIDADES ECONÓMICAS ONDE PREDOMINA	GRAU DE CONTROLO SOBRE OS PREÇOS	MÉTODOS DE COMERCIALIZAÇÃO
<i>Concorrência perfeita</i>	Muitos produtores, produtos idênticos	Algumas actividades agrícolas	Nenhum	Vendas no mercado ou em leilões
<i>Concorrência imperfeita:</i> Muitos vendedores diferenciados	Muitos produtores, numerosas diferenças reais ou imaginárias entre os produtos	Pastas dentífricas, comércio de retalho; conglomerados	Algum	Rivalidade em matéria de publicidade e de qualidade; preços administrados
Oligopólio	Poucos produtores; pequena ou nenhuma diferença entre os produtos	Aço, alumínio		
	Poucos produtores; alguma diferenciação nos produtos	Automóveis, máquinas		
<i>Monopólio total</i>	Um único produtor; um único produto sem sucedâneos perfeitos	Alguns serviços públicos	Considerável	Publicidade visando objectivos de promoção dos produtos e fins institucionais

Fonte: Samuelson (1983: 504)

Existe ainda a concorrência monopolística, que estaria entre a concorrência perfeita e o monopólio, mas mais aproximada dos modelos de oligopólio. Tem como característica as empresas se comportarem como em um monopólio, ou seja, apresentam o seu produto – que pode, ou não, ser diferenciado dos demais – e determinam o seu preço sem se preocupar com a concorrência apesar de estarem conscientes da interdependência existente entre os grandes grupos oligopólicos. A diferenciação do produto, a

publicidade, a localização, dentre outros factores, criam um diferencial que possibilita que a empresa possa formar preços no mercado tendo em conta seu público consumidor. Krugman e Obstfeld consideram que para uma análise do comércio internacional este é o modelo mais indicado, não apenas pelo seu realismo, mas sim pela sua simplicidade. Pois para eles, na realidade, a estrutura de mercado mais comum é a de oligopólio de pequenos grupos (Krugman e Obstfeld 2001: 132 e 136).

Deste modo, o modelo da concorrência monopolista acabou por ser a estrutura mais aceite para uma análise contemporânea das relações existentes no comércio internacional tendo com base os retornos provenientes das economias de escala.

#### **4.3. Os custos de transporte, a mobilidade dos factores de produção e os níveis de salários**

Os custos de transporte eram, na grande maioria das vezes, desconsiderados, ou iguais a “zero”, nos modelos clássicos. Ora, esta variável é fundamental para se aferirem as tendências dos fluxos comerciais, como viriam a evidenciar os estudos com base nas economias de escala.

Davis e Weinstein (1998) indicam que seria complicado evidenciar o crescimento do comércio com base nas economias de escala se os custos de transporte continuassem a ser “zero” como nas teorias tradicionais do comércio internacional (Davis e Weinstein 1998: 8). Em seu trabalho, estes autores ressaltam ainda a importância do *market access* e do *home market effect* na formação dos modelos económicos<sup>15</sup>.

O custo de transporte do tipo “*iceberg* de Samuelson” é o mais apresentado nos trabalhos ligados a *NGE*. Nesta definição o valor do transporte está incluído no preço da mercadoria embarcada. Deste modo ele se

---

<sup>15</sup> No contexto do *market access*, e no que respeita aos aspectos culturais, Ramos Silva apresenta o estudo de Helliwell (1999) que indica que os países que possuem a língua em comum possuem fluxos comerciais 1,7 vezes maiores do que outros países nas mesmas condições (Silva 2002: 215).

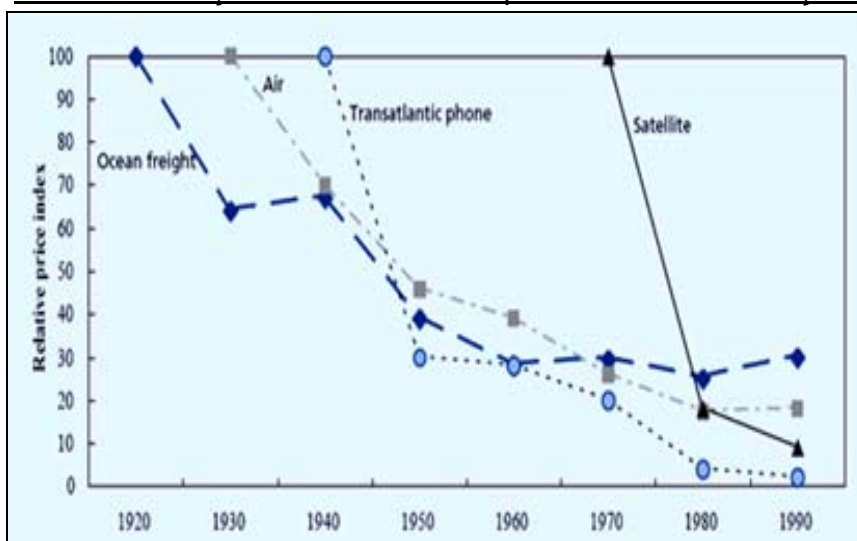
assemelharia a um *iceberg*, já que a sua parte principal não é visível como em um *iceberg* real, que tem a sua maior parte submersa.

Ainda sobre a importância dos custos de transporte no comércio internacional Readding assinala que (Readding 2009: 11): “(...) *transportation and trade are separate sectors of the economy and their organization can have important implications for the volume and pattern of trade. For example, trade costs can be asymmetric (as when the volume of trade varies depending on its direction) and the organization of trade networks can be itself endogenous to the spatial distribution of economic activity*”.

Este autor considera ainda que os custos de transporte do tipo *iceberg* são uma simplificação conveniente para os modelos da *NGE*. Ele salienta que os mais recentes estudos ligados aos custos fixos do comércio enfatizam a quantidade ao contrário do valor, o que seria uma nova visão (Readding 2009).

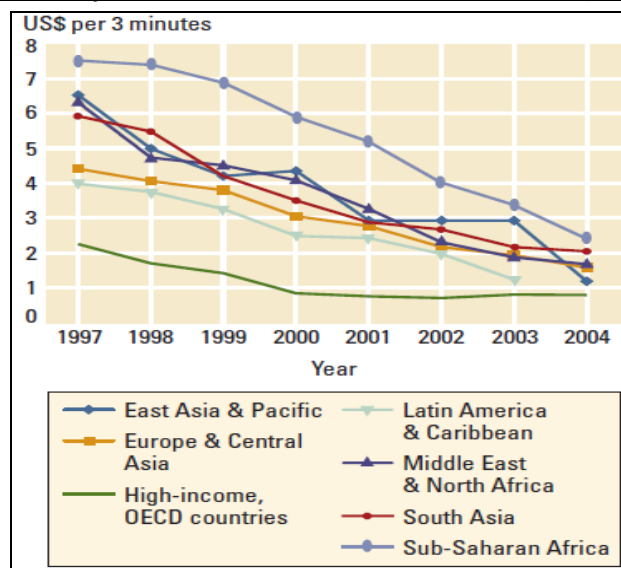
Uma realidade empírica é a de que os custos de transporte e de informação vem se reduzindo ano após ano. Para além disso, os serviços estão cada vez mais modernos, mais fiáveis e mais velozes. Esta evidência é, para muitos autores, uma das principais causas para o aumento substancial no volume do comércio internacional, bem como das transacções financeiras que se verificam nos últimos 50 anos (ver gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 – Preços relativos dos transportes e das comunicações



Fonte: Adaptado, Banco Mundial 1995

Gráfico 2 – Preço médio de uma chamada telefónica para os EUA



Fonte: Banco Mundial 2009

Por outro lado, esta redução nos custos de transporte fundamenta uma interessante hipótese de Krugman e Venables (1995), apresentada em *Globalization and the Inequality of Nations*. Estes autores levantam a ideia de que, num primeiro momento, esta redução dos custos de transporte no comércio internacional tem como consequência um agravamento das desigualdades económicas entre as regiões Norte-Sul e a acentuação de um modelo de centro (produtivo e desenvolvido) e periferia (consumidora de tecnologia e subdesenvolvida). Contudo, em um segundo momento, com a continuação na redução dos custos de transporte e comunicações, os países menos desenvolvidos, que na maioria dos casos oferecem mão-de-obra, terras, matérias-primas, dentre outros factores de produção mais baratos que os países desenvolvidos, receberiam e domiciliariam boa parte dos grandes centros produtivos globais que passariam a abastecer os países desenvolvidos - outrora exportadores. Eles continuam e acreditam que a melhoria das relações internacionais para os países menos desenvolvidos elevaria os salários locais, como também geraria uma retracção das economias do Norte e obrigaria um abrandamento no alto consumo das populações dos actuais países ricos. A consequência disto seria uma real diminuição da desigualdade mundial onde as diferenças poderiam se tornar nulas e, inclusive, se inverterem (Krugman e Venables 1995).

Esta hipótese mostra-se reveladora no sentido de demonstrar a importância que os custos de transporte e de comunicações possuem nas modernas relações económicas.

#### **4.4. O comércio intra-indústrias e o gosto pela variedade**

Durante a década de 70 e 80, os economistas observaram que os países industrializados, responsáveis pela maior parcela do comércio internacional, estavam a se tornar cada vez mais parecidos em seus níveis de tecnologia, na disponibilidade de capital e na presença de mão-de-obra qualificada.

Deste modo, as trocas comerciais entre os países foram se modificando de um antigo modelo inter-industrial (com base na *Teoria das Vantagens Comparativas*) para uma nova estrutura com base nas trocas intra-indústrias (fundamentadas pelos modelos de economias de escala).

O comércio intra-indústrias tinha, portanto, a capacidade de gerar as economias de escala para as indústrias, através da ampliação dos mercados consumidores, mas também era vantajoso para os consumidores em geral que passariam a ter acesso a uma maior variedade de produtos.

Um dos efeitos nas estruturas produtivas nacionais foi a crescente formação de grupos oligopólicos para que fosse possível a obtenção dos ganhos das economias de escala, o que resultava num elevado nível concorrência monopolística e também de especialização da produção.

A sequência ocorre quase que em cadeia, pois esta elevação da especialização doméstica tornava necessário um maior escoamento desta produção que só poderia ocorrer através da expansão dos mercados consumidores. Outro ponto é que a especialização industrial tem um efeito depreciativo na variedade dos produtos oferecidos (Krugman e Obstfeld 2001: 144-146).

Todavia, o consumidor valoriza a variedade e assim justifica-se que exista um elevado grau no comércio intra-indústrias, ou seja, no comércio realizado entre variedades produzidas (Dixit e Stiglitz 1978: 300). Por exemplo, os consumidores do país A, que produz e exporta somente manufacturas, podem, ao mesmo tempo, ser importadores de manufacturas. Desta forma o comércio não estaria limitado somente ao comércio inter-industrial, ou seja, aos produtos que este país A não possua ou não produza, como os alimentos, neste exemplo.

Esta tendência do comércio intra-indústrias foi evidenciada em trabalhos da década de 1970 onde se constataram que uma grande parcela do comércio internacional estava a ser realizada entre países com características semelhantes e produtos de qualificações parecidas. Já entre países com maiores diferenças o comércio era basicamente inter-indústrias. (Krugman 1991; e Krugman e Obstfeld 2001).

#### **4.5. Os benefícios do comércio: algumas considerações**

A integração da economia local no mercado global reflecte em vantagens económicas diante da ampliação do mercado doméstico. Segundo Krugman e Obstfeld (2001: 137-139), sobre um mercado grande: “(..) haverá normalmente mais firmas e mais vendas por firma; aos consumidores em um mercado grande serão oferecidos preços mais baixos e uma variedade maior de produtos que aos consumidores em mercados pequenos”.

Desde modo, o alargamento dos mercados gerado pelo comércio internacional possibilitaria que as empresas e os países se especializem naquilo que produzam melhor e da melhor forma. O resultado disto é um aumento da produção à escala mundial e uma distribuição a preços mais competitivos. Para as empresas isto possibilita os ganhos associados as

economias de escala. Para os consumidores, em geral, os ganhos surgem da elevação da renda nacional e da equiparação dos salários dos trabalhadores<sup>16</sup>.

O comércio surge ainda como um elemento que garante, e até amplia, a oferta de produtos aos consumidores, satisfazendo assim o seu gosto pela variedade. Mais que isso, desde os primeiros modelos do comércio internacional a troca entre os países é considerada benéfica para ambas as partes, pois possibilita o pleno emprego dos factores de produção disponíveis em ambos países (Carvalho e Silva 2007: 33).

Não parece restar dúvidas que o comércio pode ser benéfico para todos, contudo, inúmeras são as críticas. Estas passam por vários campos de estudos sociais e económicos. Não é do interesse deste trabalho um aprofundamento nestas críticas, mas sim apresentar, neste subcapítulo, algumas considerações que possam fortalecer o comércio e seus benefícios.

As relações comerciais precisam de termos de troca justos e sustentáveis para que este comércio benéfico possa se efectivamente realizar. Estes “preços de referência” servem para monetarizar aquilo o que Samuelson e Jones chamavam de “preços relativos”<sup>17</sup>, e dizem respeito à quantidade de mercadorias que um país A necessita para trocar por uma outra mercadoria produzida por um país B.

Diversos autores indicam evidências empíricas de que estes padrões tem se deteriorado ao longo dos anos e não seguiram os fundamentos pensados pelos teóricos. Aspectos como o nível de tecnologia, níveis de especialização da mão-de-obra empregada, aspectos fiscais e governamentais, influenciam e agem directamente nestes padrões de troca desviando seus valores.

---

<sup>16</sup> Krugman e Venables apresentam em “Globalization and the Inequality” a ideia de que, no longo prazo, com o comércio internacional e o livre transito dos factores de produção, existe uma tendência de nivelamento dos salários da classe trabalhadora na escala global. (Krugman e Venables 1995).

<sup>17</sup> Ver mais em: Samuelson, Paul (1971). “Ohlin was right”. *Swedish Journal of Economics*, 73, 1971; e também em Jones, Ronald W. (1971). “A three-factor model in theory, trade and history”. in Bhagwati, Jagdish et al. (eds). *Trade, Balance of Payments and Growth*, Amsterdam, 1971.

Como é do conhecimento geral a economia não consegue funcionar no seu sentido mais puro, o sentido idealizado pelos economistas clássicos. Desta forma, o poder de troca dos países mais poderosos foi se fortalecendo ao longo dos anos, ao contrário dos países menos favorecidos. Conclui-se, portanto, que muito ainda precisa ser feito para que o comércio possa ser vantajoso para todos, como sugerem os clássicos.

## **5. Nova Geografia Económica: uma nova visão?**

A proposta da *NGE*, como foi anteriormente assinalado, passa por utilizar de formalizações provenientes das anteriores Teorias do Comércio Internacional e do Desenvolvimento<sup>18</sup> em novos modelos elaborados com base numa maior proximidade de uma realidade empírica.

Aspectos anteriormente ignorados como os custos de transportes, os rendimentos crescentes, os ganhos de monopólio, dentre outros, passaram a ser tratados nos esquemas e nas equações elaboradas pelos economistas, o que se reflectiu em modelos mais exactos e realistas das estruturas económicas contemporâneas.

Contudo, como ressalta Gonçalves, acerca da *NGE* vir a ser uma Teoria Geral: “não existe uma Teoria Geral do Comércio Internacional e esta parece estar muito distante de ser alcançada”. Este autor salienta e se justifica indicando que qualquer modelo que tentar se aproximar da realidade das transacções existentes entre os países e entre as empresas, não pode, primeiramente, deixar de lado as transacções de serviços e que depois se esbarraria numa enormidade de variáveis exógenas e impossíveis de serem ordenadas em um só modelo (Gonçalves 2005: 116-120).

Um outro ponto que Gonçalves revela é que estes modelos (assentes na concorrência imperfeita e nas economias de escala) formaram uma onda de maior intervenção por parte dos governos nas políticas económicas (Krugman

---

<sup>18</sup> Sobre o pensamento desenvolvimentista recomenda-se a leitura de Friedrich List, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Raul Prebisch, Celso Furtado, H. J. Chang, dentre outros autores.



1986 in Gonçalves 2005: 106). Este autor continua e indica que o resultado observado foi o de um Estado com maior presença na economia o que revelou ser um contra-senso as teorias neoclássicas e as políticas de livre comércio, o que parece configurar uma característica destes novos modelos (Gonçalves 2005: 106).

Na óptica de um geógrafo tradicional, Milton Santos demonstra sua insatisfação com os modelos que abordam os monopólios e as economias de escala que, segundo ele, “desconsideram o circuito inferior da economia em detrimento do circuito superior, ou moderno” (Santos 1975a: 81). Para ele a economia, e aqui referindo-se principalmente a economia espacial, “necessita de uma compreensão multidimensional e transtemporal, e que considere a população e os espaços geográficos das relações” (Santos 1975b: 169). Santos critica duramente as Teorias Económicas ao afirmar que “infelizmente um número excessivo de *scholars* se contenta em descrever, e a maior parte das teorias espaciais são estáticas e abstraem com demasiada facilidade o homem” (Santos 1975c: 160).

Os pontos de vista são dos mais diversos e surgem das mais diferentes formas de argumentação como, por exemplo, o texto de outro geógrafo, Henry Yeung. Neste trabalho, que tem como base o estudo de Amin e Thrift<sup>19</sup>, o autor revela que o elevado grau de endurecimento das teorias tradicionais da *Geografia Económica* tem levado a um desinteresse pelo estudo desta ciência. O autor indica, inclusive, que a *Geografia Económica* deveria procurar se aproximar mais das áreas sociais que tem formado a corrente desta “nova economia” (Yeung 2001: 169:172).

De volta ao pensamento dos geógrafos económicos mais tradicionais, estes indicam que Krugman utiliza erroneamente o termo “nova” para a sua *Nova Geografia Económica*. Segundo estes geógrafos, a “*Nova Geografia Económica*” não vai além do que a tradicional Escola de Geografia já havia dito e estudado, e também não se distancia em nada do elevado grau de abstrato

---

<sup>19</sup> Ver em: Amin A. e Thrift, N. (2000) “What kind of economic theory for what kind of economic geography”. *Editorial Board of Antipode* 32 (1): 4-9.

que são as velhas teorias do comércio. Sobre isso Krugman diz que “os geógrafos possuem queixas emocionais” e indica o exemplo de um explorador que descobre um novo mundo e afirma “encontrei um novo mundo”, os nativos podem não gostar disto (Fujita e Krugman 2004: 149-150).

Nesta sequência Fujita indica que as críticas provenientes dos cientistas regionais e dos economistas urbanos se fundamentam por que estes tiveram “o seu paraíso invadido”. Ele explica que este grupo esteve protegido durante décadas pelos modelos matemáticos da *mainstream* e preferiam se manter afastados da economia espacial, “pois a consideravam um terreno hostil por não saberem lidar com questões como estruturas de mercado e economias de escala”. Ele conclui que “este grupo foi profundamente abalado quando no início dos anos noventa Krugman surgiu com a *NGE*” (Fujita e Krugman 2004: 150).

No entanto, em tom reflexivo, Krugman reconhece que a *NGE* se utiliza de uma simplificação metodológica “pobre e barata”<sup>20</sup>. Todavia, ele justifica que as simplificações eram necessárias diante da grandiosidade da proposta<sup>21</sup> e também pelo pouco tempo de existência e de estudos que a *Nova Geografia Económica* possuía. Fujita intervêm e completa ao dizer acreditar que “paulatinamente a *NGE* conseguirá incorporar mais e mais suposições realistas e gerais”. Acerca de um futuro para a *NGE* Krugman finaliza “(...) *the New Economic Geography can be viewed as a continuation of Isard’s*<sup>22</sup> *dream of a general location theory*” (Fujita e Krugman 2004: 151-153).

Em meio a esta “guerra de argumentos”, cita-se um pequeno fragmento do texto de Geoffrey Harcourt sobre a crise da *mainstream*<sup>23</sup>: “A person from

---

<sup>20</sup> Aqui Krugman está a se referir ao, anteriormente citado, “truque” de Dixit-Stiglitz, *icebergs, evolution and the computer*.

<sup>21</sup> A proposta da *NGE* é, segundo Fujita e Krugman (2004: 150): “estabelecer um novo equilíbrio geral que possibilitasse explicar como a estrutura geográfica de uma economia é moldada tendo em conta as tensões existentes entre as forças centrípetas e centrífugas”.

<sup>22</sup> Krugman refere-se a Walter Isard, principal nome no estudo da Ciência Regional. Isard construiu esta disciplina com base num grupo interdisciplinar e escreveu em 1956, *Location and Space-economy: a General Theory Relating to Industrial Location, Market Areas, Land Use, Trade, and Urban Structure*. Cambridge: MIT.

<sup>23</sup> Harcourt, Geoffrey (2010). *The crisis in mainstream economics*. Real-world Economic Review. Issue nº 50. Palestra apresentada na SOAS em 12 Maio de 2010.

*Mars would be hard put to find much if any resemblance between the theory with which he/she was presented and the world with which he/she/it was confronted*". É um excerto que procura indicar uma precariedade observada por este autor nos fundamentos originais do centro duro da economia quando em comparação com a realidade económica. Algo como "o quanto é difícil se perceber a Teoria na Prática" (grifo meu).

Para se responder a pergunta proposta na parte introdutória deste capítulo é útil ressaltar a evidência de que a *Nova Geografia Económica* está longe de ser uma unanimidade entre os economistas e os estudiosos. Contudo, deve se dar relevo a importante ligação estabelecida por esta nova corrente entre as principais Teorias Clássicas e os reais actores que são os principais agentes nos processos económicos. Neste sentido a *NGE* pode, sim, ser reconhecida como uma "nova teoria económica".

A articulação que existiu entre erguer uma base teórica inicial fundamentada na utilização das consagradas teorias clássicas do comércio internacional e da localização, associa-las ao moderno estudo da *Geografia Económica*, e aplicar as duas aos casos mais comuns do dia-a-dia, são méritos consagrados a esta nova corrente económica e aos seus seguidores.

## **II PARTE**

### **ESTUDO DE CASO**

## II CAPÍTULO

### AS RELAÇÕES ECONÓMICAS ENTRE BRASIL - ANGOLA E BRASIL - MOÇAMBIQUE

Na segunda parte deste trabalho realiza-se um estudo de caso onde são analisados os fluxos de investimento directo e o comércio externo, entre o Brasil e os dois países seleccionados da África Subsaariana, Angola e Moçambique.

No contexto actual, a escolha destes dois países é explicada diante da forte acção do governo brasileiro, quer no domínio político, quer económico, relativamente a África e a CPLP.

Através da análise de dados secundários, obtidos, principalmente, através de organismos oficiais, o estudo de caso se pautará na apresentação dos principais elementos económicos que expressem a realidade dos países em causa dentro da temática pretendida.

Logo a seguir, na terceira parte, concluídas as observações sobre as exposições empíricas, o trabalho se debruça na perspectiva de se verificar a existência de alguma evidência com base na *Nova Geografia Económica* e que justifique o acréscimo no fluxo financeiro e comercial entre o Brasil e os dois países africanos referidos. Concomitantemente, procurará indicar outros elementos que possam ajudar a justificar estas relações.

#### **1. As relações Brasil-África: um apanhado histórico**

As relações entre o Brasil e a África remotam ao período das grandes navegações e, mais exactamente, durante a colonização portuguesa do Brasil quando milhões de escravos negros foram trazidos do continente africano para prestarem trabalhos forçados em terras brasileiras.

No início do século XIX, em 1822, o Brasil alcançaria a sua independência da metrópole portuguesa. Pouco mais de meio século depois abolia-se a escravidão<sup>24</sup> e em mais alguns anos, em 1889, seria proclamada a República Federativa do Brasil. Contudo, a marca do povo africano para sempre se faria presente nas raízes da nação brasileira, seja através de sua cultura, sua arte, suas tradições e seus credos, que foram absorvidos e valorizados na miscigenada nova nação brasileira.

Do outro lado do Atlântico, em contrapartida, a grande maioria de África permanecia colónia das potências europeias, cujo Brasil era parceiro e detentor de boas relações diplomáticas. Neste contexto, anos se passaram sem que o Brasil interferisse nos assuntos coloniais.

Contudo, com o final da segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América consolidaram o Brasil na sua zona de influência directa. Esta parceria, mesmo que diante de alguns momentos de atribulação, permaneceria durante toda a guerra-fria, onde os governos brasileiros, na sua generalidade, sempre caminharam conforme os interesses americanos.

Entretanto, em África, a partir da década de 50, e já diante dos inúmeros conflitos que se iniciavam pelas independências das colónias, o Brasil modificaria, ainda que subtilmente, a sua posição de apoio às metrópoles europeias. A prerrogativa, como afirmou o embaixador Muniz Aragão nas Nações Unidas, era a de que: “o interesse económico do Brasil seria mais bem defendido, nos foros internacionais, com a emancipação dos territórios africanos”, onde ele se referia à concorrência que as exportações brasileiras sofriam de África no mercado internacional (Saraiva e Gala 2008:3).

Todavia, “a grande viragem pró-África” (grifo meu) aconteceria a partir do ano de 1961 e no governo desenvolvimentista de Jânio Quadros. Este presidente reorientou a política externa brasileira para África, bem como para a ex-URSS e o Leste Europeu, mas sem nunca romper com os EUA: “buscava-

---

<sup>24</sup> Lei do Ventre Livre, de 28.09.1871, e Lei Áurea, de 13.05.1888.

se, na verdade, certos graus de autonomia para a política exterior, numa estratégia pragmática, para garantir a expansão capitalista coordenada pelo Estado” (Saraiva e Gala 2008:5).

Nesta década, o Brasil inflamava-se em um discurso contra o colonialismo e o racismo, e sublinhava o princípio da auto-determinação dos povos. Sustentava-se ainda a ideia de que “o Brasil tinha aspirações comuns com a África, como o desenvolvimento económico, a defesa dos preços das matérias primas, a industrialização e o desejo de paz”<sup>25</sup> (Saraiva e Gala 2008:6). Contudo, o golpe militar de 1964 interromperia a crescente corrente africanista do governo brasileiro.

No entanto, não tardou muito para que o Brasil, novamente, se virasse para África. A crise do petróleo da década de 70, agravada com a carência energética brasileira, fez com que a reaproximação fosse inevitável. Deste modo, os governos militares brasileiros procuraram abrir, ou reabrir, caminhos em África para que o Brasil conseguisse manter a sua política de desenvolvimento económico e industrial<sup>26</sup>.

Seria, portanto, nas décadas de 70 e 80 que se verificaria o que alguns autores chamam de “o período de ouro” das relações entre o Brasil e a África. Dados revelam que, por exemplo, entre os anos de 1972 e 1974, as exportações brasileiras para África quase que quintuplicaram e as importações oriundas deste continente mais que quadruplicaram (tabela 1).

---

<sup>25</sup> É ainda neste período que as embaixadas brasileiras em Acra, Tunes e Lagos começariam a ser operadas. O consulado existente em Dacar seria elevado a embaixada e novos consulados foram abertos em Luanda, Lourenço Marques (hoje Maputo), Nairobi e Salisbury. Para além de missões diplomáticas brasileiras em África e que eram reciprocamente encorajadas. Gana e Senegal chegaram a constituir embaixadas no Brasil no ano de 1962 (Saraiva e Gala 2008).

<sup>26</sup> Note-se também que é neste período que ocorre a “Revolução dos Cravos” em Portugal - 1974. Este momento histórico marca o rompimento da “política respeitosa” (grifo meu) que o governo brasileiro mantinha com Portugal no que diz respeito as suas colónias em África. É ainda neste contexto, que o governo brasileiro viria ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975 (Ribeiro 2010).

**Tabela 1 – Exportações e Importações Brasileiras para África (US\$1.000)**

Ano	Exportações	Importações
1972	90.390	152.967
1973	190.001	169.903
1974	435.323	679.998

Fonte: Banco do Brasil, Cacex (in Santana 2003: 531)

Em 1970, África representava apenas 2% do total do intercâmbio comercial brasileiro e em meados da década de 80 estes valores já atingiam os 10% (Saraiva e Gala 2008:10). A participação africana no universo das exportações brasileiras atingiria o seu maior percentual no ano de 1981<sup>27</sup> (tabela 2).

**Tabela 2 – Exportações Brasileiras 1979/1986 (US\$ 1.000)**

Ano	Total	Variação (%)	África	Participação no Total (%)	Variação (%)
1979	15.244.377	20,4	692.882	4,5	4,3
1980	20.132.401	32,1	1.313.199	6,5	89,5
1981	23.295.356	15,7	1.963.267	8,4	49,5
1982	20.180.966	-13,4	1.390.229	6,9	-29,2
1983	21.903.182	8,5	1.237.555	5,7	-10,8
1984	27.006.553	23,3	1.976.458	7,3	59,4
1985	25.639.028	-5,0	2.021.688	7,9	2,3
1986	22.348.713	-12,8	945.123	4,2	-53,4

Fonte: MDIC/SECEX (in Santana 2003: 533)

Contudo, o cenário internacional do aumento das taxas de juros nos EUA viria a representar o fim deste crescimento nas relações comerciais. A crise da dívida dos anos 80 veio para minar as economias em desenvolvimento. Os países viram suas dívidas externas crescerem de forma exorbitante num curto espaço de tempo<sup>28</sup>.

No Brasil, bem como em África, o cenário não foi diferente. Para conseguir honrar o pagamento de suas dívidas, muitos países em desenvolvimento viram-se obrigados a recorrer às políticas do FMI e do BM que acabavam por conter o crescimento de suas economias. Estas políticas de

<sup>27</sup> Santana afirma que: “a adesão das empresas ao esforço exportador do governo foi conseguida, em grande parte, à custa de generosos incentivos fiscais, creditícios e cambiais, entre outros, que eram colocados à disposição de empresas voltadas para a exportação” (Santana 2003: 533).

<sup>28</sup> Para uma leitura mais aprofundada e esclarecedora sobre este assunto recomenda-se Stiglitz (2007).



estabilização obrigavam a fortes restrições orçamentais que levavam a uma perda de liquidez na economia nacional, reduzindo assim os investimentos e as políticas de expansão comercial (Santana 2003: 533-534). A tabela 3, demonstra esta retracção da economia africana em termos da participação deste continente no total do comércio internacional.

Tabela 3 – África: Participação nas Importações e Exportações Mundiais (%)

1950	1960	1965	1979	1975	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995
3,3	3,5	2,9	2,4	2,3	2,5	1,7	1,2	1,1	1,0	1,0	0,9	0,8

Fonte: UNCTAD 1999 (in Ribeiro 2010: 60)

No contexto político interno, o Brasil viveu ainda durante a década de 80 o período de transição entre o regime militar e o regresso à democracia. Mas, sobretudo diante das dificuldades enfrentadas pela economia nacional, as novas elites do governo e da sociedade civil passaram a ponderar a relêvância das políticas Sul-Sul<sup>29</sup>, ou terceiro mundistas (Ribeiro 2010:59). Esta reconsideração das acções políticas tiveram repercussões reais nas relações comerciais entre o Brasil e a África, e podem ser observadas na Tabela 4, nomeadamente na variação negativa de 53,4% do total da participação africana nas exportações brasileiras no ano de 1986.

A década de 90 seria o que Saraiva e Gala afirmam de “(...) o período de uma grande sonolência nas relações entre o Brasil e a África”. Estes autores indicam que parte desta estagnação ocorreu por que “(...) África marginalizou-se cada vez mais no sistema internacional” (Saraiva e Gala 2008: 10-11). Para além disto, o Brasil ainda viveu a “década perdida” dos anos 80 até o início dos anos 90. Este cenário de dificuldades económicas e financeiras que o Brasil passou foram determinantes para as relações brasileiras com o continente africano, como afirma Ribeiro: “Frente a este cenário, e em meio às demandas comerciais e às dificuldades financeiras enfrentadas pelo Brasil, depreende-se

---

<sup>29</sup> Sobre a Política Internacional Brasileira para África, o Embaixador brasileiro José Pimentel define duas percepções existentes na comunidade brasileira: i) os *Nostálgicos* – que ressaltam a responsabilidade histórica e a dívida irredimível que o Brasil tem para com o continente africano; e os ii) *Catastrofistas* – que se utilizam de dados e estatísticas para afirmar que os africanos são incapazes de reverter a sua situação de pobreza e subdesenvolvimento, devendo, portanto, o Brasil se desinteressar por este continente (Pimentel 2000). Este último grupo também vai de encontro com a expressão utilizada por Ferreira e Torres (2001), o “afropessimismo”.

que o relacionamento com os países africanos não é uma dimensão que possa ser privilegiada” (Ribeiro 2010: 60).

**Tabela 4 – Exportações Brasileiras 1985/1996 (US\$ 1.000)**

Ano	Total	Variação (%)	África	Part. no Total (%)	Variação (%)
1985	25.639.028	5,0	2.021.688	7,9	2,3
1986	22.348.713	12,8	941.694	4,2	-53,4
1987	26.223.956	7,3	1.018.038	3,9	8,1
1988	33.789.567	8,8	983.259	2,9	-3,4
1989	34.382.619	,7	1.000.510	2,9	1,8
1990	31.413.759	8,6	1.033.783	3,3	3,3
1991	31.620.461	,6	1.132.553	3,6	9,6
1992	35.792.985	3,2	1.098.301	3,1	-3,0
1993	38.554.712	,7	1.108.025	2,9	0,9
1994	43.545.162	2,9	1.346.746	3,1	21,5
1995	46.506.282	,8	1.584.953	3,4	17,7
1996	47.746.728	,6	1.521.987	3,2	-4,0

Fonte: MDIC/SECEX (in Santana 2003: 534)

Nesta tabela 4 é possível verificar o abrandamento da participação africana no total das exportações brasileiras. Do pico de 7,9% atingido em 1985 segue-se uma tendência de queda e estagnação para os 3,2% de 1996.

Os primeiros anos da década de 90, registaram ainda, o início das profundas reformas estruturais que o Brasil implantou no seu sistema político, fiscal e económico. A abertura comercial, a liberalização económica, e a busca pelos equilíbrios nos déficits externos, seguiram os moldes das políticas neo-liberais do FMI e do BM, e obrigaram o país a enormes restrições. Estas medidas levaram ainda o Brasil a se alinhar, ainda mais, económica e comercialmente, com os antigos parceiros industrializados, EUA e UE.

Para além disso, o aprimoramento das negociações com os parceiros regionais fizeram com que o Mercosul ganhasse mais força e importância na política externa brasileira<sup>30</sup> o que levou o Brasil a se afastar ainda mais do continente africano (Saraiva 2002).

<sup>30</sup> O Tratado de Assunção em 1991 estabelecia uma zona de livre comércio que se chamaria Mercosul. Os primeiros países signatários foram o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Em 1995 a Zona de Livre Comércio foi convertida em uma União Aduaneira e, nos anos seguintes, novos países ingressaram nesta aliança.

Este conjunto de factores, bem como os cenários de guerras civis em África, que desestabilizavam a região<sup>31</sup>, foram de primeira importância para o abrandamento nas relações diplomáticas e comerciais com o Brasil. Para completar, o elevado grau de instabilidade político-económico do continente ainda servia para elevar substancialmente o que muitos autores chamam de o “Custo África” e assim afastar os países africanos das principais rotas dos capitais privados mundiais (Pimentel 2000; Santana 2003).

Contudo, a década de 90 não pode ser considerada somente como um período de derrocada nas relações entre o Brasil e a África. Por exemplo, seria no ano de 1996 que se instauraria oficialmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa<sup>32</sup>.

A CPLP proporcionou um novo fôlego para as relações entre o Brasil e o continente africano mas, sobretudo, com os países africanos de língua oficial portuguesa. É bem verdade que esta Comunidade também acabou por condicionar a política externa brasileira para África sob um foco de concentração e de selectividade. Assim, o Brasil procurou fomentar as suas relações com um grupo mais restrito de países, como a África do Sul, Angola e Moçambique (Ribeiro 2010: 66).

Deste modo, esta política de “nova convergência” (grifo meu) pode ser facilmente demonstrada através do significativo aumento no número de acordos e protocolos que foram assinados<sup>33</sup>. Deve-se também ressaltar a importante intervenção das forças armadas brasileiras, no ano de 1995, que, sob a tutela da ONU, teve a missão de assegurar a paz em Angola após a assinatura do *Protocolo de Lusaka* e o fim das hostilidades<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> Por exemplo, as guerras civis em Moçambique e em Angola só terminaram oficialmente em 1992 e 2002, respectivamente.

<sup>32</sup> A CPLP teve a base de sua arquitectura construída no ano de 1989 quando da criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP. Todavia, é na Conferência de Lisboa, em 1996, que o acordo é assinado e ganha características multidimensionais no campo das relações internacionais dos países participantes.

<sup>33</sup> Inúmeros acordos foram assinados sobre os mais variados temas, contudo, cabe ressaltar que, a grande maioria destes entendimentos ocorreram no âmbito da, então recém-criada, CPLP (Ver lista de acordos e protocolos assinados com Angola e Moçambique, respectivamente, nos Anexos I e II).

<sup>34</sup> Para mais informações sobre a intervenção brasileira em Angola, recomenda-se a leitura de: Gonçalves, e Manduca (2008).

É nesta corrente de reaproximação com o continente africano que se termina a década de 90. Contudo, seria, sobretudo, no início do século XXI, em 2003, quando o presidente Lula da Silva assume o poder, que se verifica uma verdadeira viragem para as relações Sul-Sul o que inclui o continente africano e os países indicados neste estudo, como será visto no próximo tópico.

## **2. O governo do presidente Lula da Silva e a sua política internacional**

Como se verificou no tópico anterior, as relações entre o Brasil e a África já apresentaram, ao longo do século XX, momentos de grande euforia e crescimento, mas também já estiveram à beira de uma ruptura. Ocorre que o governo do presidente Lula da Silva, a partir de sua posse em 2003, viria a representar um novo marco nas relações entre o Brasil e o continente africano.

Seria um retorno às antigas políticas direccionadas para África? Ou na verdade trata-se de algo mais complexo como uma nova política internacional brasileira? Quais os interesses intrínsecos a este movimento? Estas são algumas das perguntas que surgem e que serão retomadas neste estudo. Todavia, antes de se avançar em direcção a África, é preciso fazer um ponto de situação sobre as bases da política internacional do governo Lula.

As vocações brasileiras para a cooperação no universo dos países em desenvolvimento (Sul-Sul) fez-se muito claramente durante o governo do presidente Lula. Pesquisadores e estudiosos procuraram elementos que justificassem esta nova postura da diplomacia brasileira em inúmeros trabalhos científicos publicados sobre o tema.

Ribeiro (2010), por exemplo, ressalta que esta tendência brasileira justificar-se-ia na prerrogativa de que o contexto da economia internacional, ao contrário do contexto militar, ainda permite possibilidades mais pluralistas e que podem ser aproveitadas pelos países em desenvolvimento.

De facto, a conjuntura mundial recente permite a afirmação de que o mundo está cada vez mais concorrencial e, desta forma, o poder, outrora

homogéneo e unilateral (pertencente aos EUA), se torna, cada vez mais, heterogéneo e diversificado. Uma prova real disso é o fortalecimento da União Europeia e do Euro diante do Dólar americano.

O Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, também tem vislumbrado estas oportunidades. No caso brasileiro são claros os sinais de que o país procurou lançar, ou pelo menos reforçar, novos e antigos projectos ambiciosos para sua política internacional, como: i) a ampliação e reformulação do Conselho de Segurança da ONU, onde o Brasil tem o interesse de se tornar um membro com assento permanente; ii) a abertura dos mercados dos países desenvolvidos às exportações agrícolas dos países em desenvolvimento; iii) o fortalecimento e a reestruturação dos organismos multilaterais de apoio e de regulação internacional como a OMC, OIT, BM, FMI, por exemplo; iv) a consolidação do G-20 como o grupo das principais nações mundiais, dentre outros não menos importantes (Miyamoto 2009; Visentini 2009; Fiori 2007; Lima 2005).

Contudo, o Brasil, ciente de que sozinho não conseguiria lograr grandes êxitos, passa a procurar o apoio de seus “semelhantes” (grifo meu). O grau de representatividade do G-20, por exemplo, foi fruto desta união de forças. Os países emergentes se aproximaram e reclamaram, junto às economias desenvolvidas, o seu direito de participação nas decisões internacionais. Posteriormente, outra denominação surgiria para identificar as 4 maiores economias em desenvolvimento, os BRIC’s. Este discurso do interesse comum é peça presente na retórica do agrupamento do movimento Sulista, apesar de, muitas vezes, se tratar de “uma compatibilidade tensionada” como afirma Lima (2005: 3).

Ainda nesta aproximação no sentido Sul-Sul, o Brasil procurou desenhar e ampliar as suas parcerias estratégicas, como no caso da IBSA – Índia, Brasil e África do Sul<sup>35</sup>. Os três países unidos, e por serem potências regionais

---

<sup>35</sup> O Mercosul já têm assinado acordos preferenciais de comércio com a África do Sul e, ainda no âmbito do crescimento das relações Sul-Sul, existe também um projecto em discussão sobre a criação de uma zona de livre comércio do Atlântico Sul.

geograficamente localizadas em pontos estratégicos do hemisfério Sul, possuem um significativo grau de representatividade diante dos interesses da comunidade internacional (Lima 2005).

O Mercosul, por exemplo, é motivo constante na agenda internacional brasileira, sendo considerado uma das prioridades da diplomacia brasileira a manutenção e o contínuo fortalecimento das relações junto aos seus parceiros regionais. O ministro brasileiro da Relações Exteriores, Celso Amorim, afirma “ver como prioridade, ainda neste ano (2010), a adoção de medidas de fortalecimento do Mercosul”<sup>36</sup>. No que, para o Brasil, é sempre a possibilidade de reforçar o seu estatuto de potência regional.

A CPLP também é um elemento utilizado na intenção brasileira em ascender a uma posição de protagonismo no cenário internacional (Miyamoto 2009). Uma espécie de porta de entrada, mas também um elo de manutenção dos interesses brasileiros, principalmente em África. Contudo, como já assinalavam Ferreira e Torres (2001), a CPLP para se tornar, efectivamente, uma Comunidade que promova o desenvolvimento dos seus países membros, bem como consiga atingir um relativo grau de importância no cenário internacional, precisa, antes de mais, se fortalecer institucionalmente no seu próprio interior. Pois, como indicam Ferreira e Almas (1996: 42): “(...) a língua não só não é condição necessária para assegurar o êxito económico no relacionamento entre Estados como, por maioria de razão, está longe de ser condição suficiente”<sup>37</sup>.

Ainda em África, para além de outros projectos, o Brasil procura reforçar a ZPCAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que pretende desenvolver projectos comuns relacionados ao meio-ambiente, bem como a

---

<sup>36</sup> Entrevista ao ministro Celso Amorim: “Fortalecer o Mercosul é prioridade, diz Amorim”. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/valor-economico/2010/10/08/fortalecer-mercosul-e-prioridade-diz-amorim> - Acesso em 15 Dez 2010.

<sup>37</sup> Ramos Silva (2002) corrobora e ressalta também que a CPLP corre um sério risco de não evoluir como um bloco económico pela dificuldade que os principais países (Brasil e Portugal) têm em conciliar os seus interesses com os dos blocos económicos aos quais estes países já fazem parte (Mercosul e UE, respectivamente). Este autor acredita que as relações económicas no contexto da CPLP deverão, pelo menos no curto prazo, permanecer no campo das relações bilaterais (Silva 2002: 227-230). Ferreira e Almas (1996) assinalavam ainda que este posicionamento representa, por si só, um risco para a estabilidade do bloco uma vez que alimenta um relativo grau de desconfiança por parte dos países africanos.

manutenção do Atlântico Sul como a zona mais desmilitarizada do mundo (Saraiva e Gala 2008: 11).

No âmbito comercial, o quadro 2, abaixo, revela que quase todos os acordos dos quais o Brasil é signatário são com países em desenvolvimento, ou, pelo menos, envolvem estes países.

Quadro 2 – Acordos Comerciais nos quais o Brasil é participante

ALADI (Preferência Tarifária Regional / <i>Regional Tariff Preference</i> )	Mercosul – Colômbia, Equador e Venezuela <i>Mercosur – Colombia, Ecuador and Venezuela</i>
ALADI (Acordo de Sementes / <i>Agreement Seeds</i> )	Brasil – Guiana / <i>Brazil – Guyana</i>
ALADI (Acordo de Bens Culturais / <i>Agreement of Cultural</i> )	Brasil – Suriname / <i>Brazil – Suriname</i>
Brasil – Uruguai / <i>Brazil – Uruguay</i>	Mercosul – Cuba / <i>Mercosur – Cuba</i>
Brasil – Argentina / <i>Brazil – Argentina</i>	Mercosul – Índia / <i>Mercosur – India</i>
Mercosul / <i>Mercosur</i>	Mercosul – Israel / <i>Mercosur – Israel</i>
Mercosul – Chile / <i>Mercosur – Chile</i>	Mercosul – SACU (ainda sem vigência) <i>Mercosur – SACU (yet without force)</i>
Mercosul – Bolívia / <i>Mercosur – Bolivia</i>	Mercosul – Egito (ainda sem vigência) <i>Mercosur – Egypt (yet without force)</i>
Brasil – México / <i>Brazil – Mexico</i>	Mercosul – Jordânia (em negociação) <i>Mercosur – Jordan (under negotiation)</i>
Mercosul – México / <i>Mercosur – Mexico</i>	Mercosul – União Europeia (em negociação) <i>Mercosur – European Union (under negotiation)</i>
Mercosul – México (Automotivo) <i>Mercosur – Mexico (Automotive)</i>	Mercosul – Marrocos (em negociação) <i>Mercosur – Morocco (under negotiation)</i>
Mercosul – Peru / <i>Mercosur – Peru</i>	Mercosul – Turquia (em negociação) <i>Mercosur – Turkey (under negotiation)</i>

Fonte: Adaptado, DEINT/MDIC (Set 2010)

Cabe aqui também ressaltar que, mesmo diante do seu forte discurso pró-Sul, o Brasil do presidente Lula da Silva não deixou de manter as suas boas relações com os tradicionais parceiros do Norte. Ademais, outro ponto que deve ser salientado é a política interna brasileira de manutenção da estabilidade macroeconômica que visa garantir a credibilidade internacional alcançada nas últimas décadas<sup>38</sup>. Associado a estes aspectos, e em tom de resumo, este novo discurso terceiro-mundista surge como uma proposta do governo brasileiro para a projecção do país como uma nova potência econômica mundial. Aliado a isto estão os mais diversos sectores da economia

<sup>38</sup> Consultar a reportagem da Revista Exame, edição 691 – Especial “A era Lula”, que indica que “O resgate e a manutenção da credibilidade externa são vistos como o maior legado de Lula por empresários e até adversários políticos”. Disponível em: [http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/45376\\_O+PAIS+QUE+ELE+CONSTRUIU](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/45376_O+PAIS+QUE+ELE+CONSTRUIU) - Acesso em 09 Jan 2011.

brasileira que tem procurado aproveitar as novas oportunidades criadas pela diplomacia do governo Lula<sup>39</sup>.

### **3. O governo do presidente Lula da Silva e as relações com Angola e Moçambique**

O Brasil, que já é a oitava maior economia do mundo e o 24º maior país exportador (IMF 2010), tem, ao longo dos últimos anos, procurado dar sequência ao seu crescimento económico bem como elevar a sua presença e participação no comércio internacional.

O Presidente da Agência Brasileira de Promoção as Exportações e Investimentos - APEX, Alessandro Teixeira, afirma que “o país (Brasil) deve aproveitar para se internacionalizar”<sup>40</sup>. Este tipo de declaração nada mais é do que o reflexo do discurso do próprio Presidente Lula da Silva o qual procurou estabelecer relações diplomáticas e comerciais com o continente africano como ponto primordial para o seu governo<sup>41</sup>.

No âmbito deste trabalho, este tópico apresentará evidências que reflectem este novo paradigma no contexto das relações entre o Brasil e Angola e entre o Brasil e Moçambique.

#### **3.1 Uma visão geral do continente Africano**

O terceiro maior continente do mundo em termos territoriais e o segundo mais populoso do planeta é, ainda, alvo de manchetes e notícias pelas suas sangrentas guerras civis, pela pobreza, pela fome e pelas doenças que

---

<sup>39</sup> No discurso de encerramento do Fórum Empresarial Brasil x África do Sul – 07 Jul 2010, o presidente Lula afirma que “já acabou o tempo em que uma elite subserviente achava que só devíamos fazer negócio com a Europa rica e com os EUA”. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/a-africa-do-sul-nao-deve-ter-medo-do-empresario-brasileiro> - Acesso em: 02 Dez 2010.

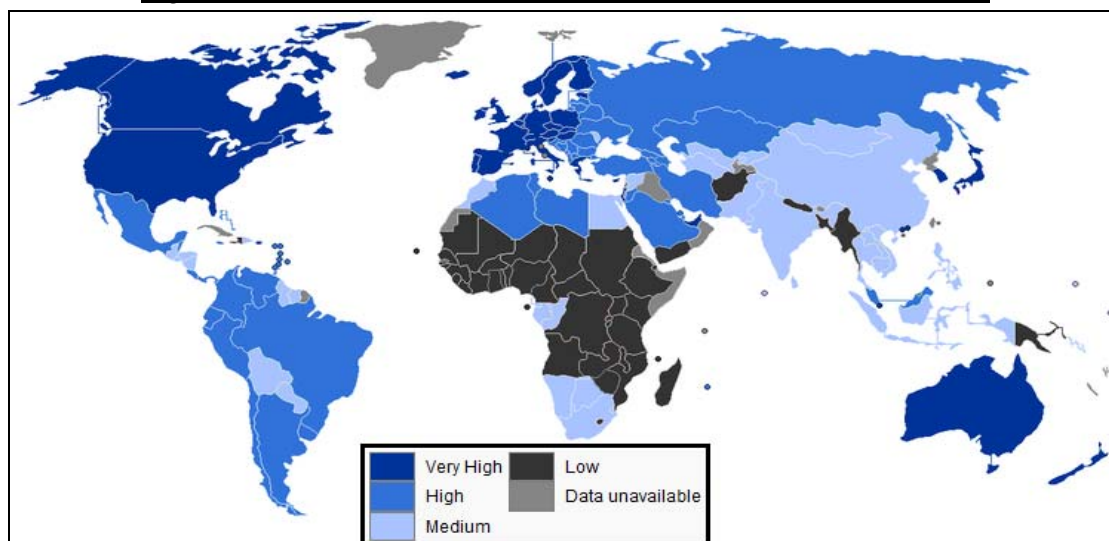
<sup>40</sup> Notícias Câmara Brasil - Portugal no Ceará: “Apex diz que as empresas brasileiras devem aproveitar para se internacionalizar” – Fonte: Portugal Digital em 30.06.2010 – Disponível em: <http://www.brasilportugal.org.br/ce/noticia/1489,apex-diz-que-as-empresas-brasileiras-devem-aproveitar-para-se-internacionalizar.html> – Acesso em 22 Out 2010.

<sup>41</sup> Como afirma o secretário de Comércio Exterior do MDIC, Welber Barral: “Lula vem incentivando a participação de empresários brasileiros como forma de alavancar as vendas ao mercado externo”. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/missoes-do-brasil-na-africa-aumentam-exportacoes-em-45-no-mes-de-setembro> - Acesso em 28 Out 2010.



atingem uma grande parte de sua população. Dados do PNUD indicam que cerca de 65% de sua população é considerada pobre (PNUD 2010: 102).

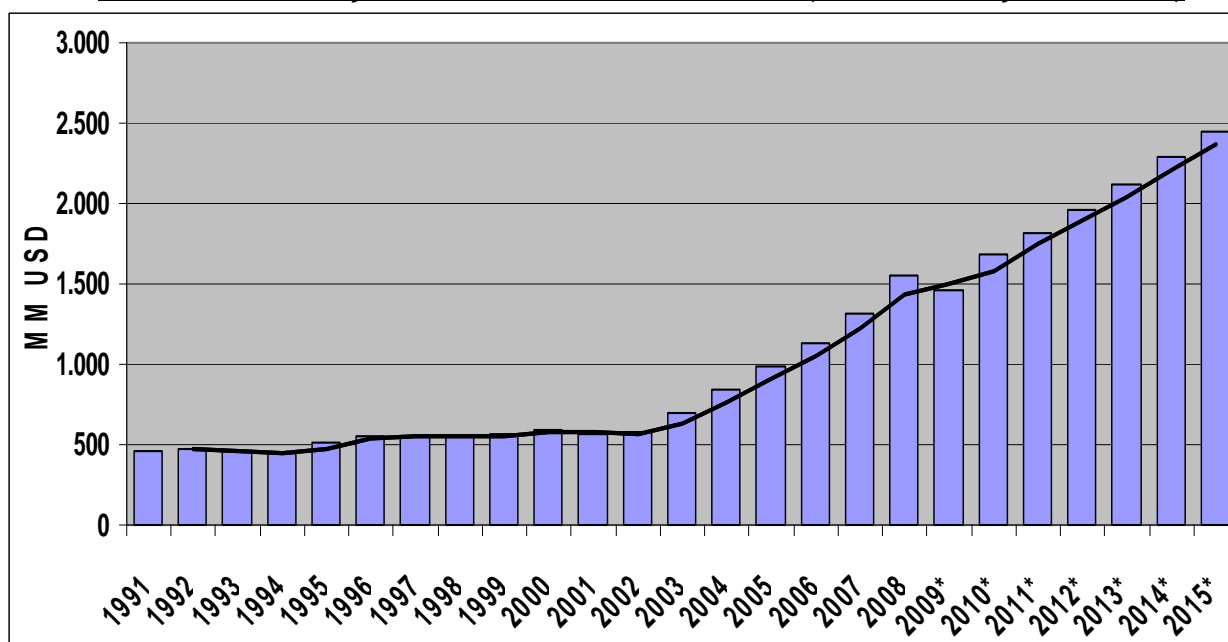
Figura 1 – O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em 2010



Fonte: UNDP (2010)

Por outro lado, os indicadores económicos recentes minimizam esta aparente realidade, ou pelo menos demonstram uma perspectiva mais animadora no campo económico. Dados do FMI demonstram um crescimento económico excepcional nos últimos 20 anos e as suas projecções indicam a continuidade desta sequência para os próximos cinco anos (gráficos 3 e 4).

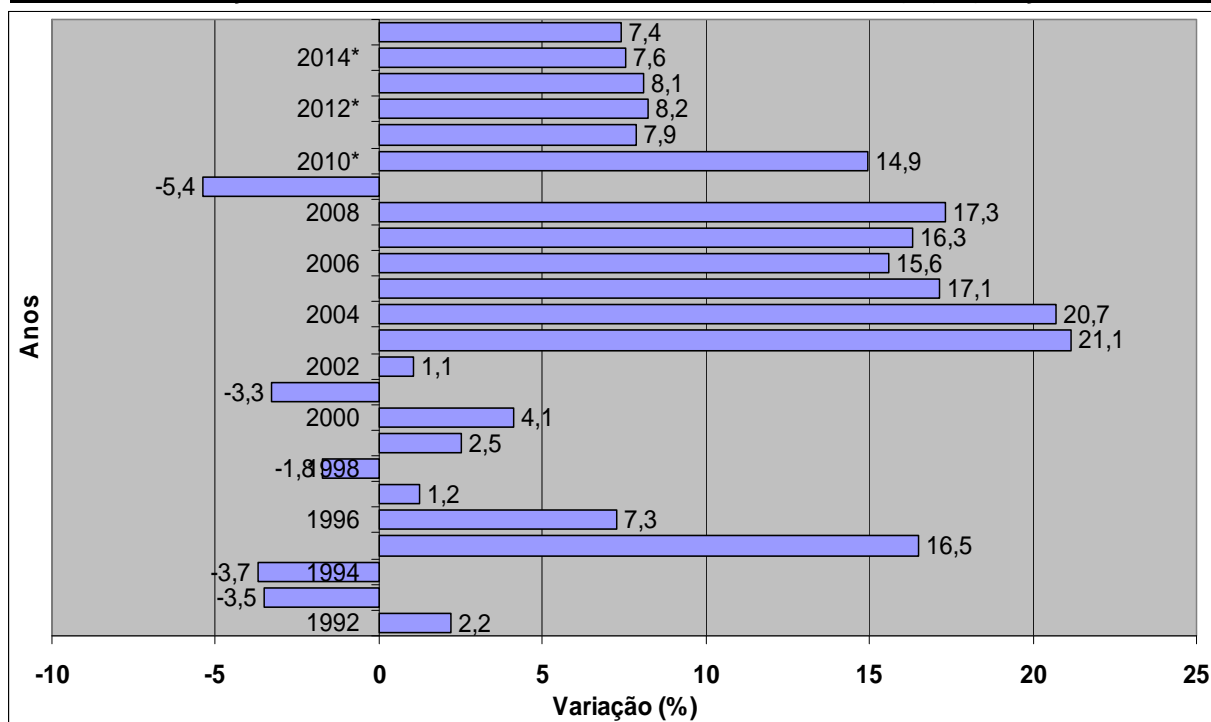
Gráfico 3 – A evolução do PIB do Continente Africano (MM USD- Preços correntes)



Fonte: Elaborado pelo autor, WEO/IMF (2010)

Nota: \*Projeções

Gráfico 4 – Variação no crescimento do PIB do Continente Africano (%) - (Preços Correntes)



Fonte: Elaborado pelo autor, WEO/IMF (2010)

Nota: \*Projeções

De facto, os valores não se deixam passar despercebidos. Entre 2000 e 2005, por exemplo, o PIB do continente salta de 500 mil milhões de USD para 1.000 mil milhões de USD, o que reflecte um crescimento de 100% em cinco anos. Passados mais três anos, o PIB africano volta a ter um crescimento de mais de 50%, atingindo a marca dos 1.500 mil milhões de USD. Este valor pode ser ilusório se não se tiver em mente a importância do *boom* do preço das matérias-primas que estão na base do PIB africano (ver quadro 3).

Quadro 3 – Preços de *commodities* seleccionadas (Dez/08 – Mar/10)

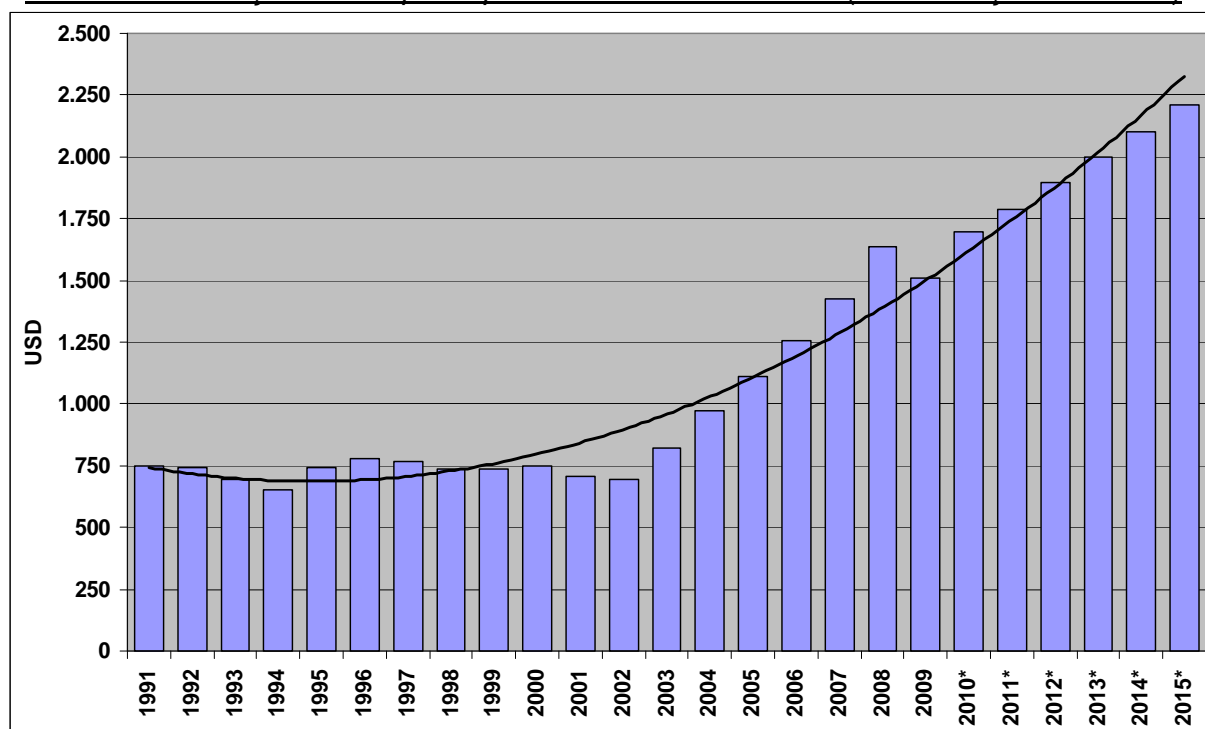
Produto	Unidade	Dez-08	Mar-09	Dez-09	Jan-10	Fev-10	Mar-10	I.Trim10
Brent	USD/b	41,6	46,8	74,7	76,4	74,3	79,3	76,7
Alumínio	USD/MT	1504,4	1338,1	2181,4	2230,1	2053,3	2210,5	2164,6
Ouro	USD/onç	879	917,2	1095,7	1079,2	1116,7	1133,5	1109,8
Gás natural	USD/mt	576,7	412,9	232,2	273,2	273,2	273,2	273,2
Algodão	USD/mt	55,5	51,5	76,8	77,4	80,1	85,8	81,1
Açúcar	USc/libra	11,3	12,9	24,9	28,4	26	19,7	24,7
Milho	USD/mt	158,2	164,5	164,6	167,3	161,5	158,9	162,6
Arroz	USD/mt	550,8	625,3	606	598	584,8	544,4	575,7
Trigo	USD/mt	220,1	231	206,3	201,2	194,4	191,1	195,6

Fonte: Reuters e FMI in Banco de Moçambique – Preços e Conjuntura Financeira – Jun 2010

Ainda com base no gráfico 4 anteriormente apresentado, pode-se observar que o crescimento médio anual, desde o início do século XXI até o ano de 2008, anda à volta dos 12,23%. E as projecções do FMI indicam ainda crescimentos médios anuais aproximados de 7,83% para os próximos 5 anos, o que são, sem dúvida, valores a serem apreciados.

De igual forma, o mesmo é observado quando se toma o PIB *per capita* do continente africano. O período de observação é o mesmo dos anteriores.

**Gráfico 5 – Evolução do PIB *per capita* do Continente Africano (USD - Preços Correntes)**



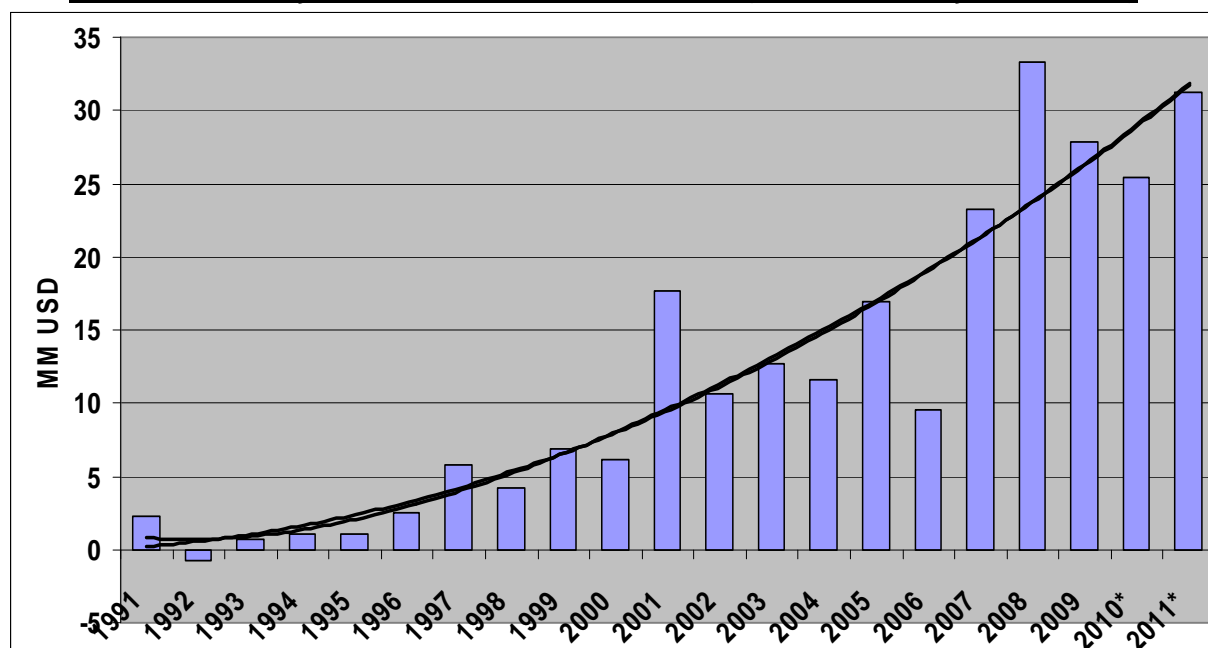
Fonte: Elaborado pelo autor, WEO/IMF (2010)

Nota: \*Projecções

É de ressaltar que o crescimento do PIB *per capita* é de 100% entre os anos de 2000 e de 2008, quando passa de 750 USD para 1.500 USD. Mas é de se ter em conta que o crescimento do PIB *per capita* não acompanhou o crescimento do PIB total. Enquanto o PIB total foi duplicado (crescimento de 100%) entre os anos 2000 e 2005, o PIB *per capita* só atinge esta marca no ano de 2008, o que traduz um dos grandes problemas do continente, isto é, a sua elevada taxa de crescimento da população não acompanhada pelo crescimento económico.

Este notável crescimento económico já merece a atenção dos grandes capitais internacionais que se interessaram, ainda mais, pelas novas perspectivas e potencialidades vindos de África. Com foco na zona geográfica em que se localizam os países analisados neste trabalho, isto é, a África Subsaariana, o gráfico 6 demonstra esta evolução do fluxo financeiro com base no investimento directo estrangeiro na África Subsaariana.

Gráfico 6 – Evolução do IDE na África Subsaariana (MM USD – Preços correntes)



Fonte: Elaborado pelo autor, WEO/IMF (2010)

Nota: \*Projeções

O gráfico parte de uma condição de quase estagnação entre os anos 1991-95, para uma linha média de crescimento bastante acentuada. Ainda é verdade que estes fluxos não parecem respeitar uma sequência constante de crescimento, mas já revelam um cenário de crescimento ao longo das últimas décadas. Sobre a inconsistência dos fluxos, observa-se a variação entre os anos de 2001 e 2002, por exemplo, onde, no primeiro, verifica-se um forte crescimento a aproximar-se dos 18 mil milhões de USD e, no ano seguinte, estes valores sofrem um grande recuo para a faixa dos 11 mil milhões USD. O mesmo sucede em 2005 e 2006.

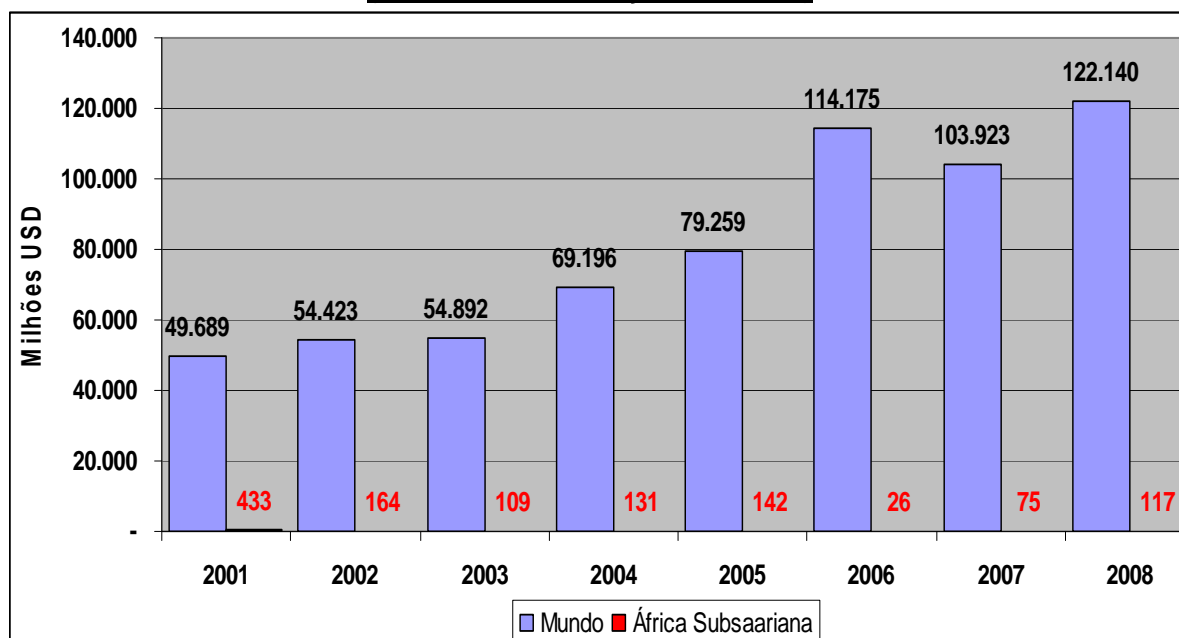
Contudo, é possível afirmar-se que o continente africano tem-se tornado, cada vez mais, uma grande oportunidade de investimento e de concretização de novos negócios. No que toca às potencialidades das relações entre o Brasil

e África, Pimentel (2000: 22) sugere que: “(...) em paz e democratizada, com regras do jogo estáveis e previsíveis, a África potencializará oportunidades para o Brasil, pela facilidade de nosso diálogo com várias nações africanas, por nossa capacidade técnico científico-tecnológica em escala com as carências continentais, pela afinidade de experiências históricas”.

O governo e as empresas brasileiras não perderam tempo e a África passou a ser o novo destino dos investimentos brasileiros. Segundo Graziela Reis, repórter do jornal *O Estado de Minas*, as empresas brasileiras descobriram o “mapa do tesouro” e já estão a fazer altos investimentos no continente africano<sup>42</sup>.

Nesta conjuntura, é interessante verificar a movimentação de IDE brasileiro no seu total para o mundo e a parte que a África Subsaariana representa. Dados do Banco Central do Brasil permitem elaborar o gráfico 7 abaixo indicado.

**Gráfico 7 – O IDE brasileiro no Mundo e na África Subsaariana**  
(Milhões USD – Preços correntes)



Fonte: Elaborado pelo autor, BCB (2010)

Nota: Para o BCB os IDE são os investimentos directos com valores maiores ou iguais a 10%, bem como os empréstimos intercompanhia

<sup>42</sup> Jornal Estado de Minas - “África é novo destino de investimentos do Brasil”. Disponível em: [http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao\\_4/2008/07/13/em\\_noticia\\_interna.id\\_sessao=4&id\\_noticia=71389/em\\_noticia\\_interna.shtml](http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2008/07/13/em_noticia_interna.id_sessao=4&id_noticia=71389/em_noticia_interna.shtml) – Acesso em 19 Fev 2010.

O que se observa neste gráfico é que o IDE brasileiro no mundo aumenta significativamente nos últimos anos. Contudo, a parcela destinada à África Subsaariana, em termos médios, foi diminuindo em termos relativos, embora pareça querer aumentar (ver os anos de 2007 e 2008 no quadro 4).

Quadro 4 – Participação da África Subsaariana no IDE brasileiro (%)

<b>IDE África Subsaariana (%)</b>	
<b>2001</b>	<b>0,87</b>
<b>2002</b>	<b>0,30</b>
<b>2003</b>	<b>0,20</b>
<b>2004</b>	<b>0,19</b>
<b>2005</b>	<b>0,18</b>
<b>2006</b>	<b>0,02</b>
<b>2007</b>	<b>0,07</b>
<b>2008</b>	<b>0,10</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, BCB (2010)

O que se verifica é que o investimento directo brasileiro na África Subsaariana, ao contrário do total mundial, observado no gráfico 6, e do próprio total brasileiro (gráfico 7), tem-se reduzido ao longo dos últimos anos.

Surpreendentemente esta redução no IDE brasileiro em África Subsaariana segue em posição contrária ao crescimento deste mesmo IDE brasileiro para o mundo. Tal divergência pode ser explicada quando se analisa a composição do IDE brasileiro. Por exemplo, tomando como base o ano de 2006, observa-se que aproximadamente 77% do total do IDE brasileiro tem como destino actividades de intermediação financeira e/ou afins, e serviços prestados a empresas. Em outras palavras, não representam directamente actividade produtiva. Por sua vez, a grande parcela do IDE em África Subsaariana é de carácter produtivo/extractivista.

### **3.2 As economias Angolana e Moçambicana: uma perspectiva brasileira**

Nos últimos anos, Angola e Moçambique apresentaram, em consonância com a expansão económica do continente africano, demonstrada anteriormente, significativos índices de crescimento económico.

### 3.2.1 O Produto Interno Bruto

No tocante ao PIB, o quadro e o gráfico abaixo revelam a força deste crescimento. Trazem também, a título de comparação, os dados da economia brasileira. Os números permitem perceber o porquê de muitos grupos empresariais brasileiros e mundiais passarem a ver estes países com um novo olhar.

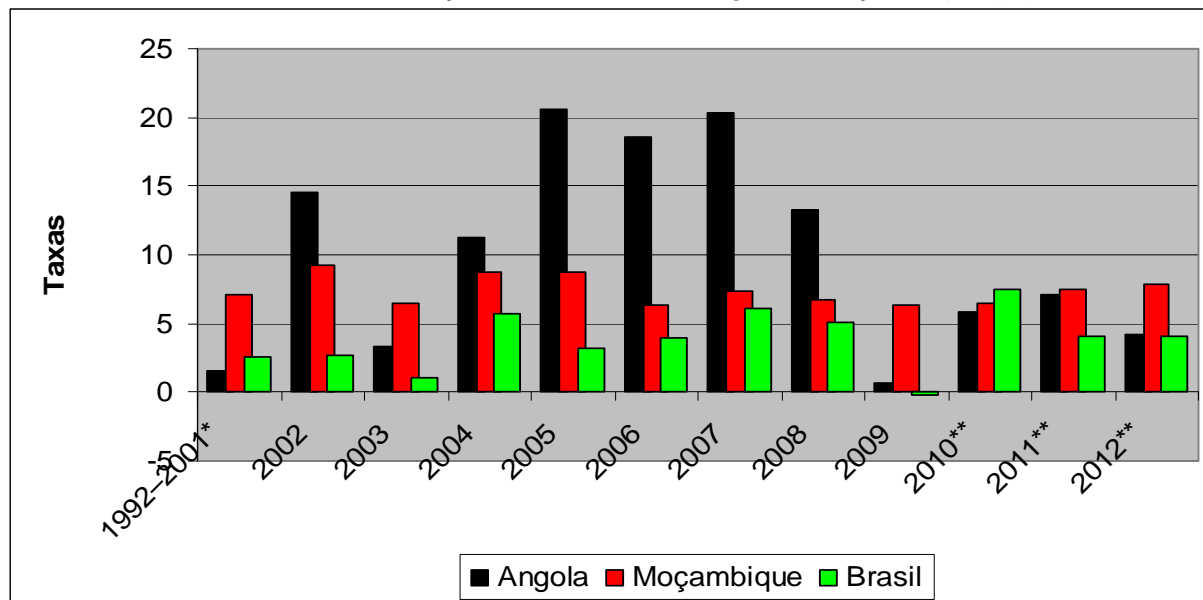
**Tabela 5 – O crescimento do PIB: Brasil, Angola e Moçambique (%)**

	Média									Projeções		
	1992-2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2015
Brasil	2.6	2.7	1.1	5.7	3.2	4.0	6.1	5.1	-0.2	7.5	4.1	4.1
Angola	1.5	14.5	3.3	11.2	20.6	18.6	20.3	13.3	0.7	5.9	7.1	4.2
Moçambique	7.1	9.2	6.5	8.8	8.7	6.3	7.3	6.7	6.3	6.5	7.5	7.8

Fonte: Elaborado pelo autor, WEO/IMF (2010)

Os dados anteriores agora apresentados em gráfico, permitem uma visão mais dimensional dos valores.

**Gráfico 8 – A evolução do PIB: Brasil, Angola e Moçambique (%)**



Fonte: Elaborado pelo autor, WEO/IMF (2010)

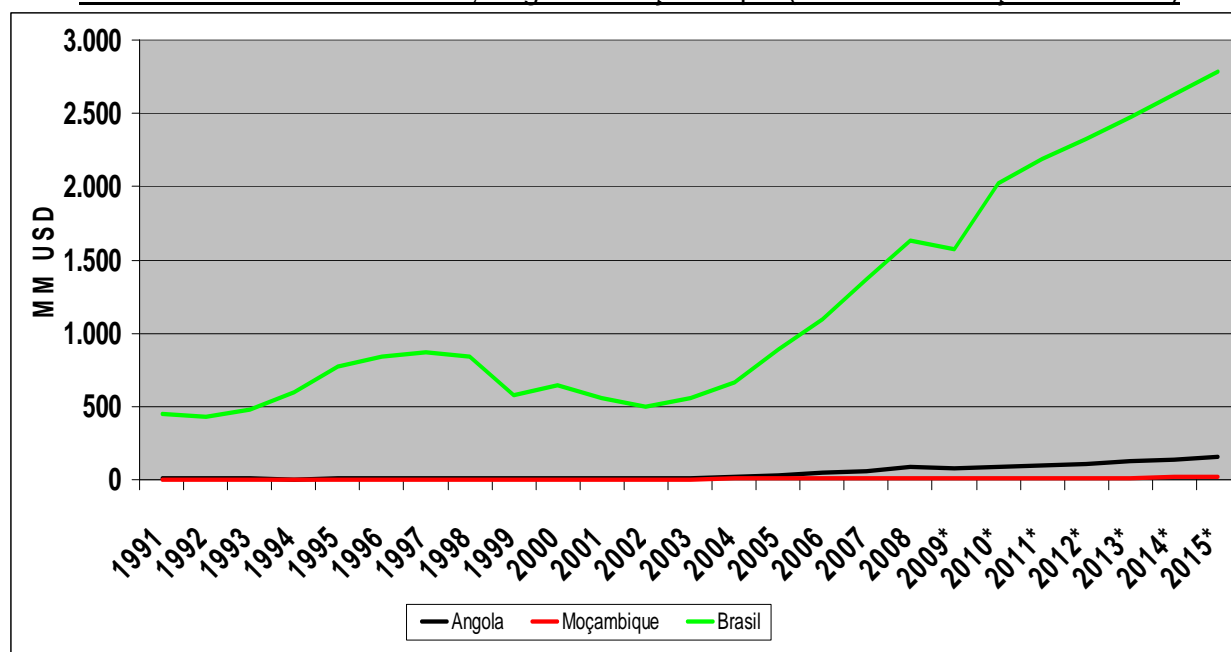
Notas: \*Representa a média do período / \*\*Projeções

As taxas de crescimento do PIB de todos os países apresentados é, no geral, positiva, salvo a ruptura do Brasil no ano de 2009 que pode ser facilmente justificada pela maior integração/participação da economia brasileira no cenário global o que fez com que este país sentisse, mais que os outros

dois, os efeitos da crise mundial de 2008. De resto, deve-se ressaltar o impressionante crescimento da economia angolana nos últimos 10 anos, com ênfase no ano de 2002, com crescimento de 14,5%, e, principalmente, o período entre 2005 e 2008, com média de 18,2%. Do lado moçambicano é de se salientar também o bom crescimento que esta economia apresenta, mas, sobretudo, apontar o facto de que este crescimento tem-se apresentado desde 2002 de forma constante e com muito poucas oscilações, a uma média de 7,47% ao ano.

Se, em variação do crescimento do PIB, os dados indicavam uma prevalência dos países africanos, o mesmo não se verifica quando se confrontam as dimensões totais dos PIB's. Tendo como base o ano de 2007, a economia brasileira consegue ser, aproximadamente, 20 vezes maior do que as economias de Angola e Moçambique juntas. Ou seja, mesmo com os seus elevados crescimentos anuais, estes países ainda são, comparados ao Brasil, pequenas economias (ver gráfico 9).

Gráfico 9 – Os PIB's de Brasil, Angola e Moçambique (MM USD – Preços correntes)



Fonte: Elaborado pelo autor, WEO/IMF (2010)

Nota: \*Projeções

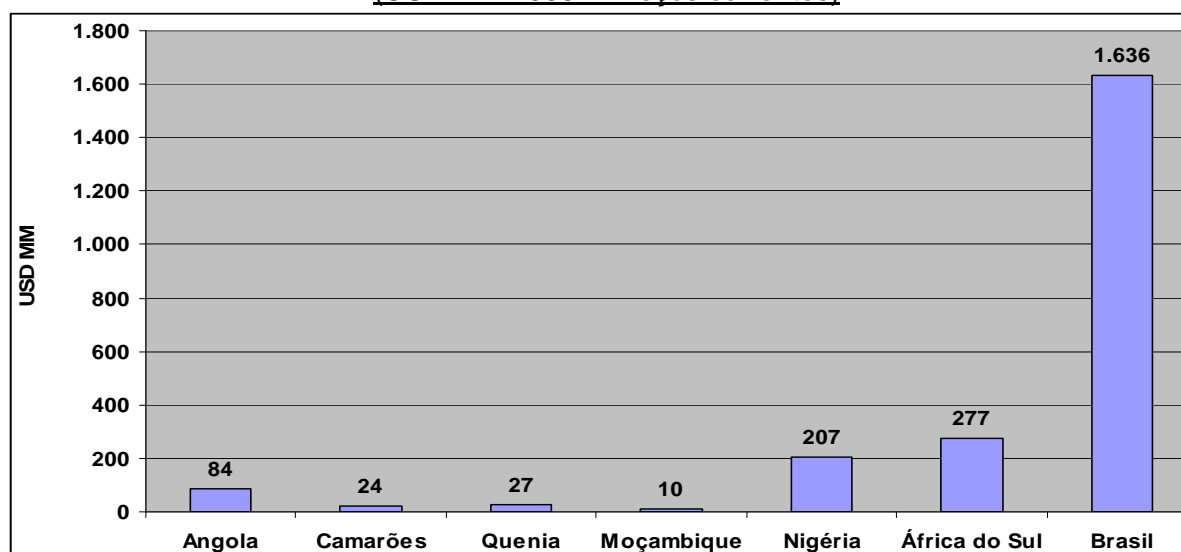
Moçambique está rente ao eixo “x” (o que significa possuir um PIB de menor valor). Angola está um pouco acima e em ascensão e o Brasil destaca-se no topo do gráfico em franco crescimento. Em termos absolutos (USD



corrente), o PIB angolano corresponde a, aproximadamente, 5% do PIB brasileiro e, no caso moçambicano, a cerca de 0,6% para valores de 2008.

Contudo, quando se comparam estes países com alguns outros países da mesma região geográfica, obtém-se melhor noção do tamanho destas economias (gráfico 10).

**Gráfico 10 – PIB países seleccionados África Subsaariana e Brasil  
(USD MM 2008 – Preços correntes)**



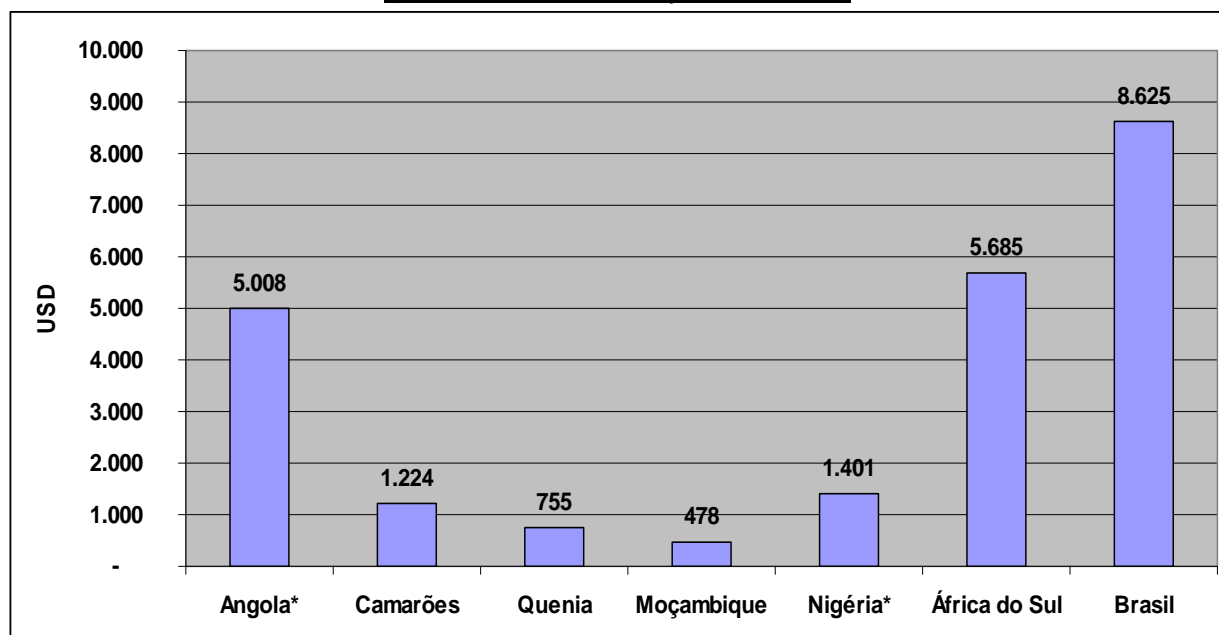
Fonte: Elaborado pelo autor, WEO/IMF (2010)

Observa-se que a África do Sul e a Nigéria ainda saltam como as principais economias regionais. Angola, por sua vez, apresenta sinais do início de um desligamento das economias mais periféricas de África que no quadro estão representadas por Quênia, Camarões e Moçambique. Na continuidade deste crescimento económico, Angola poderá ser a quinta maior economia do continente africano em 2014<sup>43</sup>. Por outro lado, Moçambique, dos países apresentados, é o que possui o mais baixo PIB. Evidencia-se, então, que ainda há muito a fazer para que a economia de Moçambique venha a atingir valores mais substanciais.

<sup>43</sup> Segundo estimativas do FMI (2010), em 2014, Angola será a quinta maior economia do continente africano, atrás apenas da África do Sul, Nigéria, Egipto e Argélia, nesta ordem. Angonotícias, com base nestas projecções publicou que: “Angola poderá ser a quinta maior economia de África em 2014” – Angonotícias. Disponível em: [http://www.angonoticias.com/full\\_headlines\\_.php?id=27982](http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=27982) – Acesso em 29 Nov 2010.

No que diz respeito ao PIB *per capita*, ainda mais que no gráfico anterior, Angola está muito a frente de Moçambique. O gráfico 11, abaixo apresentado, traz novamente os países anteriormente seleccionados.

Gráfico 11 – PIB *per capita* países seleccionados da África Subsaariana e Brasil  
(USD MM 2008 – Preços correntes)



Fonte: Elaborado pelo autor, WEO/IMF (2010)

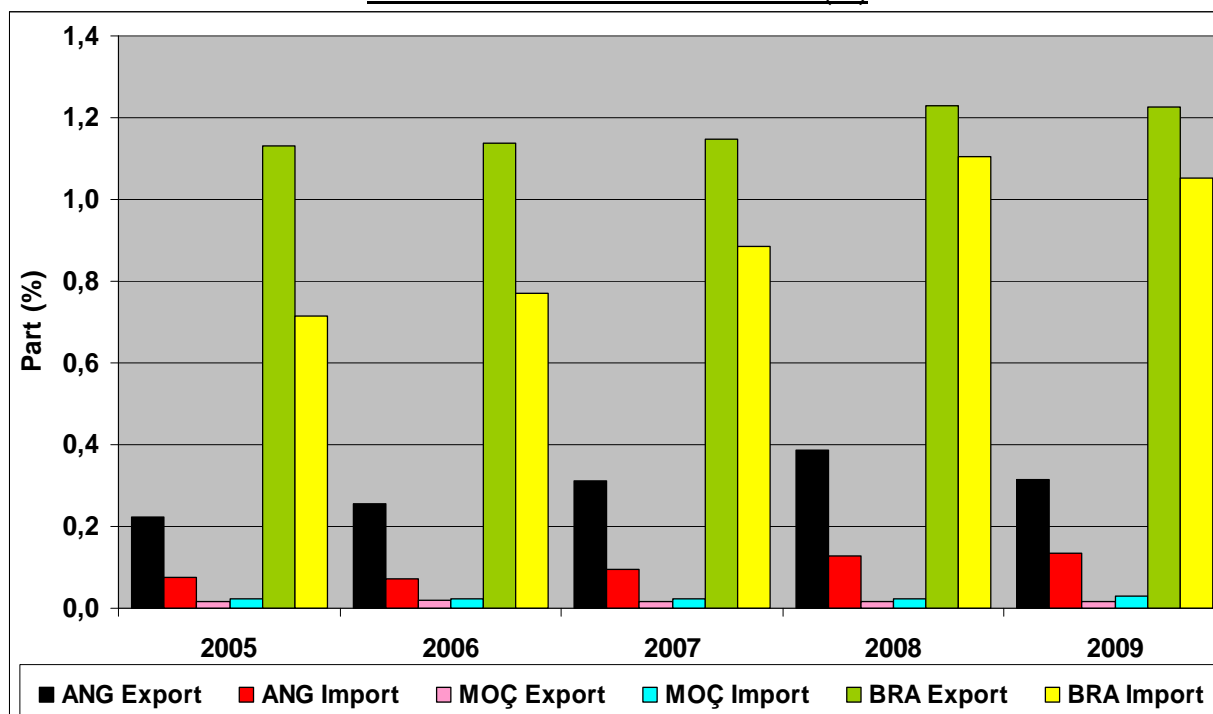
Nota: \*Estimativas.

Este gráfico permite demonstrar que em termos de rendimentos nacionais *per capita* Angola destaca-se ao se aproximar dos valores da África do Sul. Por sua vez, Moçambique destaca-se negativamente ao ter o menor rendimento dos países seleccionados.

### 3.2.2 O Comércio Externo

Outro instrumento interessante, ainda nesta visão geral dos dados, é o grau de participação no comércio internacional. Neste ponto cabe ressaltar que o Brasil representou no mercado global de exportações de mercadorias 1,22%, Angola 0,35% e Moçambique 0,02%. Nas importações, estes três países participaram com 1,05%, 0,13% e 0,03%, respectivamente, em 2009 (WTO 2010). O gráfico 12, abaixo, demonstra a evolução da participação destes países no total do comércio global.

**Gráfico 12 – Participação Brasil, Angola e Moçambique no total do Comércio de Mercadorias Mundial (%)**



Fonte: Elaborado pelo autor, WTO Database (2010)

O Brasil destaca-se por ter uma maior participação dentre os três países no mercado global. Moçambique participa com uma fracção muito pouco significativa. Todavia, Angola apresenta bons resultados e, utilizando-se o rácio Comércio Total relativamente ao PIB, é o mercado que apresenta um maior grau de abertura da economia ao exterior (tabela 6).

**Tabela 6 – Rácio Total Comércio Externo / PIB (%)**

País/Ano	2007-2009
Angola	116.4
Moçambique	75.1
Brasil	24.8

Fonte: Elaborado pelo autor, WTO Database (2010)

Nota: Média do período de 2007-2009

No que diz respeito aos valores absolutos, a tabela abaixo traz os montantes das exportações e importações dos três países e os respectivos saldos das balanças comerciais.

Tabela 7 – Comércio Externo de Mercadorias do Brasil, Angola e Moçambique (em MM USD)

ANGOLA	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	24.109	31.862	44.396	63.914	40.080
Importações*	8.353	8.777	13.661	20.982	17.000
Saldo	15.756	23.085	30.735	42.932	23.080
MOÇAMBIQUE	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	1.782	2.381	2.412	2.653	2.147
Importações	2.408	2.869	3.049	4.007	3.764
Saldo	-626	-488	-637	-1.354	-1.617
BRASIL	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	118.529	137.807	160.649	197.942	152.994
Importações	77.627	95.837	126.645	182.379	133.668
Saldo	40.902	41.970	34.004	15.563	19.326

Fonte: Elaborado pelo autor, WTO Database (2010).

Nota: \*Valores FOB

Tendo como base os valores acima apresentados, a OMC elabora um *ranking* dos principais países exportadores e importadores no comércio mundial. A tabela 8 revela as posições dos países em análise.

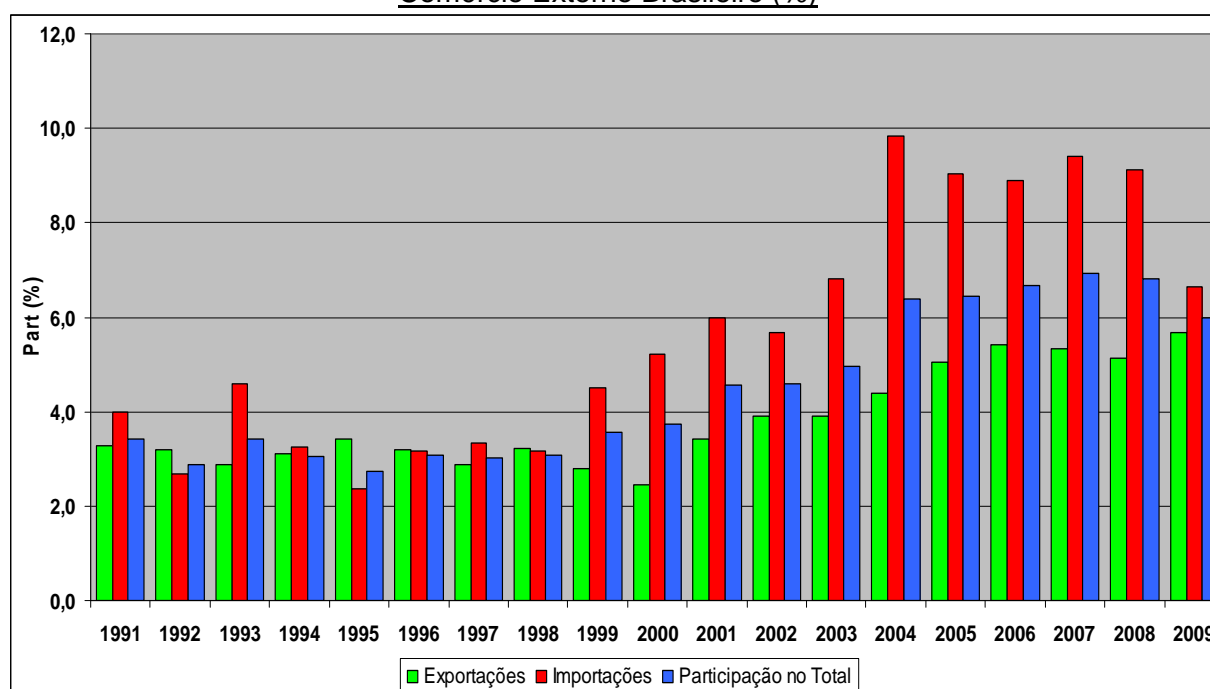
Tabela 8 – A posição do Brasil, Angola e Moçambique no *Ranking* da OMC do Comércio Mundial de Mercadorias (2009)

ANGOLA	Exportações	Importações
Mercadorias	52	71
Serviços	148	49
MOÇAMBIQUE	Exportações	Importações
Mercadorias	120	121
Serviços	130	120
BRASIL	Exportações	Importações
Mercadorias	24	26
Serviços	31	21

Fonte: Elaborado pelo autor, WTO Database (2010).

Ainda no prisma das relações comerciais, o gráfico 13 demonstra a participação que o continente africano tem nas exportações e importações brasileiras, bem com no total das transações comerciais brasileiras.

Gráfico 13 – A participação do Continente Africano no total do Comércio Externo Brasileiro (%)

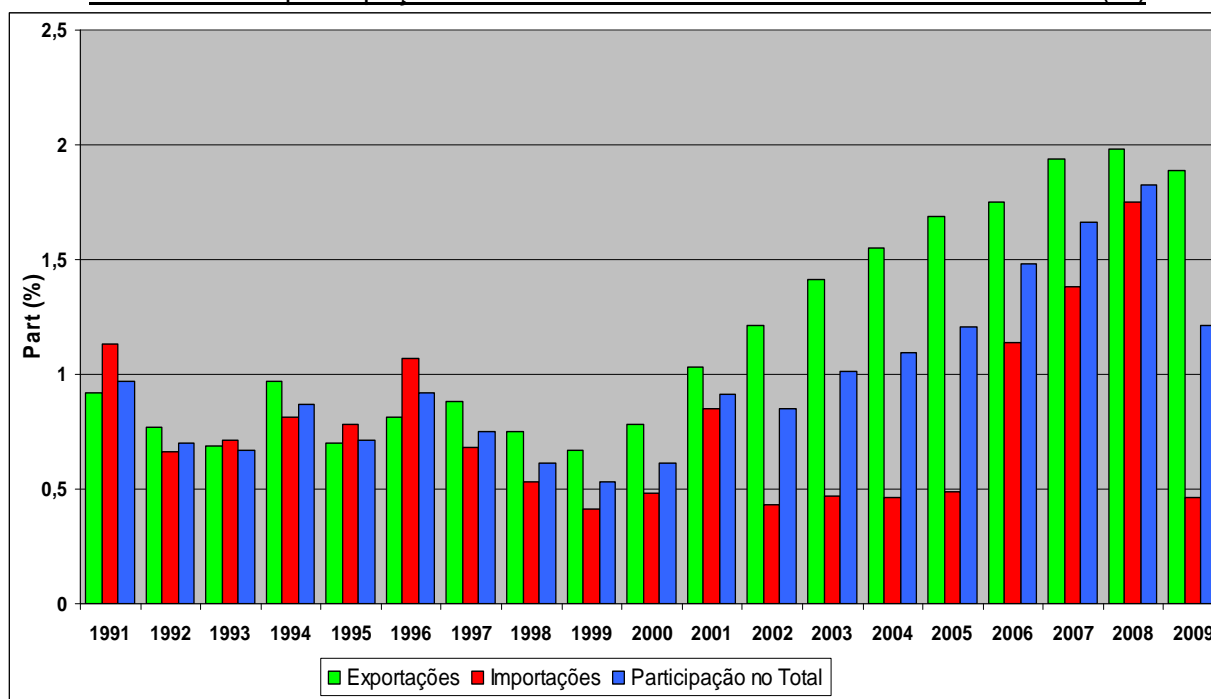


Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex/WTO Database (2010)

Observa-se que a participação do continente africano ainda é muito baixa no total das transacções brasileiras e anda à volta dos 6,4% (média dos últimos quatro anos). Contudo, esta pouca participação é ainda mais visível quando o continente é colocado ao lado da Alemanha, por exemplo. O total de comércio do Brasil com a Alemanha, em 2009, foi de cerca de 16.043 mil milhões de dólares. Nesse ano, com o continente africano, foram comercializados 17.157 mil milhões de dólares (SECEX/MDIC 2010). Todavia, o gráfico revela um cenário positivo para este relacionamento uma vez que se apresenta um crescimento significativo na última década. Outro ponto interessante é o perfil importador brasileiro para com o continente africano.

Os dados apresentados a seguir têm o intuito de delimitar o campo de análise e verificar se existe uma mudança do perfil brasileiro quando se aproxima das relações directas com Angola e Moçambique. Neste sentido, toma-se por referência a SADC - *Southern African Development Community* onde estão incluídos Angola e Moçambique (ver gráfico 14).

Gráfico 14 – A participação da SADC no total do Comércio Externo Brasileiro (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex/WTO Database (2010)

Uma primeira observação é a de que, tal como no comércio total com África, a SADC tem-se tornado mais representativa para o comércio internacional brasileiro, fundamentalmente na última década. Contudo, existe uma diferença basilar nas relações. Quando analisado o continente africano em sua totalidade, o Brasil apresentava-se com um perfil importador; no caso das relações com a SADC ele passa a ter um perfil exportador. Observa-se ainda que o salto na participação das exportações brasileiras inicia-se em 1999/2000 e segue uma linha de crescimento. As importações brasileiras demoram um pouco mais para se elevarem (2006). Este “desfazamento” (grifo meu) é possível de ser verificado no saldo da balança comercial brasileira com este bloco económico.

Tabela 9 – Saldo da Balança Comercial Brasileira com a SADC (USD)

ANO	SALDO	ANO	SALDO	ANO	SALDO
1992	138.280.246	1998	74.357.156	2004	1.203.403.704
1993	87.578.206	1999	118.979.922	2005	1.638.434.969
1994	153.688.254	2000	159.345.196	2006	1.371.380.014
1995	-62.173.747	2001	127.614.495	2007	1.452.998.653
1996	-181.207.489	2002	525.225.684	2008	900.935.009
1997	63.483.119	2003	802.099.337	2009	2.299.029.527

Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)

Nota: Os valores de 1991 foram omitidos apenas por motivos de formatação

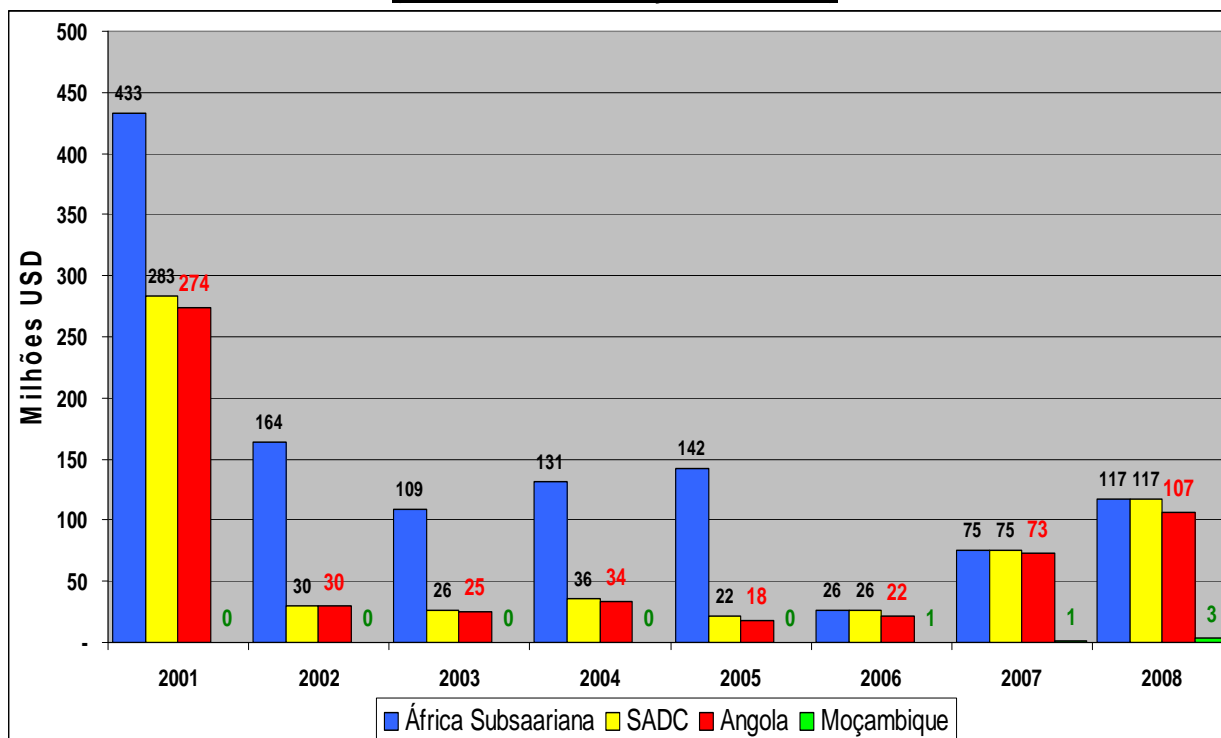
Ressalta-se, mais uma vez, a mudança do perfil comercial brasileiro. Esta afirmação poderá, neste momento, parecer redundante. Todavia, quando o estudo focar mais directamente os países em análise, verificar-se-á a manutenção do perfil exportador brasileiro, como no caso das relações comerciais com a SADC.

### 3.2.3 O Investimento Directo Estrangeiro

Outra rubrica dos fluxos financeiros é o IDE – Investimento Directo Estrangeiro. Como já foi apresentado no gráfico 6, o IDE na África Subsaariana tem crescido ao longo das últimas décadas.

Portanto, no que tange ao IDE brasileiro, os dados do Banco Central do Brasil permitem a elaboração do gráfico 15 que traz o IDE brasileiro em Angola e Moçambique, bem como põe ao lado, para efeitos de comparação, o IDE brasileiro na África Subsaariana e nos países da SADC.

**Gráfico 15 – O IDE brasileiro na África Subsaariana, na SADC, em Angola e em Moçambique (Milhões USD – Preços correntes)**



Fonte: Elaborado pelo autor, BCB (2010)

Nota: Para o BCB os IDE são os investimentos directos com valores maiores ou iguais a 10%, bem como os empréstimos intercompanhia

Este gráfico permite uma visão geral bastante completa do quadro actual do IDE brasileiro na África Subsaariana e nos países indicados. Nota-se claramente que nos anos apresentados o investimento total tem caído. Contudo, a grande particularidade do quadro surge quando se analisam os últimos três anos apresentados. Observa-se que, a partir de 2006, praticamente todo o IDE brasileiro destinado para a África Subsaariana teve como destino países da SADC e mais, especificadamente, Angola. O restante, que representa uma pequena parcela do total, vai para Moçambique, que aparece no quadro com valores mínimos, África do Sul e ilhas Maurício.

Finalizando esta apresentação que demonstrou os diversos graus de importância de cada um dos países bem como da região onde se encontram inseridos algumas considerações devem ser feitas. Como pôde ser observado, deve-se fazer uma primeira e muito importante distinção entre Angola e Moçambique. São duas economias igualmente diferentes e que possuem dinâmicas diferentes. Outro ponto que se deve ressaltar é a grandiosidade da economia brasileira quando comparada a destes países.

Diante do exposto uma pergunta é pertinente: o que levaria o Brasil, oitava maior economia mundial, a apostar no reforço de uma relação com dois países que apresentam um grau de desenvolvimento económico muito inferior ao brasileiro? Ainda antes de se arriscar qualquer resposta serão apresentadas algumas particularidades das relações entre o Brasil e estes países.

### **3.3 A Política Externa Brasileira com Angola e Moçambique**

Na perspectiva das relações internacionais, a política externa figura como um ponto marcante no relacionamento entre as nações. Segundo Hill (2003: 24) “política externa pode ser definida como a soma de relações exteriores oficiais conduzidas por um actor independente (normalmente o Estado) em suas relações internacionais”. É neste sentido que se verifica o direccionamento da política externa do governo brasileiro para África.



Nunca, na história recente do Brasil, um presidente promoveu tantas incursões em África. Ao todo foram visitados 23 países<sup>44</sup>. A presença brasileira, através das representações diplomáticas, saltou de 18 para 30 embaixadas e dois consulados gerais entre 2003-2010<sup>45</sup>, período que abrange os dois mandatos do presidente Lula da Silva.

Nas relações directas com Angola o resultado não foi diferente. A comitiva brasileira foi a Luanda em duas ocasiões em visitas oficiais, 2003 e 2007. Por sua vez, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, esteve no Brasil em Maio de 2005 em visita ao seu congénere.

Por outro lado, as relações com Moçambique experimentaram nos últimos anos ligações como nunca antes vislumbradas entre estes dois países. A política brasileira de aproximação levou o presidente Lula a realizar em 2003 uma visita oficial a Moçambique. Por sua vez, o então presidente moçambicano, Joaquim Alberto Chissano, retribuiu a visita seguindo para o Brasil em Agosto de 2004. Nesta ocasião o Brasil assinou o “perdão da dívida” moçambicana. Pouco tempo depois, o recém-eleito presidente de Moçambique, Armando Guebuza, visitou novamente o Brasil em Outubro de 2005 (BRASIL 2011 e Ribeiro 2009).

Trata-se, portanto, de um claro sinal de intenções no sentido de uma política de reciprocidade diplomática que proporcionou a consolidação das boas relações e da abertura de um canal multidisciplinar entre o Brasil e estes dois países africanos.

### **3.3.1 Particularidades das relações económicas entre o Brasil e Angola**

O crescimento das relações comerciais entre Brasil e Angola, e Brasil e Moçambique, é uma constatação frequentemente feita em praticamente todas

---

<sup>44</sup> Foram visitados 17 países em 20 viagens oficiais no primeiro mandato. No segundo mandato são visitados mais 6 países em 12 viagens oficiais da Presidência da República do Brasil (BRASIL 2011).

<sup>45</sup> Ribeiro (2009) indica ainda que entre 2003 e 2006 o número de embaixadores africanos acreditados em Brasília passou de 16 para 25.

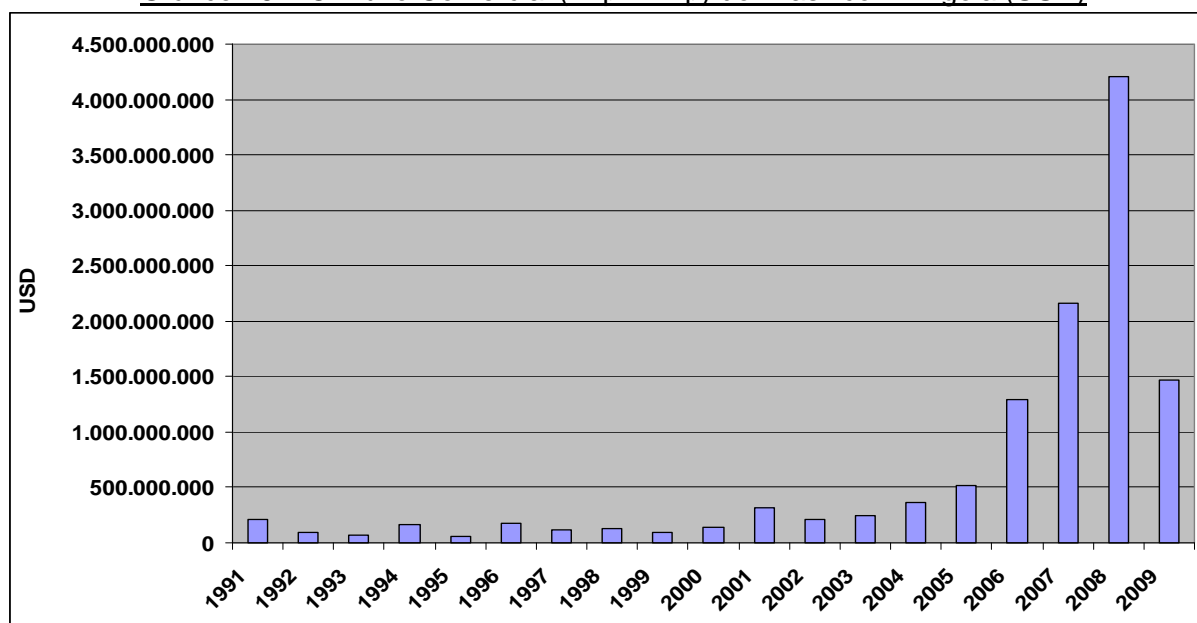
as publicações especializadas. Desta forma, na sequência desta análise, algumas particularidades destas relações têm de ser ressaltadas.

Neste tópico serão explorados aspectos como a participação angolana nas relações comerciais brasileiras bem como os fluxos de investimento directo brasileiro em Angola. O mesmo acontece para Moçambique no tópico seguinte.

A economia angolana tem como principal motor a extracção do petróleo, que representam cerca de 85% do seu PIB (CIA-WFB 2010). As elevadas receitas obtidas das exportações dos minerais proporcionam a Angola uma balança comercial superavitária como já foi verificado na Tabela 7. Contudo, a agricultura de subsistência continua a ser a principal ocupação da população deste país. O baixo desenvolvimento da indústria nacional angolana não tem acompanhado o crescimento da indústria exportadora de petróleo. Deste modo, verifica-se em Angola um fraco mercado interno e um país que procura satisfazer as suas necessidades de consumo, principalmente através das importações.

É com base neste cenário da economia angolana que se dá o notável crescimento das relações comerciais entre o Brasil e Angola.

Gráfico 16 – O Fluxo Comercial (Exp + Imp) do Brasil com Angola (USD)



Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)  
Nota: Valores FOB

A tabela 10 traz, de forma mais pormenorizada, os números deste incremento do comércio.

Tabela 10 – Exportações/Importações, Saldo e o Total do Comércio entre o Brasil e Angola (USD)

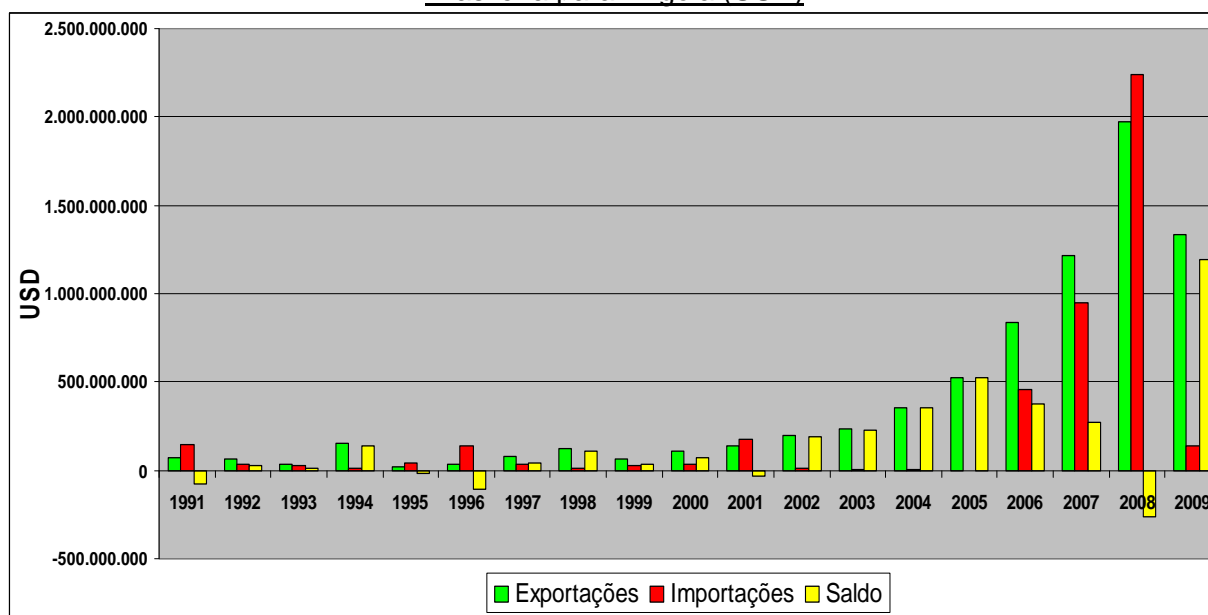
Ano	Exportações Brasileiras		Importações Brasileiras		Saldo	Total do Comércio	
	USD	Var (%)	USD	Var (%)		Imp + Exp	Var (%)
1991	69.040.633	-	148.274.908	-	-79.234.275	217.315.541	-
1992	62.186.757	-9,93	34.979.638	-76,41	27.207.119	97.166.395	-55,29
1993	37.618.219	-39,51	28.438.793	-18,7	9.179.426	66.057.012	-32,02
1994	154.800.273	311,5	14.706.873	-48,29	140.093.400	169.507.146	156,61
1995	20.666.470	-86,65	39.155.990	166,24	-18.489.520	59.822.460	-64,71
1996	34.928.958	69,01	140.272.544	258,24	-105.343.586	175.201.502	192,87
1997	81.794.687	134,17	36.800.609	-73,76	44.994.078	118.595.296	-32,31
1998	120.184.100	46,93	11.389.814	-69,05	108.794.286	131.573.914	10,94
1999	64.115.362	-46,65	26.830.292	135,56	37.285.070	90.945.654	-30,88
2000	106.281.536	65,77	31.422.471	17,12	74.859.065	137.704.007	51,41
2001	142.008.853	33,62	174.837.212	456,41	-32.828.359	316.846.065	130,09
2002	199.562.411	40,53	11.629.324	-93,35	187.933.087	211.191.735	-33,35
2003	235.469.291	17,99	7.551.779	-35,06	227.917.512	243.021.070	15,07
2004	357.150.788	51,68	3.580.646	-52,59	353.570.142	360.731.434	48,44
2005	521.326.869	45,97	120.231	-96,64	521.206.638	521.447.100	44,55
2006	837.778.648	60,7	459.499.620	---	378.279.028	1.297.278.268	148,78
2007	1.218.235.629	45,41	946.332.224	105,95	271.903.405	2.164.567.853	66,85
2008	1.974.575.752	62,08	2.236.426.952	136,33	-261.851.200	4.211.002.704	94,54
2009	1.333.008.513	-32,49	137.760.201	-93,84	1.195.248.312	1.470.768.714	-65,07

Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)

Nota: Valores FOB

Tomando os anos de 1995 e 2005, evidenciam-se que os valores transacionados entre os países é multiplicado por quase 10 vezes e que nos anos seguintes continuam a apresentar aumentos significativos. Noutra observação, no ano de 2003, quando o presidente Lula da Silva assume a presidência no Brasil, ocorre um forte incremento no volume de comércio entre os países até o ano de 2008 quando, diante da retracção provocada pela crise global, ocorre um declínio nos valores transaccionados em 2009. Os incrementos nas importações oriundas de Angola desde 2006 devem-se ao aumento das compras de petróleo angolano com especial destaque para 2008. Tendo como base o gráfico 17 pode-se verificar que, nos anos apresentados, o saldo comercial é amplamente favorável para o Brasil.

**Gráfico 17 – Exportações/Importações e o Saldo da Balança Comercial Brasileira para Angola (USD)**

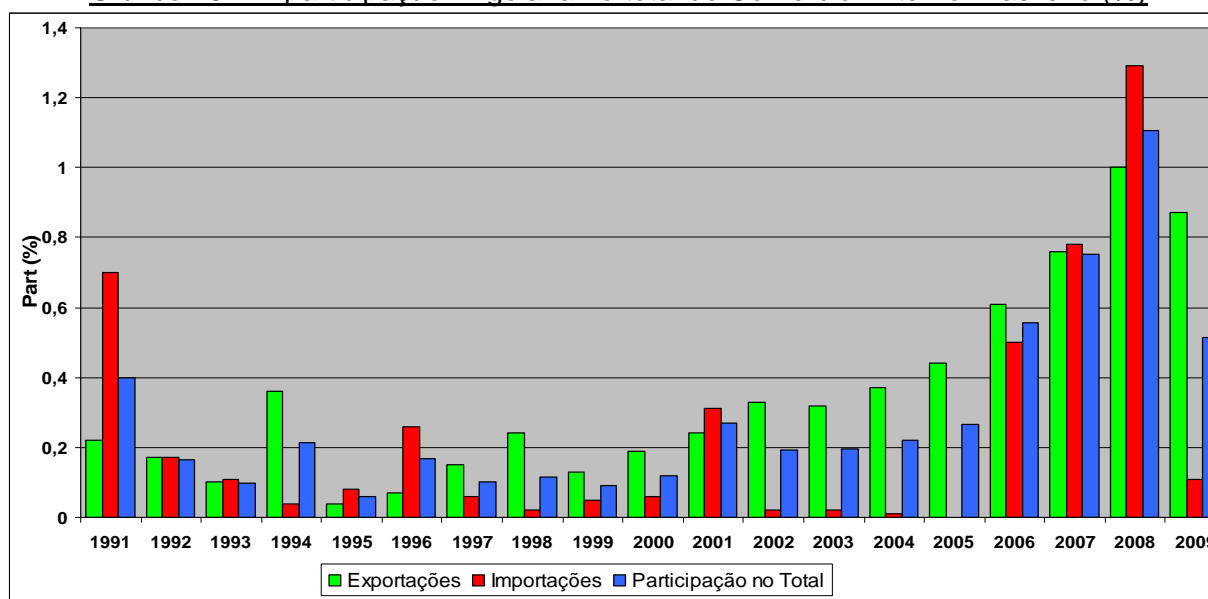


Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)

Nota: Valores FOB

Em amarelo, o saldo comercial do Brasil só é negativo nos anos de 1991, 1995 e 1996, 2001 e 2008. O forte crescimento verificado nos valores absolutos do comércio entre os dois países também deve ser ressaltado. Estes valores fizeram com que o país africano passasse a ter uma maior participação no comércio internacional brasileiro. Contudo, Angola ainda representa um fracção muito diminuta do total do comércio brasileiro: em média, apenas 0,3478% nas exportações e 0,2415% nas importações, no período da análise.

**Gráfico 18 – A participação Angolana no total do Comércio Externo Brasileiro (%)**



Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)

Ainda pouco representativo em termos relativos, ela apresenta-se, contudo, em crescimento. Por exemplo, no ano de 1995 o comércio com Angola representava apenas 0,06% e em 2008 este percentual saltou para os 1,11%.

Aprofundando-se ainda mais no universo das relações comerciais entre o Brasil e Angola, a tabela 11 apresenta os 10 principais produtos da pauta de exportações e importações entre o Brasil e Angola nos anos de 2009 e 2010. A configuração das pautas exportadoras e o seu conteúdo permite a conclusão de que, enquanto Angola vende ao Brasil petróleo e seus derivados, o Brasil possui uma cesta de produtos mais diversificada, características de uma nação que possui um parque industrial mais desenvolvido. Outro ponto a ter em conta é que, da lista dos dez produtos mais comprados por Angola, seis são de géneros alimentares industrializados ou parcialmente industrializados.

**Tabela 11 – Exportações e Importações entre o Brasil e Angola  
– Principais Produtos (2009/2010)**

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA ANGOLA						
	PRODUTOS	2010		2009		Var (%)
		USD	Part (%)	USD	Part (%)	2009/2010
1	OUTS.ACUCAR DE CANA,BETERRABA,SACAROSE QUIM.PURA,SOL.	88.931.489	11,52	60.219.702	5,23	47,68
2	CARNES DE GALOS/GALINHAS,N/CORTADAS EM PEDACOS,CONGEL.	42.983.371	5,57	31.893.672	2,77	34,77
3	PEDACOS E MIUDEZAS,COMEST.DE GALOS/GALINHAS,CONGELADOS	32.339.960	4,19	37.961.421	3,3	-14,81
4	OUTRAS CARNES DE SUINO,CONGELADAS	29.600.523	3,84	33.528.946	2,91	-11,72
5	CALDEIRAS AQUATUBULARES,COM PRODUCAO VAPOR>45T/HORA	18.639.000	2,41	23.980	---	---
6	ENCHIDOS DE CARNE,MIUDEZAS,SANGUE, PREPARS.ALIMENTS	18.441.210	2,39	18.500.394	1,61	-0,32
7	OUTROS MOVEIS DE MADEIRA	17.175.774	2,23	22.823.086	1,98	-24,74
8	IRRIGADORES E SISTEMAS DE IRRIGACAO,POR ASPERSAO	16.521.072	2,14	410.538	0,04	---
9	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,CONGELADAS	15.494.233	2,01	19.387.655	1,69	-20,08
10	MAQUINAS E APARELHOS P/IND.DE ACUCAR	14.989.362	1,94	3.531.450	0,31	324,45
	TOTAL	295.115.994	38,24	228.280.844	19,84	

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ANGOLA						
	PRODUTOS	2010		2009		Var (%)
		USD	Part (%)	USD	Part (%)	2009/2010
1	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	370.688.919	79,76	76.380.484	55,44	385,32
2	OUTROS PROPANOS LIQUEFEITOS	66.593.803	14,33	44.463.452	32,28	107,93
3	BUTANOS LIQUEFEITOS	25.379.248	5,46	16.883.084	12,26	110,26
4	TRIGO (EXC.TRIGO DURO OU P/SEMEADURA),E TRIGO C/CENTEIO	1.965.916	0,42	---	---	---
5	OUTROS DESPERDICIOS E RESIDUOS DE FERRO OU ACO	130.923	0,03	---	---	---
6	OUTROS JORNAIS E PUBLICACOES PERIODICAS,IMPRESSOS	7.916	---	---	---	---
7	OUTS.PARAFUSOS/PINOS/PERNOS,DE FERRO FUNDIDO/FERRO/ACO	5.597	---	---	---	---
8	OUTS.EMPILHADEIRAS/VEICS.P/MOVM.CARGA,C/DISP.ELEVACAO	502	---	---	---	---
9	OUTS.COND.ELÉT.TEN.<=100V,C/PEÇAS DE CONEXÃO	93	---	---	---	---
10	DESPERDICIOS,RESIDUOS E APARAS,DE POLIMEROS DE ETILENO	---	---	23.686	0,02	-100
	TOTAL	464.772.917	100	137.750.706	100	

Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)

Notas: Valores FOB – Dados até Nov/2010

A observação desta pauta exportadora permite algumas conclusões. Primeiramente, a confirmação da necessidade angolana de importar géneros alimentares processados e/ou semi-processados para atender a sua procura

interna. Esta procura angolana demonstra a carência, ou até a inexistência, de uma indústria alimentar interna. Neste sentido o Brasil procura ampliar sua participação no mercado angolano atendendo àquilo que Angola não produz, ou produz em quantidade e qualidade insuficiente, ou inferior a brasileira.

Uma segunda observação, mais óbvia, é a de que o Brasil procura em Angola um fornecedor de energia para as necessidades nacionais. Apesar do Brasil nos últimos anos ter-se tornado auto suficiente em sua produção para o consumo interno, a elevada procura mundial faz com que, cada vez mais, as nações beneficiem de poder ter mais e variadas opções de fornecimento. Nesta sugestão, trata-se de um claro sinal de uma estratégia energética brasileira.

Cade ainda outro ponto de vista, o mercado angolano representa para o Brasil um interessante caminho de escoamento de produtos manufaturados brasileiros. Este perfil das exportações brasileiras para Angola permite mudar a visão tradicional de um Brasil agro-exportador. Para o Brasil é vantajoso, tanto pelo lado do valor agregado das mercadorias exportadas, como pela abertura e a manutenção de um mercado e a consolidação de uma parceria comercial.

Uma quarta observação, agora sobre o saldo positivo das transacções comerciais entre o Brasil e Angola, é que este saldo permite ao Brasil reduzir o forte défice que possui com a Nigéria, por exemplo, que é o seu sétimo maior fornecedor global e o maior do continente africano. O Brasil é, ao longo das últimas décadas, um grande importador de petróleo e derivados deste país africano com saldos negativos em 2006, 2007 e 2008 de 2.5, 3.7 e 5.1 mil milhões de dólares, respectivamente (MDIC/Secex 2010). Pelos valores apresentados, não parece existir indícios da substituição do país fornecedor de energia ao Brasil, mas sim a abertura ou ampliação junto a um novo fornecedor, no caso Angola.

Finalmente, embora dois países do Sul, o forte trajecto do Brasil em direcção às características de um país desenvolvido e industrializado, ao invés de Angola, acabam por cair na clássica relação típica de país do Norte / país do Sul.

A tabela 12 apresenta a quota que Angola representa para o total do IDE brasileiro no mundo e para o total do IDE brasileiro na África Subsaariana. Esta tabela acaba por evidenciar o elevado grau de importância que Angola tem como destino do IDE brasileiro em África.

**Tabela 12 – Participação de Angola no total do IDE brasileiro e no total do IDE brasileiro em África Subsaariana (%)**

	<b>Part (%) Total Mundo</b>	<b>Part (%) Total África Subsaariana</b>
<b>2001</b>	0.5516	63.3406
<b>2002</b>	0.0544	18.0378
<b>2003</b>	0.0452	22.8720
<b>2004</b>	0.0489	25.7390
<b>2005</b>	0.0233	13.0287
<b>2006</b>	0.0190	82.7113
<b>2007</b>	0.0706	97.2476
<b>2008</b>	0.0876	91.1624

Fonte: Elaborado pelo autor, BCB (2010)

Nota: Para o BCB os IDE são os investimentos directos com valores maiores ou iguais a 10%, bem como os empréstimos intercompanhia

Como pode ser verificado, o total do IDE brasileiro destinado a Angola, quando observado no total da participação no mundo, caiu bruscamente entre 2001/02. Contudo, mesmo continuando a cair nesta óptica, teve como contrapartida um aumento da importância relativa de Angola no contexto da África Subsaariana. E quando torna a crescer em termos relativos mundiais (anos de 2007 e 2008), Angola ainda ganha mais significado. Registe-se, a título de exemplo. O ano de 2007 quando Angola chegou a representar 97,24% do total do investimento directo brasileiro na região da África Subsaariana.

Diante do exposto, e com estas observações, é possível justificar o grande interesse do governo brasileiro no aumento da participação do Brasil no sentido de ampliar as relações comerciais e diplomáticas com Angola.

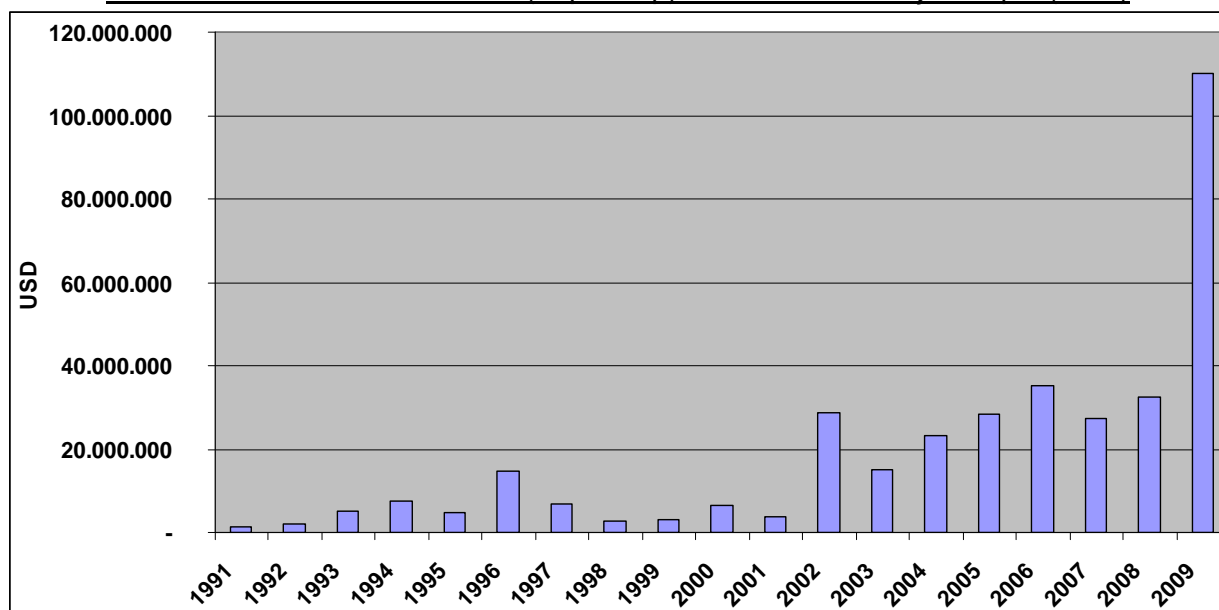
### **3.3.2 Particularidades das relações económicas entre o Brasil e Moçambique**

Tal como ocorre com Angola, as relações comerciais entre o Brasil e Moçambique têm experimentado um crescimento considerável nas últimas décadas. Contudo, as conclusões não são exactamente as mesmas.

A economia moçambicana tem como base o sector dos serviços. Trata-se de um país onde a agricultura de subsistência ainda representa a maior ocupação da população activa, sendo, também, um país maioritariamente rural. Ao contrário de Angola, o país não é rico em petróleo, mas em gás natural e carvão, entre outros recursos naturais que estão em prospecção. A produção de alumínio soma positivamente nas suas exportações e no seu PIB<sup>46</sup>. Contudo, ainda assim, o país depende em quase 50% da ajuda internacional para conseguir fechar o seu orçamento anual (CIA-WFB 2010).

É diante deste cenário que se analisam as relações comerciais entre o Brasil e Moçambique. Primeiramente, apresentam-se os valores referentes ao total do comércio entre os dois países e o seu crescimento.

Gráfico 19 – O Fluxo Comercial (Exp + Imp) do Brasil com Moçambique (USD)



Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)

Nota: Valores FOB

O relacionamento que, em 1991/1992, era praticamente nulo, sofreu altos e baixos ao longo das últimas décadas. Contudo, pode-se ressaltar o incremento nas relações a partir do ano da posse do Presidente Lula, em 2003.

<sup>46</sup> Dados do Banco de Moçambique indicam que no primeiro trimestre de 2010 o alumínio participou com 58.8% do total das exportações moçambicanas. A Mozal – Alumínio de Moçambique teve sozinha, em 2009, um volume de negócio de 1.2 mil milhões de Euros, o que representou cerca de 15.20% do PIB moçambicano. Banco de Moçambique – Preços e Conjuntura Financeira Jun 2010 – Disponível em: <http://www.bancomoc.mz/Files/DEE/P CF Marco 2010.pdf> – Acesso em 11 Jan 2011.

Foundry Gate Notícias – “Fundição de Alumínio Mozal é a maior empresa de Moçambique” – Disponível em: <http://foundrygate.com/br/noticias/ver/520/fundicao-de-aluminio-mozal-e-a-maior-empresa-de-mocambique> - Acesso em 12 Jan 2011.



Ou seja, de 2003 até 2009, em geral, as relações apresentaram um amplo crescimento.

A tabela 13 desenvolve mais elementos sobre os valores do comércio entre os dois países, onde ainda são possíveis constatar mais algumas particularidades.

Tabela 13 – Exportações/Importações, Saldo e o Total do Comércio entre o Brasil e Moçambique (USD)

Ano	Exportações Brasileiras		Importações Brasileiras		Saldo	Total do Comércio	
	USD	Var (%)	USD	Var (%)		Imp + Exp	Var (%)
1991	1.444.027	-	---	---	1.444.027	1.444.027	-
1992	1.891.110	30,96	---	---	1.891.110	1.891.110	30,96
1993	4.966.942	162,65	---	---	4.966.942	4.966.942	162,65
1994	7.666.224	54,34	---	---	7.666.224	7.666.224	54,34
1995	4.911.452	-35,93	---	---	4.911.452	4.911.452	-35,93
1996	14.662.929	198,55	---	---	14.662.929	14.662.929	198,55
1997	5.536.387	-62,24	1.424.450	---	4.111.937	6.960.837	-52,53
1998	2.705.207	-51,14	---	---	2.705.207	2.705.207	-61,14
1999	2.307.015	-14,72	821.259	---	1.485.756	3.128.274	15,64
2000	3.438.738	49,06	3.034.447	269,49	404.291	6.473.185	106,93
2001	2.743.125	-20,23	960.012	-68,36	1.783.113	3.703.137	-42,79
2002	27.976.652	919,88	583.736	-39,19	27.392.916	28.560.388	671,25
2003	10.792.891	-61,42	4.152.467	611,36	6.640.424	14.945.358	-47,67
2004	23.310.463	115,98	14.386	-99,65	23.296.077	23.324.849	56,07
2005	28.245.466	21,17	20.313	41,2	28.225.153	28.265.779	21,18
2006	35.212.324	24,67	15.980	-21,33	35.196.344	35.228.304	24,63
2007	27.300.179	-22,47	37	-99,77	27.300.142	27.300.216	-22,50
2008	32.387.014	18,63	2.136	---	32.384.878	32.389.150	18,64
2009	108.118.396	233,83	2.122.484	---	105.995.912	110.240.880	240,36

Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)

Nota: Valores FOB

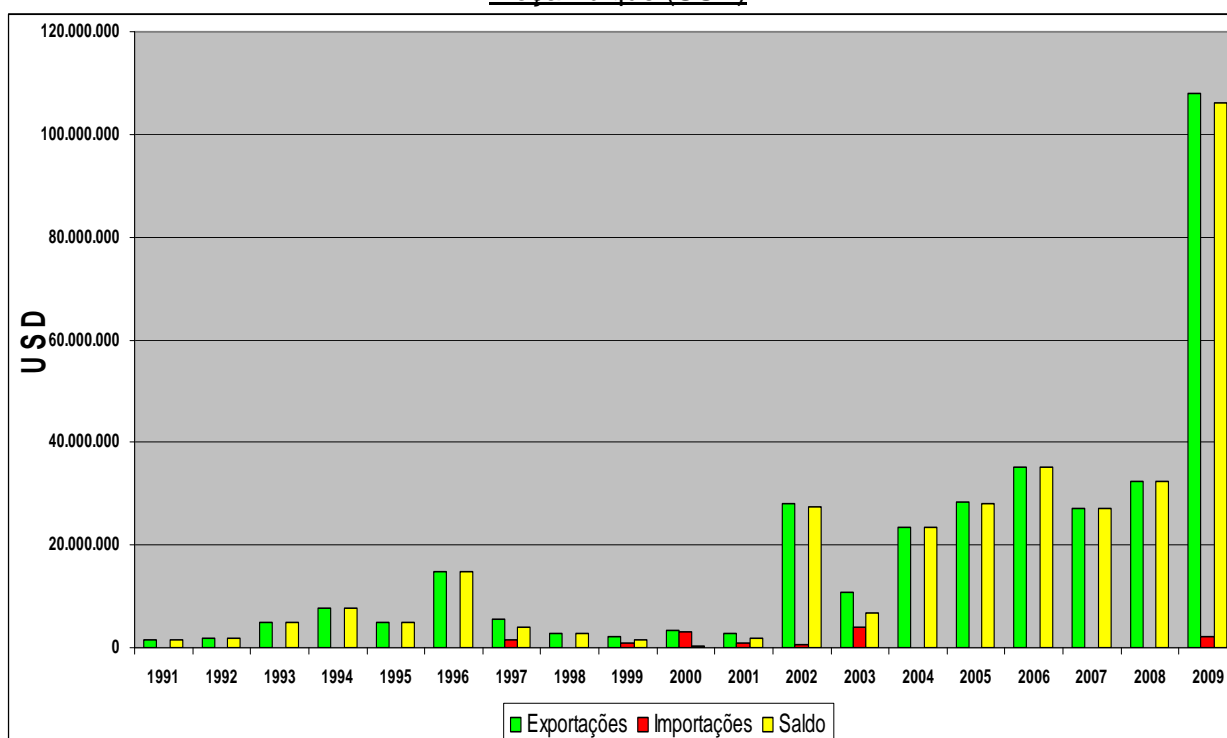
As relações comerciais com Moçambique apresentam valores muito inferiores aos de Angola, quer nas exportações quer ainda mais do lado das importações feitas pelo Brasil. Apenas para efeitos de comparação, tome-se o ano de 1995, que, da série utilizada, foi o ano com menor volume comercial entre o Brasil e Angola com 59 milhões de USD. Este valor, na relação com Moçambique, só vai ser alcançado no final da série, ou seja, no ano de 2009, quando também é ultrapassado. E do lado das importações brasileiras, os valores nem sequer permitem uma comparação com algum sentido.

Outro ponto a ressaltar são as enormes variações observadas de um ano para outro. Por exemplo, entre 2001/02 o incremento nas exportações

brasileiras foi de 919,88%, e de 233,83% entre os anos 2008/09. Estes dados demonstram um elevado grau de instabilidade nas transacções com este parceiro.

O gráfico que se segue permite uma melhor visualização desta oscilação nos valores brutos transaccionados.

Gráfico 20 – Exportações/Importações e o Saldo da Balança Comercial Brasileira para Moçambique (USD)



Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)

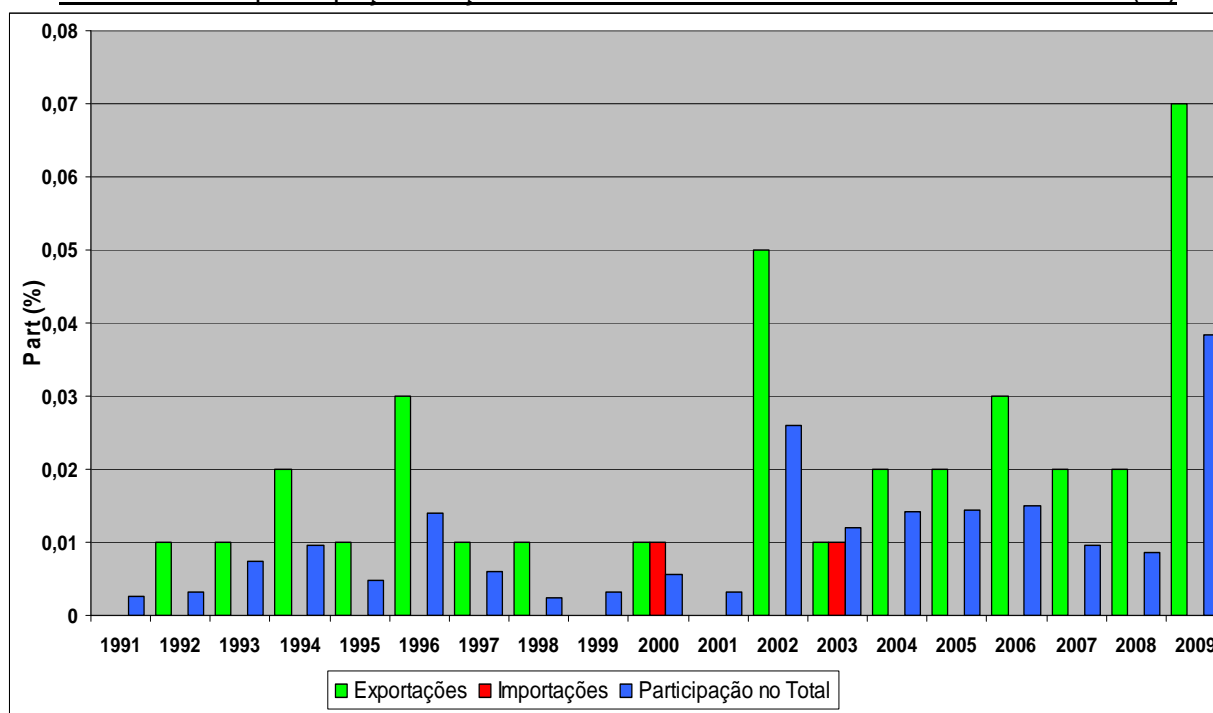
Nota: Valores FOB

O saldo, em amarelo, apesar de representar baixos valores, é totalmente favorável ao Brasil. Moçambique quase não participa das trocas, sendo, praticamente, um importador de produtos brasileiros. Todavia, um ponto a ser ressaltado é que, ao contrário de Angola, as relações entre o Brasil e Moçambique parecem nada ter sofrido com a crise de 2008/09, o que também se explica pelos fracos valores envolvidos. Pelo contrário, a variação entre estes dois anos foi positiva em mais de 240%.

Deste modo, a participação moçambicana no total do comércio internacional brasileiro chega a ser muito próxima de zero. Com base no

período em análise, Moçambique representa, em média, apenas 0,001% do total de importações e 0,018% do total de exportações brasileiras.

Gráfico 21 – A participação Moçambicana no total do Comércio Externo Brasileiro (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)

A relação brasileira com Moçambique é extremamente baixa e praticamente insignificante no total do comércio brasileiro. Contudo, o que vale ressaltar é que a participação total, apesar de inconstante, tem sido crescente, e passou de, por exemplo, 0,002% em 1998 para 0,038% em 2009.

Nas relações com Moçambique existem algumas particularidades que merecem ser assinaladas. A tabela 14 apresenta a lista dos 10 principais produtos comercializados entre o Brasil e Moçambique nos anos de 2009 e 2010. No que diz respeito às exportações brasileiras, mais uma vez verifica-se a presença dos alimentos processados e/ou semi-processados, mas também móveis e tratores agrícolas (insumos manufacturados). Do lado das importações o principal, e por que não dizer o único produto e que é responsável por mais de 98% das importações brasileiras, são folhas de fumo não processadas para a indústria do tabaco<sup>47</sup>.

<sup>47</sup> A Phillip Morris Brasil Indústria e Comércio e, em menor parcela, a Souza Cruz SA, foram as empresa responsáveis, nos dois anos indicados, pela importação de folhas para fumo provenientes de Moçambique (MDIC 2010).

**Tabela 14 – Exportações e Importações entre o Brasil e Moçambique**  
**– Principais Produtos (2009/2010)**

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA MOÇAMBIQUE						
	PRODUTOS	2010		2009		Var (%)
		USD	Part (%)	USD	Part (%)	2009/2010
1	CARNES DE GALOS/GALINHAS,N/CORTADAS EM PEDACOS,CONGEL.	6.079.081	19,02	10.527.517	10,48	-42,26
2	TRIGO (EXC. TRIGO DURO OU P/SEMEADURA),E TRIGO C/CENTEIO	2.436.000	7,62	---	---	---
3	OUTROS TRATORES	1.619.476	5,07	2.333.413	2,32	-30,6
4	LEITE MODIFICADO,PARA ALIMENTACAO DE CRIANCAS	1.499.721	4,69	782.194	0,78	91,73
5	OUTROS REBOQUES E SEMI-REBOQUES P/TRANSP.DE MERCADORIAS	1.282.077	4,01	2.826.151	2,81	-54,64
6	OUTROS LADRILOS,ETC.DE CERAMICA,VIDRADOS,ESMALTADOS	1.182.972	3,7	1.063.709	1,06	11,21
7	PEDACOS E MIUDEZAS,COMEST.DE GALOS/GALINHAS,CONGELADOS	800.183	2,5	1.164.768	1,16	-31,3
8	TRATORES MOTOCULTORES	651.532	2,04	---	---	---
9	OUTROS MOVEIS DE METAL	462.903	1,45	75.999	0,08	509,09
10	MOVEIS DE MADEIRA P/QUARTOS DE DORMIR	405.511	1,27	989.273	0,99	-59,01
	TOTAL	16.419.456	51,37	19.763.024	19,68	
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MOÇAMBIQUE						
	PRODUTOS	2010		2009		Var (%)
		USD	Part (%)	USD	Part (%)	2009/2010
1	FUMO N/MANUF.TOTAL/PARC.DESTAL.FLS.SECAS,TIPO "BURLEY"	2.000.702	99,97	2.085.900	98,28	-4,08
2	OUTROS CIRCUITOS INTEGRADOS MONOLÍTICOS	663	0,03	---	---	---
3	DESPERDICIOS,RESIDUOS E APARAS,DE POLIMEROS DE ETILENO	---	---	30.490	1,44	-100
4	PEDRAS PRECIOSAS/SEMI,EM BRUTO,SERRADAS OU DESBASTADAS	---	---	4.576	0,22	-100
5	DESPERDICIOS DE FUMO	---	---	1.319	0,06	-100
6	DIODOS ZENER MONTADOS P/MONTAGEM EM SUPERFICIE ("SMD")	---	---	179	0,01	-100
7	OUTS.FRACOES DO SANGUE, PROD.IMUNOL. MODIF. EXC.	---	---	20	---	-100
	TOTAL	2.001.365	100	2.122.484	100,01	

Fonte: Elaborado pelo autor, MDIC/Secex (2010)

Notas: Valores FOB – Dados até Nov/2010

De facto, Moçambique, pelo menos com o Brasil, definitivamente não possui uma pauta exportadora. Contudo, um ponto a se ressaltar é que o Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador mundial de fumo em folha<sup>48</sup>. O que não impede a importação de tal produto, à semelhança do que acontece com outros produtos e países com uma posição de domínio mundial na produção exportação de determinado produto. Por exemplo, a Índia, que é o maior produtor e exportador mundial de cajú, importa-o bruto da Guiné-Bissau e que é esmagadoramente a maior exportação do país africano. Se houver lugar a importação de um produto não transformado e depois este é manufacturado, há um ganho de valor acrescentado para o país importador. O que é certamente o caso em apreço e simultaneamente um apoio à economia moçambicana.

Por sua vez, a importância relativa de Moçambique no IDE brasileiro na África Subsaariana tem vindo a aumentar nos últimos anos (ver tabela 15).

<sup>48</sup> É curioso ressaltar que, recentemente, a OMS propôs a proibição da produção e cultivo de tabaco do tipo "Burley" por este incentivar a iniciação entre os mais jovens. Ver mais em: [http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencia noticias/site/home/noticias/2010/conferencia\\_paises\\_membros\\_cenvencao\\_quadro\\_aprova\\_artigos\\_proibem\\_adicao\\_sabores\\_aromatizantes\\_cigarro](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencia noticias/site/home/noticias/2010/conferencia_paises_membros_cenvencao_quadro_aprova_artigos_proibem_adicao_sabores_aromatizantes_cigarro) – Acesso em 28 Dez 2010.

**Tabela 15 – Participação de Moçambique no total do IDE brasileiro e no total do IDE brasileiro em África Subsaariana (%)**

	<b>Part (%) Total Mundo</b>	<b>Part (%) Total África Subsaariana</b>
<b>2001</b>	-	-
<b>2002</b>	-	-
<b>2003</b>	0.0002	0.1025
<b>2004</b>	-	-
<b>2005</b>	-	-
<b>2006</b>	0.0005	2.1544
<b>2007</b>	0.0014	1.8683
<b>2008</b>	0.0025	2.5877

Fonte: Elaborado pelo autor, BCB (2010)

Nota: Para o BCB os IDE são os investimentos directos com valores maiores ou iguais a 10%, bem como os empréstimos intercompanhia

Observa-se que Moçambique sai de uma situação de inexistência de fluxos brasileiros (nos anos 2001/02) e passa a receber IDE no ano de 2003. Contudo não existe uma sequência contínua nesta movimentação, ficando o país sem entradas nos dois anos seguintes (2004/05). Verifica-se que Moçambique triplica sua participação entre 2006/07 e duplica no ano seguinte 2007/08. Todavia, no contexto da participação no total destinado a África Subsaariana, o país tem uma média de participação de apenas 2.19% nos últimos três anos, valores bem abaixo dos 90.37% de Angola.

## **III PARTE**

### **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### III CAPÍTULO

## A NGE E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

#### 1. A NGE e os Fluxos Comerciais e de IDE do Brasil para Angola e para Moçambique: Teoria *versus* Evidências Empíricas.

Este capítulo pretende analisar os aspectos teóricos da *NGE* estudados na primeira parte desta dissertação e contrastá-los com as evidências empíricas observadas na segunda parte. A proposta passa por buscar na teoria elementos que ajudem a lançar luz sobre a mudança do perfil diplomático e de relacionamento económico com Angola e Moçambique.

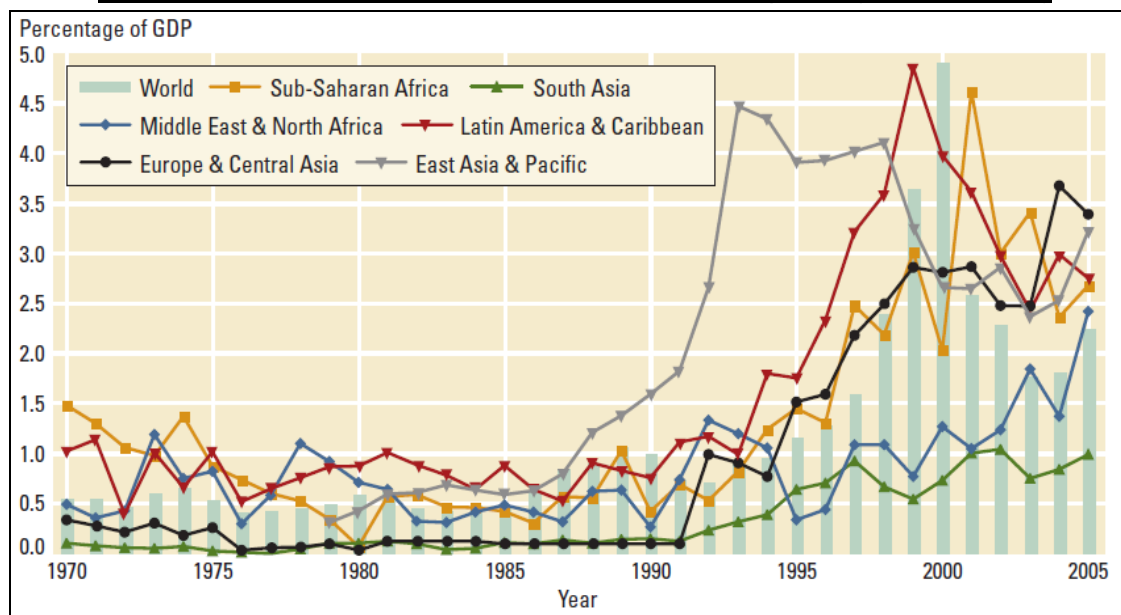
Esta *Nova Geografia Económica* deve ser vista como um estrutura metodológica que possibilita que a análise económica ultrapasse os determinismos dos modelos económicos clássicos, sem, no entanto, deixá-los de lado.

Diante do exposto, os principais pressupostos da *NGE*, já indicados neste trabalho, são reapresentados e postos lateralmente com algumas das evidências empíricas encontradas de forma a se tentar perfilar uma relação causal.

Um dos principais interesses da *NGE* é o de explicar o porquê da concentração da actividade económica em determinadas zonas e/ou regiões do mundo. África, onde se inserem Angola e Moçambique, tem sido um dos continentes que apresenta um crescente ratio quer de IDE em termos líquidos quer de capitais privados em valores brutos relativamente ao seu PIB. Os gráficos 22 e 23 mostram a importância que assume para África os fluxos financeiros internacionais, embora em termos absolutos não seja o principal destino geográfico. África foi, durante muitos anos, considerado um continente à margem do desenvolvimento global e do movimento da globalização e que alguns autores ainda assim o assinalam. Mas hoje começa a figurar entre os principais destinos do investimento mundial. Já neste século, o aumento

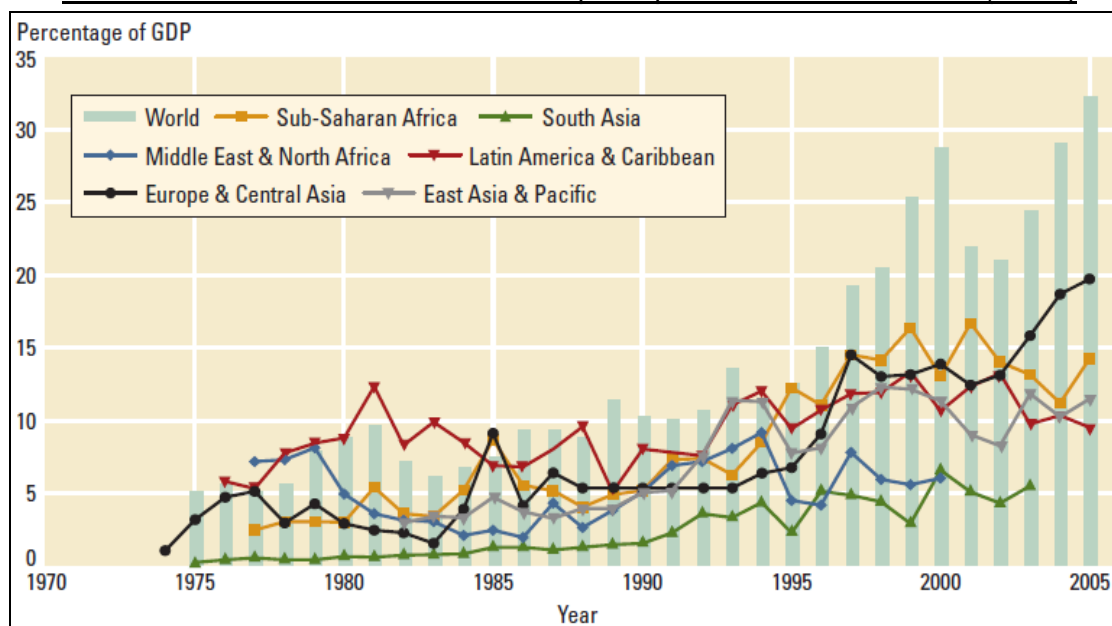
desses valores é assinalável, a que não deve ser alheio o investimento dirigido à produção de matérias-primas.

**Gráfico 22 – O fluxo de IDE no mundo - entradas líquidas (% PIB mundo)**



Fonte: Banco Mundial 2009

**Gráfico 23 – O fluxo internacional de capitais privados - valores brutos (% PIB)**



Fonte: Banco Mundial 2009

O Brasil, ainda que timidamente (quando se considera em termos proporcionais do seu PIB, bem como nos montantes absolutos), também segue esta linha internacional. Contudo, na relação brasileira com os países estudados, o que mais transpareceu foi o avultoso aumento nas relações comerciais.



Outro ponto que se sobressai na *NGE* é a consideração que esta tem pela geografia humana, nomeadamente nos aspectos socio-políticos e culturais. Neste sentido, quando se observam as nuances socio-culturais, Angola, certamente mais que Moçambique, possui uma identificação ímpar com o Brasil. Como já foi referenciado, o Brasil tem em sua formação étnica uma grande presença originária da África negra e, mais especificadamente, de Angola. Para além disso, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência angolana.

Entretanto, os três países dividem também um passado comum de terem sido colónias do império português. Por este motivo, é natural que possuam determinadas particularidades comuns em suas culturas, nomeadamente, a língua portuguesa. Aspectos como estes, são, na óptica da *NGE*, factores que condicionam e justificam algumas mudanças económicas<sup>49</sup>.

Ainda nesta linha, mas agora a tratar das questões políticas, tanto Angola como Moçambique, são duas democracias jovens e em fase de consolidação de suas instituições. Neste contexto, o Brasil tem a vantagem de ser considerado, do ponto de vista destes países africanos, para além de um país parceiro, uma referência a ser seguida por ter conseguido atingir um considerável desenvolvimento socio-económico e institucional<sup>50</sup>.

Sempre na linha dos pressupostos da *NGE*, uma consideração que se deve fazer é a de que os mercados locais, em sentido amplo, de Angola e Moçambique, não conseguem estabelecer o *home market effect*. Todavia, quando a abordagem é focada nos sectores petrolíferos e de extracção mineral, tanto em Angola como em Moçambique, estes países passam a ter algumas características consideradas na *NGE*. Estes sectores são capazes de atrair um significativo número de capitais e empresas interessadas em investir

---

<sup>49</sup> É também neste sentido que Ramos Silva (2002) apresenta a língua como um elemento integrante do sistema económico, sendo considerada apenas um princípio, pois esta surge ainda associada a história, a cultura e a religião.

<sup>50</sup> Angola considera o Brasil uma potência económica e tecnológica capaz de ajudar este país a se desenvolver, como afirma Aguinaldo Jaime, ministro-adjunto do primeiro-ministro angolano, em declarações ao Jornal Diário de Notícias. Disponível em: [http://dn.sapo.pt/inicio/interior.as\\_px?content\\_id=1003015&page=-1](http://dn.sapo.pt/inicio/interior.as_px?content_id=1003015&page=-1) - Acesso em 10 Jan 2011.

e produzir devido ao imparável crescimento da procura mundial. O resultado disto é o eventual despoletar dos sinais de uma aglomeração industrial de produção, transformação e exportação.

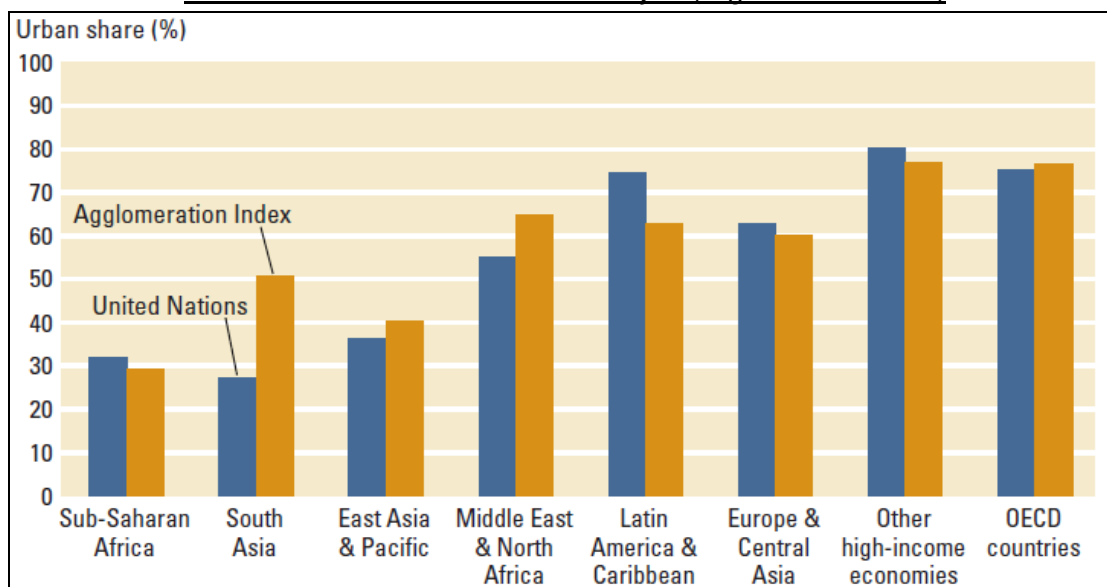
Entretanto, esta aglomeração industrial dá-se praticamente em sua totalidade para a extracção e exportação destas *commodities*. O mercado local acaba por não amadurecer, ou amadurece muito lentamente, agravados ainda mais pela grande concentração de renda, característica nestes países. Desta forma, Angola e Moçambique estão a se condicionar a um padrão de centro-periferia, onde os países industrializados (neste caso o Brasil) veem neles a possibilidade de ampliar os seus mercados. Para o Brasil, que possui um parque industrial desenvolvido, um amplo mercado consumidor e já beneficia do *home market effect*, estes países africanos representam um alargamento de seu mercado doméstico e onde pode vir a potencializar os ganhos gerados a partir das suas economias de escala.

Os ganhos de economia de escala, por sua vez, são mais um dos condicionantes para o aumento das relações comerciais entre estes países. O Brasil tem o interesse de ampliar a capacidade de escoamento de sua produção industrial. Desta forma ele consegue produzir ainda mais e a melhores preços, gerando um ciclo crescente de crescimento em sua economia.

Angola e Moçambique, possuem, respectivamente, uma população aproximada de 17 milhões e 20 milhões de habitantes, dados de 2008 (IMF 2010). Enveredando para o campo das economias geradas pela aglomeração urbana o que se verifica é que, tanto Angola como Moçambique, possuem uma ampla parcela de população que vive no meio rural. Os índices de urbanização se aproximam dos 56% para Angola e 38% para Moçambique, ambos com uma forte presença da agricultura de subsistência (CIA-WFB 2010). Estas características ajudam ainda a explicar o porquê da pouca formação do mercado interno destes países. O Banco Mundial (2009) ressalta, em seu relatório anual, que os países que apresentam os mais elevados índices de

desenvolvimento são, maioritariamente, formados por uma grande população urbana (ver gráfico 24), o que segue a linha de pensamento da *NGE*.

Gráfico 24 – Os níveis de urbanização (regiões do mundo)



Fonte: Banco Mundial 2009

Outro dos principais pressupostos da *NGE* é o da concorrência monopolista. De facto, é de se ressaltar que, no topo da lista das grandes empresas brasileiras exportadoras para os mercados de Angola e Moçambique nos últimos anos, figuram nomes de grande peso no mercado nacional brasileiro, e no mercado internacional, tais como: Construtora Norberto Odebrech, Volvo do Brasil, Embraer Aeronáutica, Petrobrás, Perdigão Agroindustrial, Marcopolo SA, Nestlé do Brasil, dentre outras grandes companhias (MDIC 2010). Tal verificação justifica a premissa da *NGE* que indica que um determinado grau de poder de monopólio é necessário para que ocorram os ganhos de economia de escala. Isto explica ainda como os produtos brasileiros conseguem ter uma boa absorção mesmo com a forte concorrência dos produtos chineses<sup>51</sup>.

Tendo como base a utilização, por parte da *NGE*, dos tradicionais modelos clássicos de comércio internacional, é visível uma relação entre estes

<sup>51</sup> A China é considerado o maior parceiro comercial angolano, como afirma o Site Angoterra. Disponível em: <http://angolalibre.e-monsite.com/rubrique.china-em-angola.1167749.html> – Acesso em 15 Set 2010. E a Revista Exame, edição de 02 Feb 2007, que traz como título “A nova ameaça chinesa” e apresenta a força desta concorrência. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0885/negocios/noticias/a-nova-ameaca-chinesa-m0121269> – Acesso em 15 Nov 2010.

países, nomeadamente Angola, suportada pelas Teorias das Vantagens Comparativas. Por um lado, Angola especializada na indústria extractiva do petróleo e por outro, o Brasil com a produção de manufacturados. Tal associação só pode ser feita se não forem considerados os demais aspectos que a *NGE* utiliza em sua análise metodológica. Trata-se, portanto, de mais uma das ilimitadas perspectivas dentro deste arcabouço que é a *NGE*.

A *NGE* assinala que o grande crescimento do comércio internacional verificado nos últimos 50 anos deveu-se ao crescimento das trocas realizadas intra-indústrias. Pelas características do tipo de produtos envolvidos no comércio externo entre o Brasil e Angola e Moçambique e assinalado anteriormente, o que se pode dizer é que a *NGE* não encontra aqui campo de aplicação já que as trocas intra-industriais são negligenciáveis senão mesmo nulas.

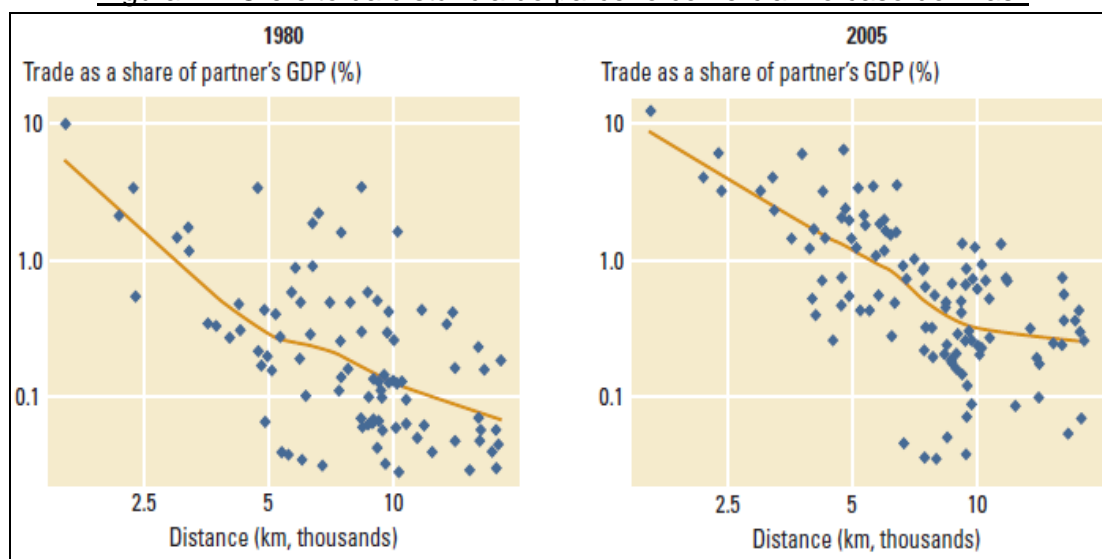
Os custos de transporte são fundamentais para as hipóteses trabalhadas pela *NGE*. Para ela, a distribuição da produção e do comércio mundial é directamente influenciada por estes custos. Como já foi evidenciado na primeira parte, a qualidade do transporte e dos sistemas de comunicações globais tem evoluído muito nas últimas décadas, bem como os seus custos têm-se reduzido.

Do ponto de vista geográfico, o nordeste brasileiro está virado para o continente africano. O armador brasileiro Helder Malaguerra, Director da Grimaldi Brasil, anunciou que diante do grande aumento no volume do comércio entre o Brasil e a África, a rota que antes fazia transbordo em Dakar (Senegal) e era composta por apenas um navio, agora é oferecida directamente para Luanda e com três embarcações disponíveis. Malaguerra ressalta ainda que o mercado exportador brasileiro para a África, nomeadamente com Angola, deverá se beneficiar, a muito curto prazo, pelo aumento da oferta do transporte marítimo. Segundo ele “certamente vai se

verificar uma redução nos custos dos fretes, bem como no tempo de entrega”<sup>52</sup>.

Não restam dúvidas de que a distância física do parceiro comercial pode influenciar o custo do transporte de uma mercadoria. O BM confirma esta afirmação com a figura abaixo que traz o caso brasileiro:

Figura 2 – O efeito da distância do parceiro comercial - o caso do Brasil



Fonte: Banco Mundial 2009

Algumas conclusões podem ser tiradas desta figura 2 como, por exemplo, em 1980, a distância do parceiro comercial possuía uma maior influência no volume transaccionado pelo Brasil. No ano 2000 esta linha está mais horizontal, ou seja, a distância passou a ter uma menor importância para o comércio internacional brasileiro.

Nesta sequência, pode-se afirmar que os custos de transporte possuem, cada vez mais, uma maior importância para o comércio. Dados indicam que, na América Latina, a redução de 10% nos custos de transporte e nos custos operacionais poderiam elevar em até 50% as importações da região e em 60% as exportações intra-regionais (BM 2009).

<sup>52</sup> Entrevista concedida ao site Guia Marítimo em 15 Mar 2010 com o título: “Nunca abandonamos Angola”. Disponível em: <http://www.guiamaritimo.com.br/nota.php?id=2710> – Acesso em 03 Jan 2011.

Dada a posição geográfica do Brasil em frente ao continente africano, este ponto – os custos de transporte – tão destacado pela NGE pode ter amplo campo de aplicação à relação comercial aqui analisada.

Em suma, poder-se-á dizer que a *NGE*, enquanto metodologia de pesquisa e de análise económica, é uma ferramenta com alguma aderência na apreciação económica das relações económicas entre o Brasil e Angola e o Brasil e Moçambique, embora pareça que outros contributos da teoria económica e das relações internacionais nos seus vectores estratégico e político-diplomático devam ser igualmente considerados.

## CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou apresentar as relações económicas, comerciais e da diplomacia, em geral, entre o Brasil e dois de seus parceiros, Angola e Moçambique, na perspectiva que a *NGE* traz acerca destas relações. Num sentido geral, pode-se afirmar que a *NGE*, por si só, pode não ser o mais indicado como fundamento justificativo para o aumento do interesse brasileiro nestes países. Todavia, fornece elementos que permitem indicar algumas razões deste crescimento.

O aspecto dos menores custos de transporte de mercadorias, nomeadamente no caso angolano, já é uma realidade que justifica o aumento da participação brasileira. As empresas procuram mercados onde possam competir em igualdade com os demais concorrentes. Neste caso, os menores custos de transporte possibilitam um melhor preço e aumentam a competitividade no mercado internacional. Neste contexto, não restam dúvidas de que o continente africano, sendo um mercado fisicamente próximo do Brasil, pode ajudar as empresas brasileiras a beneficiar de preços de transporte mais baixos. Todavia, este custo ainda é considerado elevado quando comparado às principais rotas marítimas do mundo, pois, apesar da ampliação das rotas no Atlântico Sul, o volume comercializado ainda é considerado pequeno.

A deslocação das empresas brasileiras para Angola e Moçambique tem ocorrido principalmente através das exportações. Contudo, grandes grupos empresariais, como a Petrobrás e a Construtora Odebrecht já se encontram instalados em Angola e em Moçambique. Estas empresas seguem os princípios propostos por Venables (1996) quando procuram estar mais próximas das fontes naturais de “matérias-primas”. No caso da Petrobrás, o petróleo, e a Odebrecht, os grandes projectos de construção de obras públicas.

Entretanto, foi a política externa do governo do Presidente Lula da Silva a que mais agiu para que esta transformação nas relações económicas do Brasil com África viesse a ocorrer. De características desenvolvimentistas e

autónomas, esta política externa procurou elevar a participação da economia brasileira nos mais variados mercados internacionais. O industrializado Brasil precisava atingir novos e mais diversificados mercados para fazer escoar a sua enorme produção industrial. Esta situação é reflectida nos dados de 2009 da OMC onde a participação dos produtos manufacturados na pauta exportadora brasileira já ultrapassa os 38%, deixando para trás as exportações agrícolas com 37,7% e, assim, sepultando a tradicional caracterização do Brasil como um país agro-exportador (WTO 2010).

Por sua vez, a *NGE* indicaria, ainda, que esta movimentação brasileira pró-África norteia-se pelos princípios dos ganhos originados pelas economias de escala, bem como pelos pressupostos sobre o predomínio da concorrência monopolística nos mercados.

Algumas das conclusões a que se chegam com a análise dos dados estatísticos dizem respeito ao perfil exportador que o Brasil tem com Angola e Moçambique, perfil este que revelou-se contrário ao perfil importador que o Brasil tem quando se analisa o continente africano na sua totalidade. Outro aspecto é o de que o IDE brasileiro em África mostrou-se, totalmente, voltado para estas relações privilegiadas que Angola e Moçambique passaram a ter. Ou seja, antes o Brasil procurava atingir mais países em África, agora procura atingir mais e melhor estes dois países, numa clara demonstração de selectividade do seu investimento<sup>53</sup>.

Contudo, os interesses brasileiros nos mercados africanos transcendem os aspectos puramente económicos nacionais e internacionais, e infiltram-se ainda no campo da geopolítica internacional, das políticas estratégicas ligadas às relações internacionais e das políticas energéticas nacionais e internacionais.

---

<sup>53</sup> Embaixadora do Brasil em Angola, Ana Cabral, afirmou durante conferência no Fórum da Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN) que “poucos países no mundo oferecem as oportunidades de negócio que Angola oferece”. A embaixadora procurava incentivar os empresários brasileiros a reforçar os seus negócios no país – “Brasil: Angola é porta de acesso a África” – Jornal Digital. Disponível em: <http://jornaldigital.com/noticias.php?noticia=23401> – Acesso em 15 Jan 2011.



Neste sentido, pode-se afirmar que a reaproximação brasileira em África, e neste caso em Angola e Moçambique, representa também: i) um reposicionamento da política externa brasileira no sentido de valorizar as relações do Sul-Sul; ii) a procura brasileira de apoio internacional no sentido do seu projecto de possuir um assento permanente no conselho de segurança da ONU; iii) formar uma agenda de interesses comuns, nomeadamente entre os países agro-exportadores, no sentido de barganharem a queda dos subsídios agrícolas nas nações mais desenvolvidas; iv) o interesse brasileiro na diversificação de suas exportações e na manutenção e ampliação dos seus parceiros comerciais; v) a busca brasileira por uma posição de liderança e de protagonismo no cenário internacional; vi) a gestão de um esquema energético favorável aos interesses nacionais onde África representa uma região ainda pouco explorada e geograficamente próxima; vii) a consolidação da vocação pacifista brasileira através de um programa de desmilitarização e manutenção da paz em torno do Atlântico Sul.

O Brasil, no que respeita à balança comercial, tem ao longo dos últimos anos obtido resultados positivos nas suas relações com Angola e Moçambique. Por sua vez, o comércio com Angola se destaca em comparação a Moçambique bem como com outros países de África<sup>54</sup>. Mas, ao contrário de um benefício unilateral, o Brasil tem prestado uma massiva cooperação técnico-científico e institucional tanto a Angola como a Moçambique<sup>55</sup>.

Ou seja, e para concluir, com base nos temas acima indicados e em resposta aos objectivos propostos neste trabalho, pode-se afirmar que a *NGE* explica, parcialmente, o aumento das relações económicas e diplomáticas entre o Brasil e Angola, e entre o Brasil e Moçambique.

---

<sup>54</sup> Em discurso, na ocasião do lançamento do primeiro centro de negócios da APEX - Brasil em África, com sede em Luanda, o secretário de comércio exterior brasileiro, Welber Amaral, afirmou que “Angola foi escolhida para ser a porta de entrada para o Brasil na África”. APEX - Brasil Imprensa 2010. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=550&tmp.texto=7517>. Acesso em 08 Jan 2011.

<sup>55</sup> Schläger (2007) ressalta que a ajuda brasileira para o desenvolvimento nos países africanos pode ser considerada um exemplo a ser seguido pelos demais países doadores do mundo. Ela afirma ainda que “a ajuda brasileira apesar de movimentar baixos valores, tem, por sua vez, a característica de não ser condicionada e de não estimular a dependência” (Schläger 2007: 6).

Contudo, o que este estudo indica também e deixa como recomendação, é que os futuros pesquisadores procurem averiguar os aspectos ligados aos interesses diplomáticos inerentes ao governo brasileiro, bem como estabeleçam uma análise económica mais ao nível das empresas de forma a evidenciar aspectos que passem ao lado das acções políticas e das perspectivas macroeconómicas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALEXANDRE, José A. (2001). *A Nova Geografia Económica de Paul Krugman*. Departamento de Ambiente e Ordenamento. Universidade de Aveiro.

BANCO MUNDIAL (1995). *Workers in an Integrating World - World Development Report 1995*. Oxford University Press. The World Bank. Washington, DC.

\_\_\_\_\_ (2009). *Reshaping Economic Geography - World Development Report 2009*. The World Bank. Washington, DC.

BRASIL (2009). *Oportunidades de Negócios em Serviços: Brasil e Angola*. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília – DF. Disponível em: [http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1257766509.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1257766509.pdf) – Acesso em: Out 2010.

\_\_\_\_\_ (2009). *Oportunidades de Negócios em Serviços: Brasil e Moçambique*. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília – DF. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_125\\_6919989.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_125_6919989.pdf) – Acesso em: Out 2010.

\_\_\_\_\_ (2010). BCB - Banco Central do Brasil. Capitais Brasileiros no Exterior. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?CBE> – Acesso em Dez 2010.

\_\_\_\_\_ (2010). MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. DEPLA: Estatísticas de Comércio Exterior – Nov 2010. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2477&refr=576> – Acesso em: Nov 2010.

\_\_\_\_\_ (2010). *Conhecendo o Brasil em Números*. MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. Out 2010. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1289222248.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289222248.pdf) - Acesso em Nov 2010.

\_\_\_\_\_ (2011). Viagens oficiais da Presidência da República. *Site Oficial da Presidência da República Federativa do Brasil*. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/info\\_historicas/galeria\\_pres](http://www.presidencia.gov.br/info_historicas/galeria_pres) - Acesso em 22 Jan 2011.

CARVALHO, Maria A. e SILVA, César R. (2007). *Economia Internacional*. 4<sup>o</sup> Ed. Saraiva. São Paulo.

CIA (2010). *The World Fact Book*. Central Intelligence Agency. Washington DC. USA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook> - Acesso em 18 Dez 2010.

COE, Neil M. (2007). *Economic Geography: a contemporary introduction* / Neil M. Coe, Philip F. Kelly, and Henry W. C. Yeung. London: Blackwell Publishing.

DAVIS, Donald R. e WEINSTEIN, David E. (2003). "Market Access, Economic Geography and Comparative Advantage: An Empirical Assessment". Harvard Institute for International Development. *Journal of International Economics*. Vol. 59-01. jan 2003. pp 1-23.

DIXIT, A. e STIGLITZ, J. (1977). "Monopolistic Competition and Optimum Product Diversity", *American Economic Review*, LXVII, 97-308.

FERREIRA, Manuel E. e ALMAS, Rui (1996). Comunidade económica ou parceria para o desenvolvimento: o desafio do multilateralismo na CPLP. *Revista de Política Internacional*. Vol 1, nº 13, Out-Inv/1996. Lisboa.

FERREIRA, Manuel E. e TORRES, Adelino (2001). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da Globalização: Problemas e Perspectivas. *In Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Cooperação*, coord. de Adriano Moreira, 23-119. Coimbra: Almedina.

FIORI, José Luis (2007). "A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul". *OIKOS – Revista de Economia Heterodoxa*. Nº 8, Ano VI, 2007.

FUJITA, Masahisa e KRUGMAN, Paul (2004). "The new economic geography: Past, present and the future". *Papers in Regional Science* 83, 139-164.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. (1999). "The Spatial Economy: Cities, Regions, and International Trade". Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

FUJITA, Masahisa e MORI, Tomoya (2005). "Frontiers of the New Economic Geography". Discussion Paper nº 27 – April 2005 - *Institute of Developing Economies IDE – JETRO*.

FUJITA, Masahisa e THISSE, Jacques-Francois (2002). *Economics of Agglomeration: Cities, Industrial Location, and Regional Growth*. New York: Cambridge University Press UK. xi, pp 466.

GONÇALVES, Reinaldo (2005). *Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro. Elsevier.

GONÇALVES, I. e MANDUCA, P. (2008). A Missão de Paz em Angola: Sua estrutura interna e características políticas. *Associação Brasileira de Estudos de Defesa*. Disponível em [http://www.abeddefesa.org/page4/page8/page9/page18/files/IGoncalves\\_PM\\_anduca.pdf](http://www.abeddefesa.org/page4/page8/page9/page18/files/IGoncalves_PM_anduca.pdf) - Acesso em 02 Nov 2010.

HILL, Christopher (2003). *The Changing Politics of Foreign Policy*. New York: Palgrave: Macmillan.

IMF (2010). *World Economic Outlook: Recovery, Risk and Rebalancing*. International Monetary Fund. Washington, Oct 2010.

\_\_\_\_\_. (2010). *World Economic and Financial Surveys: World Economics Outlook Database*. International Monetary Fund. Washington, EUA. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/02/weodata/index.aspx> - Acesso em 19 Nov 2010.

KRUGMAN, Paul (1980). "Scale Economies, Product Differentiation, and the Pattern of Trade". *The American Economic Review*, Vol. 70, No. 5 (Dec., 1980), pp. 950-959. American Economic Association.

\_\_\_\_\_, Paul (1991). "Increasing Returns and Economic Geography". *The Journal of Political Economy*, Vol. 99, No. 3 (Jun., 1991), pp. 483-499. The University of Chicago Press.

\_\_\_\_\_, Paul (1998). "What's new about the new economic geography?" *Oxford Rev. Economic Policy*, 1998; 14:7-17.

\_\_\_\_\_, Paul (2010). *The New Economic Geography, Now Middle-Aged*. Prepared for presentation to the Association of American Geographers, April 16, 2010. Disponível em <http://www.princeton.edu/~pkrugman/aag.pdf>. Acesso em 16 Junho 2010.

KRUGMAN, Paul e OBSTFELD, Maurice (2001). *Economia Internacional: teoria e política*. 5ª Ed. - Trad. Celina Laranjeira. São Paulo: Makron Books.

KRUGMAN, P. e VENABLES, A. (1995). "Globalization and the Inequality of Nations". *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 110, No. 4 (Nov., 1995), pp. 857-880. The MIT Press.

LIMA, Ma. Regina Soares de (2005). "A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul". *Revista Brasileira de Política Internacional*. Nº48, (I): 24-59.

MIYAMOTO, Shiguenoli (2009). "O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)". *Revista Brasileira de Política Internacional*. Nº 52 (2): 22-42 (2009).

PIMENTEL, José V. (2000). "Relações entre o Brasil e a África subsaariana". *Revista Brasileira de Política Internacional*. Nº 43 (1): 5-23.

PNUD (2010). *A verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano - Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*. PNUD, New York, USA.

REEDING, Stephen J. (2009). "Economic Geography: A Review of the heoretical and Empirical Literature". *Centre for Economic Performance – CEP*. Discussion Paper Nº 904 – January 2009. London School of Economics and Political Science.

RIBEIRO, Cláudio O. (2009). "A política africana do governo Lula (2003-2006)". *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. V 21, n. 2, Nov 2009. pp 185-209.

\_\_\_\_\_, Cláudio O. (2010). "Adjustment Changes: A Política Africana do Brasil no Pós-Guerra Fria". *Revista de Sociologia e Política*. V. 18, Nº 35 : 55-79. Fev, 2010.

SAMUELSON, Paul A. (1982). *Economia*. 5ª. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1982.

SANTANA, Ivo de (2003). "Relações Económicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 25, nº 3, 2003, pp. 517-555.

SANTOS, Milton (1975a). "A periferia está no Polo – O caso de Lima no Peru". *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. Coleção Milton Santos. 2ª Ed. Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_, Milton (1975b). "Polos de Crescimento Económico e Justiça Social". *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. Coleção Milton Santos. 2ª Ed. Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_, Milton (1975c). "Espaço e Dominação: Uma Abordagem Marxista". *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. Coleção Milton Santos. 2ª Ed. Universidade de São Paulo, 2007.

SARAIVA, José F. (2002). "Política exterior do Governo Lula: o desafio africano". *Revista Brasileira de Política Internacional* 45 (2) : 5-25pp.

SARAIVA, José F. e GALA, Irene V. (2008). "O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul". *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de la red CLACSO*. Buenos Aires. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf> - Acesso em 19 Nov 2010.

SCHLÄNGER, Catrina (2007). *New Power for Global Change? Challenges for International Development Cooperation: The Case of Brazil. Dialogue on Globalization – Briefing Papers*. Friedrich Ebert Stiftung, Berlin.

SILVA, J. Ramos (2002). *Portugal/Brasil: Uma década de expansão das relações económicas, 1992-2002*. Ed. Terramar, Lisboa.

SMITH, A. ([1776] 1976) *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Chicago: University of Chicago Press.

STIGLITZ, Joseph E. (2007). *Tornar Eficaz a Globalização*. Edições ASA, Porto, pp. 413.

VENABLES, A. J. (1996). "Equilibrium locations of vertically linked industries". *International Economic Review*. Vol. 37: 341–359.

VISENTINI, Paulo F. (2009). "The African Policy of Lula's Government". Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais. UFRGS - Universidade Federal Rio Grande Sul. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo61.pdf> - Acesso em 25 Out 2010.

WTO (2010). *World Trade Report 2010: Trade in Natural Resources*. World Trade Organization. Geneva, Switzerland.

\_\_\_\_ (2010). WSDb Home Statistic Database: World Trade Organization. Disponível em: <http://stat.wto.org/Home/WSDBHome.aspx?Language=E> – Acesso em 26 Nov 2010.

YEUNG, Henri W. (2001). *Does Economics Matter for/in Economic Geography?* Editorial Board of *Antipode*. Department of Geography, NUS, Singapore. Blackwell Publishers, USA.



## **ANEXOS**

## **Anexo I - Acordos e protocolos firmados entre o Brasil e Angola**

<b>Título</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Entrada em Vigor</b>	<b>Decreto nº</b>	<b>Data</b>
Acordo de Cooperação Cultural e Científica.	11/06/1980	11/02/1982	99.558	05/10/1990
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.	11/06/1980	11/02/1982	99.559	05/10/1990
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	11/09/2003		
Protocolo de Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente.	03/11/2003	03/11/2003		
Protocolo de Cooperação Técnica para apoio ao Instituto de Formação da Administração Local (IFAL).	03/11/2003	03/11/2003		
Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para apoiar o Desenvolvimento do Programa "Escola para todos" em sua fase Emergencial (2004-2007).	03/11/2003	03/11/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional.	03/11/2003	03/11/2003		
Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica.	03/11/2003	03/11/2003		
Programa de Cooperação Cultural para 2004 a 2006.	04/11/2003	04/11/2003		
Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, firmado em 28/04/1999.	04/11/2003	04/11/2003		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública	03/05/2005	03/05/2005		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola"	9/7/2007	9/7/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Formação de Docentes em Saúde Pública em Angola"	9/7/2007	9/7/2007		
Memorando de entendimento para Incentivo à Formação Científica de Estudantes	18/10/2007	18/10/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto "Capacitação para Elaboração de Proposta de Reforma Curricular"	18/10/2007	18/10/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária"	18/10/2007	18/10/2007		

continua

### **Anexo I (Continuação)**

<b>Título</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Entrada em Vigor</b>	<b>Decreto nº</b>	<b>Data</b>
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas	18/10/2007	18/10/2007		
Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública	9/11/2007			
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Preservação da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola"	17/07/2008	17/07/2008		

Fonte: Adaptado, Brasil - MDIC (2009).

## **Anexo II - Acordos e protocolos firmados entre o Brasil e Moçambique**

<b>Título</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Entrada em Vigor</b>	<b>Promulgação Decreto nº</b>	<b>Data</b>
Acordo para Implementação do Projeto "Implantação de um Centro de Formação Profissional para Escritórios e Administração", em Moçambique.	10/04/1980	10/04/1980		
Acordo Geral de Cooperação.	15/09/1981	08/06/1984	89929	09/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15/09/81, no Campo das Comunicações.	15/05/1987	15/05/1987		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15 de novembro de 1981, na Área de Agricultura Irrigada.	27/05/1989	27/05/1989		
Acordo de Cooperação Cultural.	01/06/1989	26/04/1991	159	02/07/1991
Ajuste Complementar ao Acordo-Geral de Cooperação no Campo da Mineração.	18/07/1997	18/07/1997		
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	11/09/2003		
Acordo sobre o Uso dos Imóveis da República de Moçambique pela República Federativa do Brasil.	18/07/2000	18/07/2000		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde	20/06/2001	20/06/2001		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Educação	20/06/2001	20/06/2001		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio da Mulher e da Ação Social.	20/06/2001	20/06/2001		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica, Educacional, Científica e Tecnológica na Área da Segurança Pública.	20/06/2001	20/06/2001		
Memorando de Entendimento, na área de Cooperação Educacional.	20/06/2001	20/06/2001		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na área de Educação para a Implementação do Programa "Alfabetização Solidária em Moçambique".	20/06/2001	20/06/2001		
Memorando de Entendimento no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil. (HIV e AIDS).	02/05/2003	02/05/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo Cultural para a Cooperação no Campo dos Esportes.	05/11/2003	05/11/2003		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Saúde.	05/11/2003	05/11/2003		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública.	05/11/2003	05/11/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação Presencial e à Distância em Moçambique".	05/11/2003	05/11/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do "Projeto de Apoio ao Desenvolvimento e Fortalecimento do Setor de Pesquisa Agropecuária da República de Moçambique".	05/11/2003	05/11/2003		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Terras e Mapeamento.	05/11/2003	05/11/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto PCI-NTWANANO no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil.	05/11/2003	05/11/2003		

continua

## **Anexo II (Continuação)**

<b>Título</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Entrada em Vigor</b>	<b>Promulgação Decreto nº</b>	<b>Data</b>
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Piloto Nacional de Alfabetização de Moçambique.	05/11/2003	05/11/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na Área de Educação para Implementação do Projeto "Bolsa-Escola".	05/11/2003	05/11/2003		
Memorando de Entendimento em Matéria de Meio Ambiente.	05/11/2003	05/11/2003		
Memorando de Entendimento nas Áreas de Geologia, Mineração e Transformação	05/11/2003	05/11/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural sobre Cooperação na Área da Comunicação Social.	31/08/2004	31/08/2004		
Protocolo de Intenções na Área do Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial	31/08/2004	31/08/2004		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Formação de Pessoal Especializado em Prisões	31/08/2008	31/08/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Âmbito da Segurança Pública	31/08/2004	31/08/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva"	03/11/2004	03/11/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para a Implementação do Projeto "Estudo de Viabilidade Técnico Econômico para Instalação de Fábrica de Medicamentos em Moçambique para Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e Outros"	15/07/2005	15/07/2005		
Primeira Emenda ao Protocolo de Intenções na Área de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial	23/02/2006	23/02/2006		
Protocolo de Intenções para Intercâmbio e Cooperação Técnica na Área de Inclusão e Promoção dos Direitos Juvenis.	08/12/2006	08/12/2006		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique	23/04/2007	23/04/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição"	06/07/2007	06/07/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique"	06/07/2007	06/07/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Moçambique"	09/07/2007	09/07/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Horto-Fruticultura e Moçambique"	06/07/2007	06/07/2007		
Programa Executivo do Acordo Cultural para os Anos 2007-2010	06/07/2007	06/07/2007		
Protocolo de Intenções para o incentivo à formação científica de estudantes Moçambicanos	06/09/2007	06/09/2007		

continua



## **Anexo II (Continuação)**

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Ajuste Complementar ao Acordo Geral para Implementação do Projeto "Apoio à Construção de Cisternas, Barragens Subterrâneas, Captação de Água de Chuva in situ e Jardins Produtivos em Comunidades Rurais de Moçambique"	06/09/2007	06/09/2007		
Protocolo de intenções sobre Cooperação técnica na área da Educação	06/09/2007	06/09/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para a Implementação do Projeto "Capacitação Técnica em Ciências Florestais"	02/07/2008	02/07/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional do Órgão Regulador de Medicamentos de Moçambique como Agente Regulador do Setor Farmacêutico"	04/09/2008	04/09/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Capacitação em Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e Outros Medicamentos"	04/09/2008	04/09/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional e Técnico do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique"	04/09/2008	04/09/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural nas Áreas Audiovisual e Cinematográfica	16/10/2008	16/10/2008		
Memorando de Entendimento para a Formalização do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e da Cessão de Uso de Terrenos, com Base na Reciprocidade, para as Embaixadas do Brasil em Moçambique e de Moçambique no Brasil	16/10/2008	16/10/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para a Implementação do Projeto "Programa de Educação Alimentar e Nutricional - Cozinha Brasil-Moçambique"	16/10/2008	16/10/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Inserção Social pela Prática Desportiva - Fase II"	16/10/2008	16/10/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural para Cooperação em Matéria de Comunicação Social	16/10/2008	16/10/2008		
Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação para o Projeto "Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos de Estado"	08/05/2009	08/05/2009		
Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação para o Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique"	06/05/2009	06/05/2009		

Fonte: Adaptado, Brasil - MDIC (2009).